

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial

Espaço, Educação e Desenvolvimento:
O Papel da Educação na Dinâmica Migratória em Minas Gerais nas
Décadas de 1990 e 2000.

Danny Zahreddine

Belo Horizonte
2010

Danny Zahreddine

**Espaço, Educação e Desenvolvimento:
O Papel da Educação na Dinâmica Migratória em Minas Gerais nas
Décadas de 1990 e 2000.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Análise Espacial

Orientador: Prof. Dr. José Irineu Rangel Rigotti
Co-orientador: Prof. Dr. Renato Moreira Hadad

**Belo Horizonte
2010**

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Z19e Zahreddine, Danny
Espaço, Educação e Desenvolvimento: o papel da educação na dinâmica migratória em Minas Gerais nas décadas de 1990 e 2000 / Danny Zahreddine. Belo Horizonte, 2010.
142f.: il.

Orientador: José Irineu Rangel Rigotti
Co-Orientador: Renato Moreira Hadad
Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Tratamento da Informação Espacial.

1. Migração. 2. Geografia da População. 3. Educação. I. Rigotti, José Irineu Rangel. II. Hadad, Renato Moreira. III. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Tratamento da Informação Espacial. IV. Título.

CDU: 91:325.1(815.1)

Danny Zahreddine
Espaço, Educação e Desenvolvimento:
O Papel da Educação na Dinâmica Migratória em Minas Gerais nas Décadas de
1990 e 2000

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Análise Espacial

Prof. Dr. José Irineu Rangel Rigotti (Orientador) - UFMG

Prof. Dr. Renato Moreira Hadad (Co-orientador) - PUC Minas

Prof. Dr. Oswaldo Bueno Amorin Filho - PUC Minas

Prof. Dr. Paulo Fernando Braga Carvalho - PUC Minas

Prof^ª. Dra. Adriana Ribeiro Miranda - Fundação João Pinheiro

Belo Horizonte, 29 de novembro de 2010.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho em primeiro lugar a Deus, que em toda a sua clemência e misericórdia me proveu com a força necessária para chegar ao fim deste projeto. À minha doce esposa Graziella, pelas noites solitárias que foi obrigada a passar por dividir comigo este trabalho. Aos meus pais, Nadim e Mônica, exemplos de ética e sabedoria. Às minhas irmãs, Karina, Moninha e Stéphanie pelo amor revigorante que sempre pude contar. Às amadas avós, à tia Fádua e tio Lincoln e ao querido irmão Jordan, pelo carinho, apoio e colaboração para minha formação humana e intelectual.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores e funcionários do Programa de Pós-graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial, pelo carinho e atenção que sempre recebi, e ao seu coordenador, dileto professor Alexandre Diniz. Ao meu caro amigo e orientador Prof. José Irineu Rangel Rigotti, pela orientação e por todos estes anos de prazeroso convívio, bem como a Luca e Malu, que abriram as portas de sua casa para mim. Ao Prof. Renato Moreira Hadad pela co-orientação e pelo exaustivo auxílio no tratamento dos dados deste trabalho. Ao eterno mestre Prof. Oswaldo Bueno Amorim Filho, pela inspiração que me levou a ser professor. Ao Pró-reitor de Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Prof. José Francisco de Abreu, pelos importantes conselhos acadêmicos e profissionais. Aos Professores Rodrigo Corrêa Teixeira, Leonardo César Souza Ramos, Javier Vadell, Júlio Buére e Onofre dos Santos Filho, pelo apoio e amizade durante todos estes anos. Ao querido amigo e colega Prof. Bernardo Jeunon, pelo estímulo e apoio na reta final. Ao Departamento de Relações Internacionais, seus professores e funcionários, por estes anos de convivência e amizade. À Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, pelo incentivo e pela bolsa de estudos que viabilizou este trabalho, e a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para o término deste projeto.

EPÍGRAFE

“Navegadores antigos tinham uma frase gloriosa:
"Navegar é preciso; viver não é preciso".

Quero para mim o espírito [d]esta frase,
transformada a forma para a casar como eu sou:

Viver não é necessário; o que é necessário é criar.
Não conto gozar a minha vida; nem em gozá-la penso.
Só quero torná-la grande,
ainda que para isso tenha de ser o meu corpo
e a (minha alma) a lenha desse fogo.

Só quero torná-la de toda a humanidade;
ainda que para isso tenha de a perder como minha.
Cada vez mais assim penso.

Cada vez mais ponho da essência anímica do meu sangue
o propósito impessoal de engrandecer a pátria e contribuir
para a evolução da humanidade.

É a forma que em mim tomou o misticismo da nossa Raça.”

Fernando Pessoa.

RESUMO

Este trabalho aborda os impactos advindos das inter-relações existentes entre a dinâmica migratória, educação e desenvolvimento, bem como suas manifestações espaciais para Minas Gerais. Desta forma, será apresentado um estudo acerca das migrações entre as microrregiões e mesorregiões de Minas Gerais nas décadas de 1990 e 2000, bem como um perfil educacional destes migrantes, com a finalidade de avaliar os desdobramentos das características educacionais dos migrantes no destino e seus desdobramentos para o ano 2000. Verificou-se que o perfil educacional das populações de migrantes de longo e médio prazo era melhor do que as populações não migrantes, indicando um processo de adaptação e seleção dos migrantes mais instruídos e com mais tempo de residência no destino.

Palavras-chave: Migrações. Desenvolvimento. Geografia. Desigualdades. Educação. Minas Gerais.

ABSTRACT

This work approaches the impacts as a consequence of inter-relationship existing among the migratory dynamic, education and development as well as its spatial manifestation towards Minas Gerais regions. In this way, it will be presented a study about the migrations of Minas Gerais *micro* and *meso* regions in the 1990 and 2000 decades, as well as these migrants educational profile in order to evaluate the migrants' educational features at their destination and its changes in 2000. It was verified that migrants educational profile in the medium and long term migration is better than non migrants populations, showing the importance of the adaptation and selection process of the most educated and longer time migrants in their destination places.

Key-words: Migrations. Development. Geography. Inequality. Education. Minas Gerais.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: Os Cinco Estágios de Crescimento Econômico de Rostow.....	18
FIGURA 02: Estágios de Crescimento econômico por Países.....	19
FIGURA 03: A Distinção entre Centro e Periferia na Sociedade Dual.....	22
FIGURA 04: Impactos da Colonização no Sistema Urbano do Oeste da África.....	28
FIGURA 05: Ideal de desenvolvimento de transporte em países desenvolvidos.....	29
FIGURA 06: Representação gráfica das funções da Tábua de Aprovação da primeira série (i = 1).....	61
FIGURA 07: Mesorregiões e Microrregiões de Minas Gerais – 2000.....	63
FIGURA 08: Brasil e Minas Gerais, Taxas de Crescimento Anual da População Total (1940 – 2000).....	68
FIGURA 09: Minas Gerais – Saldo Migratório Líquido por Microrregiões – 1991.....	72
FIGURA 10: Minas Gerais – Saldo Migratório Líquido por Microrregiões – 2000.....	74
FIGURA 11: Minas Gerais – Saldo Migratório Líquido por Microrregiões – 1991/2000.....	76
FIGURA 12: Minas Gerais – Distribuição dos Imigrantes Interestaduais - Microrregiões – 1991.....	79
FIGURA 13: Minas Gerais – Distribuição dos Imigrantes Interestaduais - Microrregiões – 2000.....	81
FIGURA 14: Minas Gerais – Distribuição dos Imigrantes Interestaduais - Microrregiões – 1991/2000.....	83
FIGURA 15: Minas Gerais – Migrantes Intra e Interestaduais - Microrregiões – 1991/2000.....	86
FIGURA 16: Minas Gerais – Migrantes Intraestaduais - Microrregiões – 1991/2000.....	88
FIGURA 17: População sem instrução ou com menos de 01 ano de estudo - Minas Gerais – 2000.....	91
FIGURA 18: Minas Gerais – Média de Anos de Estudo da População total, não-migrante e migrante com 15 anos ou mais – 2000.....	94
FIGURA 19: Curvas de Aprovação da 1 ^a , 5 ^a , 8 ^a e 11 ^a séries por mesorregiões – 2000.....	98
FIGURA 20: Curvas de Aprovação da 1 ^a , 5 ^a , 8 ^a e 11 ^a séries para a população não migrante e migrante – 1 ^o conjunto de Mesorregiões MG – 2000.....	101
FIGURA 21: Curvas de Aprovação da 1 ^a , 5 ^a , 8 ^a e 11 ^a séries para a população não migrante e migrante – 2 ^o conjunto de Mesorregiões MG – 2000.....	104
FIGURA 22: Curvas de Aprovação da 1 ^a , 5 ^a , 8 ^a e 11 ^a séries para a população não migrante e migrante – 3 ^o conjunto de Mesorregiões MG – 2000.....	106
FIGURA 23: Defasagem de Idade Ideal x Série em anos na 1 ^a , 5 ^a , 8 ^a e 11 ^a séries População Total - Mesorregiões – Minas Gerais – 2000.....	109
FIGURA 24: Defasagem de Idade Ideal x Série em anos na 1 ^a , 5 ^a , 8 ^a e 11 ^a séries População Não Migrante e Migrante – Mesorregiões - Minas Gerais – 2000.....	111
FIGURA 25: Probabilidade de Aprovação na 5 ^a série se aprovada na 1 ^a – População Total – Mesorregiões - Minas Gerais – 2000.....	116
FIGURA 26: Probabilidade de Aprovação na 5 ^a série se aprovada na 1 ^a série – População não migrante e migrante – Mesorregiões - Minas Gerais – 2000.....	119
FIGURA 27: Anexo I – As Mesorregiões de Minas Gerais – 2000.....	138
FIGURA 28: Anexo II – As Microrregiões de Minas Gerais – 2000.....	139

LISTA DE TABELAS

TABELA 01: População Rural – Brasil – 1950/1996.....	35
TABELA 02: Distribuição setorial da população Economicamente Ativa - Brasil: 1940/1970.....	36
TABELA 03: Estimativas de Saldo Líquido Migratório por Regiões - 1950/95.....	37
TABELA 04: Estratificação sócio-ocupacional dos pais e dos indivíduos, chefes de família do sexo masculino de 20 a 64 anos – Brasil – 1973.....	40
TABELA 05: Minas Gerais – Indicadores Migratórios (1960/1998).....	70
TABELA 06 - Anexo III: Minas Gerais- Porcentagem dos Imigrantes Intraestaduais e Interestaduais por Microrregiões – 1991 e 2000.....	140
TABELA 07: Minas Gerais – Proporção de Aprovação Máxima na 1ª, 5ª, 8ª e 11ª série – Mesorregiões – 2000.....	96
TABELA 08: Razões de Aprovação em % – População Total, Não migrante, Migrante de 0 a 4 anos, Migrante de 5 a 9 anos e Migrante com 10 anos ou mais – Mesorregiões – Minas Gerais – 2000.....	118
TABELA 9: Anexo IV – Proporção de Aprovação Máxima na 1ª, 5ª, 8ª e 11ª séries – Mesorregiões - Minas Gerais – 2000.....	141
TABELA 10: Anexo V - Defasagem Idade Ideal X Série na 1ª, 5ª, 8ª e 11ª séries – Mesorregiões - Minas Gerais – 2000.....	142

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I. MIGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E DESIGUALDADES ESPACIAIS.....	15
1.1 Desenvolvimento e Desigualdade Regional.....	15
1.1.2 Os Paradigmas sobre o Desenvolvimento.....	17
1.2 Migração e Desenvolvimento.....	30
1.2.1 Migração e Desenvolvimento: um breve debate sobre o tema.....	32
1.3 Migração e Educação.....	43
CAPÍTULO II. MÉTODOS E TÉCNICAS.....	49
2.1 As Migrações.....	50
2.2 Os quesitos censitários.....	53
2.2.1 Lugar de nascimento.....	53
2.2.2 Duração de residência.....	54
2.2.3 Lugar de residência em uma data fixa anterior.....	56
2.3 Os Quesitos Censitários sobre Migrações e Educação que serão utilizados para análise no período de 1991 e 2000.....	56
2.3.1 Os quesitos censitários sobre Migrações que serão Utilizados.....	56
2.3.2 Os quesitos censitários sobre Educação que serão utilizados.....	57
2.4 Um esforço metodológico para a elaboração de um prognóstico sobre a Educação dos migrantes em Minas Gerais.....	58
2.5 O Recorte Espacial.....	63
2.6 As técnicas de Mapeamento.....	64
CAPÍTULO III – AS MIGRAÇÕES NO ESTADO DE MINAS GERAIS: FLUXOS E TRANSFORMAÇÕES NAS DÉCADAS DE 1990 E 2000.....	66
3.1 Uma breve análise de posição do estado de Minas Gerais.....	66
3.2 A dinâmica migratória no Estado de Minas Gerais.....	68
3.2.1 Migrações nas Microrregiões de Minas Gerais - Saldos Migratórios Líquidos de 1991 e 2000.....	71
3.2.2 As Migrações Interestaduais em Minas Gerais.....	77
3.2.3 As Migrações Intraestaduais em Minas Gerais.....	84
CAPÍTULO IV - MIGRAÇÕES, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM MINAS GERAIS: REFLEXÕES ACERCA DOS IMPACTOS ESPACIAIS E EDUCACIONAIS DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS.....	90
4.1 Educação no Estado de Minas Gerais: Aspectos educacionais dos Não Migrantes e Migrantes.....	90
4.2 As Tábuas de Aprovação por séries: Aplicação dos indicadores escolhidos.....	95
4.2.1 Indicador I: Proporção de aprovação.....	96
4.2.1.1 Aplicação do Indicador para a população total do Estado de Minas Gerais em 2000 – Mesorregiões.....	96
4.2.1.2 Aplicação do Indicador I para a população não-migrante e migrante do Estado de Minas Gerais em 2000 – mesorregiões.....	100
4.2.2 Indicador II: “Defasagem de anos de estudo por idade” na primeira, quinta, oitava e décima primeira série.....	107
4.2.2.1 Aplicação do Indicador II para a população total do Estado de Minas Gerais em 2000.....	107
4.2.2.2 Aplicação do Indicador II para a população não migrante e migrante do Estado de Minas Gerais em 2000.....	110
4.2.3 Indicador III: Razões de Aprovação.....	114
4.2.3.1 Aplicação do Indicador III para a população total do Estado de Minas Gerais em 2000.....	115
4.2.3.2 Aplicação do Indicador III para a população não migrante e migrante do Estado de Minas Gerais em 2000.....	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
REFERÊNCIAS.....	132
ANEXO.....	138

INTRODUÇÃO

Questões relativas ao desenvolvimento das sociedades tiveram papel de destaque nas diversas áreas do conhecimento, seja nas ciências humanas, sociais, econômicas ou sociais aplicadas. Compreender os fatores que interferem no processo de desenvolvimento de uma determinada sociedade, e avaliar os seus impactos espaciais se apresenta como um desafio ainda maior.

Esta tese tratará de um tema específico do desenvolvimento, que está diretamente ligado à questão da educação formal, e o papel das migrações como variável interveniente do processo de transformação do perfil escolar das sociedades.

Desta forma, a pergunta de partida que norteará este trabalho será a seguinte: quais os impactos da escolaridade e da dinâmica migratória de uma determinada população de migrantes para as sociedades que recebem tal população? E para tentarmos responder esta pergunta de partida destacamos como objetivo geral desta tese: analisar os impactos que a escolaridade e a dinâmica migratória geram para a população de Minas Gerais, bem como de seus efeitos para o desenvolvimento de suas mesorregiões.

Este objetivo geral evidencia dois fenômenos cruciais para a tese, que são as interconexões existentes entre o deslocamento dos indivíduos e a educação formal. Observar como as migrações de uma determinada área para outra acarreta transformações nos padrões educacionais tanto das áreas emissoras quanto das áreas receptoras, e avaliar os efeitos deste deslocamento para as populações migrantes e não migrantes evidencia a íntima relação existente entre espaço e educação.

Além deste objetivo geral, o trabalho também visará alcançar vários outros objetivos específicos, como os que se seguem:

- Analisar os impactos espaciais e sócio-educacionais do deslocamento da população com maior e menor nível de escolaridade;
- Demonstrar os prováveis efeitos para os pólos receptores destes migrantes, com relação ao processo de desenvolvimento sócio-educacional;

- Analisar o impacto das migrações para o processo de formação educacional das populações envolvidas neste fenômeno.

Para tanto, a tese será dividida em três capítulos, que tentarão responder à pergunta de partida, bem como alcançar o objetivo geral e específico deste trabalho, como também confirmar ou refutar nossa principal hipótese: de que a educação é uma variável interveniente fundamental no processo migratório, que gera impactos distintos nas sociedades que emitem e nas que recebem migrantes, sendo que tais impactos estão ligados aos processos de *Brain Drain* e *Brain Gain*, que afetam diretamente as sociedades envolvidas nestes fluxos.

O primeiro capítulo intitulado “Migração, Desenvolvimento e Desigualdades Espaciais”, tratará de três temas principais: Desenvolvimento e Desigualdade regional; Migração e Desenvolvimento e Migração e Educação. Desta forma, será apresentada uma discussão acerca dos modelos de desenvolvimento que tentam explicar os distintos estágios que se encontram as mais diversas sociedades, e o papel das migrações e da educação para a transformação do espaço.

Neste sentido, será feita uma avaliação acerca da relação existente entre migrações e desenvolvimento educacional, um dos pontos mais tratados nos estudos sobre migração na atualidade. Além disto, será analisado como os fluxos migratórios geram impactos no processo de *Brain Drain* e *Brain Gain*, entre as regiões emissoras e receptoras de migrantes, salientando os efeitos positivos e negativos deste processo.

No capítulo 2, “Métodos e Técnicas”, será organizada a metodologia e as técnicas que serão utilizadas na tese. A definição de migração e seus aspectos mais relevantes para este estudo serão apresentados neste capítulo. É importante ressaltar que as migrações ocorrem estimuladas por uma série de fatores, dentre eles se destacam: o fator econômico, social, desastres naturais, as guerras, perseguições políticas, e outros. Desta forma, as pessoas se deslocam sejam na busca de melhores salários, ou por que são forçadas por outros fenômenos, naturais ou de conflitos. O importante é observar quais são os impactos deste deslocamento para as sociedades que emitem o migrante, e daquelas que recebem o migrante, e avaliar se este fluxo de pessoas contribui para o desenvolvimento ou para o aprofundamento dos problemas nestas respectivas sociedades.

De maneira mais específica, será apresentada a definição de migração, os tipos de migração, o debate das principais linhas teóricas acerca de sua importância, bem como o início da discussão sobre quais as maneiras mais adequadas de se mensurar estes fluxos.

O tratamento das variáveis escolhidas nos censos de 1991 e 2000, e a utilização dos indicadores que melhor expressarão os objetivos do trabalho serão discutidos e elaborados nesta seção. É importante salientar que a fonte primária serão os censos demográficos de 1991 e 2000, tanto o universo quanto a amostra, desta forma, se necessário, a compatibilização de alguns dados será feita.

A aplicação da metodologia e das técnicas desenvolvidas auxiliará a alcançar os resultados esperados, que é fundamentalmente observar os desdobramentos da dinâmica migratória para a melhoria ou não de indicadores sócio-educacionais das regiões emissoras e receptoras de Minas Gerais, e como eles são distribuídos espacialmente.

A escolha das categorias de migrantes e seus perfis educacionais (migrantes de data fixa ou de última etapa) bem como quais variáveis existentes nos censos de 1991 e 2000 que poderão ser usadas para avaliar os impactos do processo migratório (migrantes por anos de estudo, última série concluída, idade escolar e etc.) na origem e no destino, serão tratados nesta seção do trabalho.

Além disto, também será necessário tornar claro os vários níveis de análises que serão utilizados (indivíduo, coorte, coorte de sobreviventes à remigração, coorte por tempo de residência, indivíduos fora da idade escolar, mas que continuam estudando, Microrregiões e etc.), destacando suas vantagens e limites.

Outro aspecto fundamental do capítulo 2 será a apresentação dos procedimentos para a elaboração dos mapas temáticos. Desta forma, será feita uma breve descrição sobre o processo de elaboração dos mapas temáticos, bem como as técnicas utilizadas para cartografar as informações obtidas, deixando claro suas limitações e alcances. Deste modo, acredita-se que tanto o tratamento da informação espacial, quanto a análise de tais informações permitirá uma análise mais assertiva do problema de pesquisa.

Já o capítulo 3 – “As migrações no Estado de Minas Gerais: Fluxos e transformações nas décadas de 1990 e 2000” apresentará uma breve análise de posição, e reflexão histórica das migrações no Estado de Minas Gerais, bem como os saldos migratórios líquidos por microrregiões nos anos de 1991 e 2000. Além

disto, aspectos importantes acerca das migrações inter e intraestaduais serão explorados, com o intuito de preparar a tese para as análises dos resultados finais.

O capítulo 4 - “Migrações, Educação e Desenvolvimento em Minas Gerais: reflexões acerca dos impactos espaciais e educacionais dos movimentos migratórios” buscará responder à pergunta colocada no início deste projeto: quais os impactos da escolaridade e da dinâmica migratória de uma determinada população de migrantes para as sociedades que recebem tal população?

Por meio da perspectiva teórica, metodológica e técnica, tratados nos capítulos anteriores, e pelo entendimento histórico da geodemografia mineira durante as décadas de 1980 a 2000, mais especificamente entre as décadas de 1991 e 2000, será apresentado um quadro sobre as prováveis respostas da nossa pergunta de partida, utilizando mapas, tabelas e análises acerca do fenômeno tratado.

Desta forma, serão apresentados os resultados da tese, da qual se espera poder contribuir de alguma forma para o entendimento das relações existentes entre os fluxos migratórios e seus impactos sócio-educacionais para a sociedade mineira.

CAPÍTULO I

MIGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E DESIGUALDADES ESPACIAIS

1.1 Desenvolvimento e Desigualdade Regional

Os estudos sobre desenvolvimento ganharam grande visibilidade principalmente após a Segunda Guerra Mundial. A busca por parte das nações vencedoras em não permitir a perpetuação de regimes autoritários alimentados por desigualdades socioeconômicas ficou claro nos programas de reconstrução da Europa e do Japão. Com este intuito, as grandes potências tentaram diminuir as desigualdades regionais das potências vencidas por meio de programas de desenvolvimento.

É claro que a preocupação com o desenvolvimento das sociedades é algo anterior à Segunda Guerra Mundial, mas o seu maior impulso, tanto no âmbito institucional (com a criação de bancos de desenvolvimento como o BID, o Banco Mundial e o PNUD), como nos estudos sobre a temática, fomentados por organismos internacionais, centros de pesquisa e universidades, advêm principalmente desta época.

O papel do espaço na compreensão do processo de desenvolvimento e da desigualdade é muito relevante, pois o aspecto geográfico pode ser a fonte do desenvolvimento ou o indutor da pobreza, seja pelas suas características de interação ou isolamento, pelo deslocamento das pessoas, pela abundância ou escassez de recursos naturais, força de trabalho e etc.

A busca pelo entendimento da dinâmica migratória é um dos mais complexos desafios para a demografia. Várias são as teorias que visam explicar o deslocamento das pessoas de determinadas regiões para outras. Para Brito (2007), o principal paradigma das teorias de migração converge para as discussões acerca do crescimento e desenvolvimento econômico, e da teoria da modernização. De acordo com ele:

As análises econômicas e sociológicas sobre as migrações internas foram fortemente influenciadas, respectivamente, pela teoria do desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra e pela teoria da

modernização social. Na primeira encontra-se a concepção de que as migrações são o mais poderoso mecanismo de transferência da população de regiões agrícolas, densamente povoadas, e com uma produtividade do trabalho extremamente baixa, para os setores urbanos e industriais da economia capitalista onde o progresso técnico intrínseco garante uma produtividade do trabalho muito mais elevada. De acordo com a teoria da modernização, pode-se dizer que as migrações transferem o grande excedente populacional das áreas tradicionais da sociedade para as cidades, principalmente as grandes cidades, onde predomina um arranjo social e cultural moderno, baseado nos padrões históricos da sociedade ocidental. (BRITO, Fausto, 2007, p. 2).

Este debate permeará grande parte deste capítulo, pois apontará a relevância das variáveis econômicas, humanas e geográficas para o processo de migração interna e de desenvolvimento regional. Porém, faz-se necessário compreender o conceito de desenvolvimento, que será extensamente utilizado nesta tese, e que muitas vezes é confundido com o conceito de crescimento econômico. De acordo com Vasconcellos, Gremmaud e Toneto Júnior (1999), a principal diferença entre estes dois conceitos seria que:

Crescimento econômico, é a ampliação quantitativa da produção, ou seja, de bens que atendam às necessidades humanas. Já o conceito de desenvolvimento é um conceito mais amplo, que inclusive engloba o de crescimento econômico. Dentro deste conceito o importante não é apenas a magnitude da expansão da produção representada pela evolução do PIB, mas também a natureza e a qualidade deste crescimento. Quando se diz que um país é desenvolvido, o que se quer ressaltar é que as condições de vida da população daquele país são boas, e quando se diz que um país é subdesenvolvido, há referência ao fato de que a maior parte da população residente naquele país tem condições de vida sofríveis. (VASCONCELOS, Marco Antônio; GREMAUD, Amaury; JÚNIOR, Rudinei, 1999, p.64).

Desta forma, este capítulo apresentará uma discussão acerca do desenvolvimento ligado ao aspecto geográfico, principalmente sobre o ponto de vista das migrações, apontando para os impactos advindos da interação entre sociedades distintas, e seus desdobramentos socioeconômicos e educacionais para os pólos que emitem migrantes e para aqueles que recebem os migrantes.

1.1.2 Os Paradigmas sobre o Desenvolvimento

Nesta seção, serão apresentados quatro vieses sobre o crescimento econômico, retratado por Brown (1991), que são modelos que tentam explicar os fatores e os processos de crescimento econômico de cidades, regiões ou Estados, do ponto de vista socioeconômico, que podem gerar desenvolvimento econômico. Para o autor, podem ser identificados quatro modelos principais, que são: Crescimento por Estágios, o Modelo da Sociedade Dual, a perspectiva dos Recursos humanos e a Economia Política.

Crescimento por Estágios

Uma das primeiras representações do processo de desenvolvimento foi apresentada por Rostow (1960), em seu modelo dos estágios de crescimento. Advindo da história econômica, cinco estágios seqüenciais caracterizam o desenvolvimento nacional, que são: “Sociedade tradicional”, “precondições para a decolagem em direção ao crescimento auto-sustentável”, “em direção da maturidade”, e “alto consumo de massa”.

O motor que impulsiona o “estágio de decolagem” é a manufatura, com uma extensa infra-estrutura pública e uma mentalidade empresarial compartilhada pela sociedade. Poupança e acumulação de capital também são variáveis importantes, um tema enfatizado no modelo de desenvolvimento de Harrod-Domar¹. (Brown, 1991).

¹ O Modelo Harrod-Domar de crescimento econômico é um modelo simples que aponta como principal fator de crescimento econômico a acumulação de capital, além de indicar a inexistência de qualquer equilíbrio automático da economia, por meio de mecanismos de mercado.

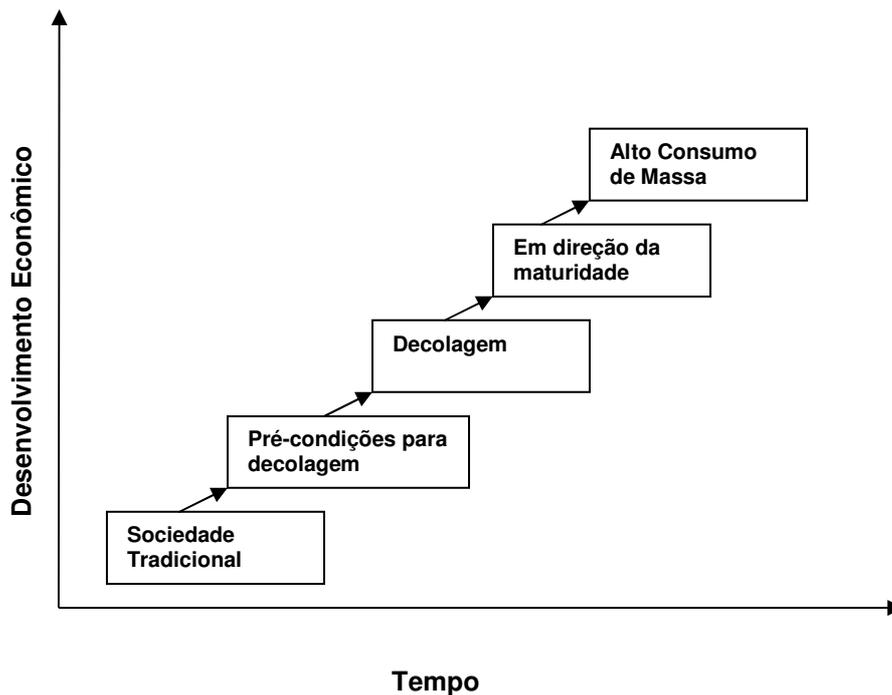


Figura 1: Os Cinco Estágios de Crescimento Econômico de Rostow

Fonte: Brown, 1991. Figura adaptada e traduzida.

Como pode ser observado na figura 1, a transformação de uma sociedade está diretamente ligada ao tempo e ao desenvolvimento econômico, sendo que o degrau mais baixo desta escala são as sociedades tradicionais, e o mais alto uma sociedade de alto consumo de massa. É importante enfatizar que as condições precípuas para a transição de um estágio para outro é algo extremamente complexo, mas que está diretamente ligado à constituição de uma extensa infra-estrutura pública, construção de vias de conexão material e informacional, fortalecimento da indústria e criação de mercado consumidor.

Embora o pensamento em estágios seja frequentemente visto como demasiadamente estruturalista, e ligado às forças do capital internacional, pois o próprio Rostow foi assessor do Governo estadunidense por várias vezes, defendendo inclusive a intervenção no sudeste da Ásia na década de 1960, vários de seus elementos teórico-metodológicos são encontrados em modelos subseqüentes, como por exemplo: a mão de obra como recurso na qual uma indústria incipiente pode ser construída; emergência de uma classe empresarial, ou uma mentalidade motivada para o desenvolvimento; e a tecnologia e inovação como estímulo ao crescimento. Além disto, a proliferação de infra-estrutura, acumulação

de capital, e o desenvolvimento industrial continuam sendo o coração das políticas de desenvolvimento de nossos dias. (Brown, 1991).

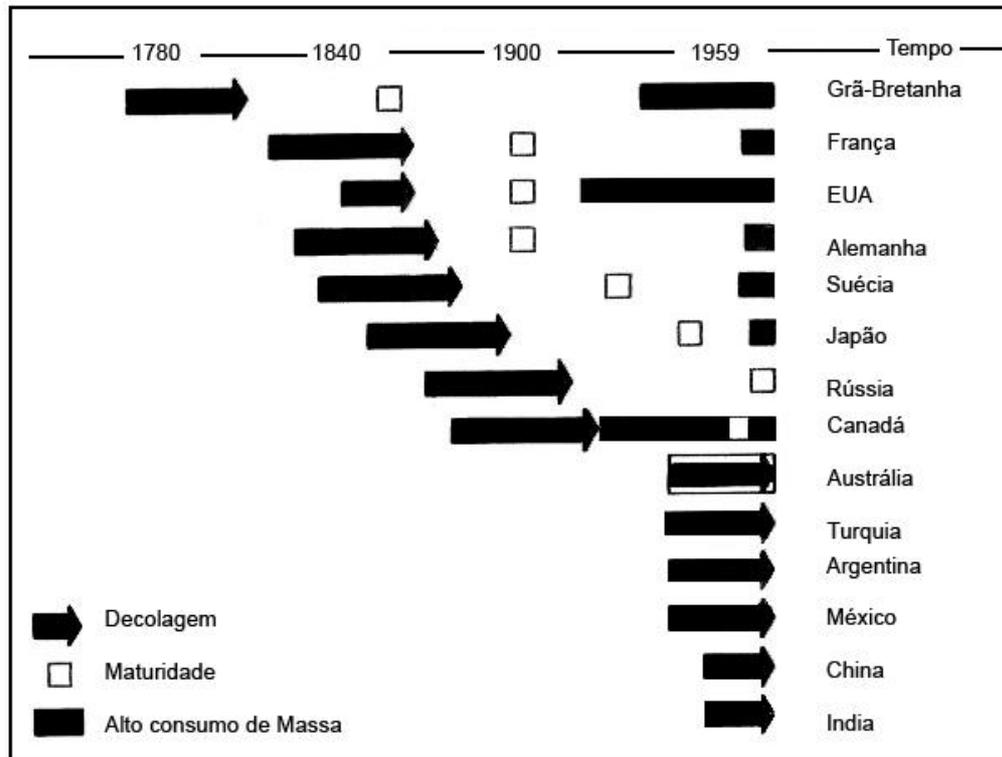


Figura 2: Estágios de Crescimento econômico por Países

Fonte: Brown, 1991. Figura adaptada e traduzida

O Gráfico acima traduz parte do pensamento de Rostow (1960). Percebe-se que diversas sociedades possuem o início do processo de crescimento em datas diferentes. No caso da figura 2, vemos que a Grã-Bretanha iniciou a etapa de “decolagem” em 1780, enquanto China e Índia começaram mais tardiamente, ambas em 1959. Outro dado interessante é com relação ao estágio de maturidade, na qual vários países já alcançaram, como Grã-Bretanha, França, Japão e etc., enquanto Turquia, Argentina e México ainda permanecem no estágio de “Decolagem” de suas economias. E por último, o estágio de “alto consumo de massa”, na qual somente alguns países já a alcançaram, no caso apresentado por Rostow (1960), basicamente países europeus, alguns da América do Norte e Japão.

É importante ressaltar que a figura 2 deixa claro que países possuem estágios de crescimento econômico distintos, pois enquanto alguns mal iniciaram o processo

de “decolagem”, isto é, o primeiro degrau para romper com a sociedade tradicional em direção a uma sociedade moderna, outros já se encontram por décadas no estágio mais avançado de crescimento, o que demonstra a desigualdade no crescimento e desenvolvimento econômico das sociedades.

Porém, mesmo com todos os aspectos positivos deste tipo de modelo, o mesmo deixa de lado questões importantes que podem limitar o potencial de crescimento, retardar o desenvolvimento ou constranger a tomada de decisão relativa à política econômica, como a estrutura interna do Estado e do sistema mundo, algo mais explorado pelas correntes marxistas, pela compreensão das lutas de classes e da divisão internacional do trabalho.

O Modelo da Sociedade Dual

A maior preocupação do modelo da sociedade dual é o equilíbrio entre os elementos “contemporâneo” e “tradicional” nas economias nacional e internacional, e os processos que levam a uma transformação em direção à modernidade. Estas formulações são articuladas primeiramente em termos da estrutura interna de uma única nação. (Brown, 1991).

Na economia, o setor rural de subsistência é tido como tradicional, enquanto o setor de alta produtividade urbana como moderno. Os mecanismos de transformação estrutural de uma sociedade estão ligados à expansão industrial e o excedente da força de trabalho rural que pode ser retirada sem custos para aquele setor. Desta forma, a indústria se expande pela importação de mão de obra do setor rural de forma constante e de baixa remuneração. Este processo termina quando o excedente de mão de obra rural se esgota, gerando o aumento do valor da mão de obra advinda do campo, devido ao aumento da demanda da força de trabalho e a diminuição de sua disponibilidade. (Brown, 1991).

Com isto, a expansão industrial, proveniente dos baixos salários advindos do campo, funciona como um catalisador no processo de transformação da sociedade, de tradicional para moderna. Este modelo indica que o principal mecanismo de desenvolvimento de uma determinada sociedade está fundado no processo migratório da mão de obra do meio rural para os centros urbanos, o que alimentaria

o crescimento industrial. Desta forma, os centros urbanos seriam a principal fonte do crescimento econômico. (Brown, 1991).

Já o modelo da sociedade dual no viés sociológico, conhecido também como teoria da modernização aponta que o tradicional e o moderno estão ligados a questões de atitudes pessoais, o que transforma os meios de comunicação, os fluxos de informações interpessoais e a educação. Existe uma ênfase particular no aspecto motivacional dos indivíduos de uma determinada sociedade e do surgimento de uma mentalidade empresarial. (HAGEM, 1969).

Modelos que tratam da perspectiva da sociedade dual possuem um forte teor espacial advindo da abordagem centro-periferia, aplicados em diversos níveis de análise, seja do ponto de vista do sistema mundo, de um determinado Estado e suas províncias ou regiões, ou na relação entre uma grande cidade e sua periferia. Este viés é utilizado até os dias de hoje por geógrafos e economistas, e divide o espaço em duas áreas, uma região dinâmica, que impulsiona o crescimento e que é símbolo de modernidade, caracterizada por atividades do setor secundário e quaternário, e uma periferia tradicional, dominada por atividades primárias. (BROWN, 1991).

Estas duas áreas são ligadas por dois mecanismos: Efeitos de polarização e Efeitos de transbordamento. O primeiro é marcado por um processo de absorção da periferia pelo centro, por meio das migrações, movimentos de capital, fluxo de comércio e etc., que a princípio é desfavorável à periferia. E o segundo mecanismo, efeito de transbordamento, ocorre simultaneamente ao primeiro, e atinge a periferia positivamente, fruto da difusão de inovação advinda da relação com o centro, do envio de ganhos para periferia, proliferação de infra-estrutura, educação e estabelecimento de atividades do setor secundário e de serviços.

A princípio, o processo de polarização reforça a dominação do centro. As disparidades entre centro e periferia aumentam, em um movimento circular de acumulação de capital do centro. Porém, em alguns casos, o efeito de transbordamento pode ganhar força, o que gera índices de crescimento maior na periferia do que no centro, o que acarreta um movimento conhecido como polarização reversa. (BROWN, 1991).

O debate acerca de quando o efeito de transbordamento ocorre, e quais as condições para seu aparecimento é muito relevante. Para Brown (1991), Richardson (1980), e TOWNROE & KEEN (1984), uma série de fatores interferem no aparecimento da polarização reversa, como por exemplo: distância da periferia até o

centro urbano, ou entre vários centros urbanos; tamanho e taxa de crescimento do centro; características da constituição urbana do centro; vias de transporte e de comunicação entre o centro e a periferia, e a distribuição espacial das forças sociopolíticas. Não podemos esquecer que regiões periféricas (sejam municípios, províncias, ou Estados Nacionais) também são muito heterogêneas, algumas marcadas por processos de ascensão e outras por decadência.

Desta forma, alguns aspectos são importantes para avaliar quais características intrínsecas à periferia poderiam ocasionar um processo de ascensão. Brown (1991) destaca alguns: sua localização próxima ao centro, ou em um corredor de desenvolvimento (entre duas regiões em crescimento); a presença de recursos naturais; ou pela proximidade de determinadas áreas com potencial de desenvolvimento e ocupação, ou que tenha algum significado estratégico.

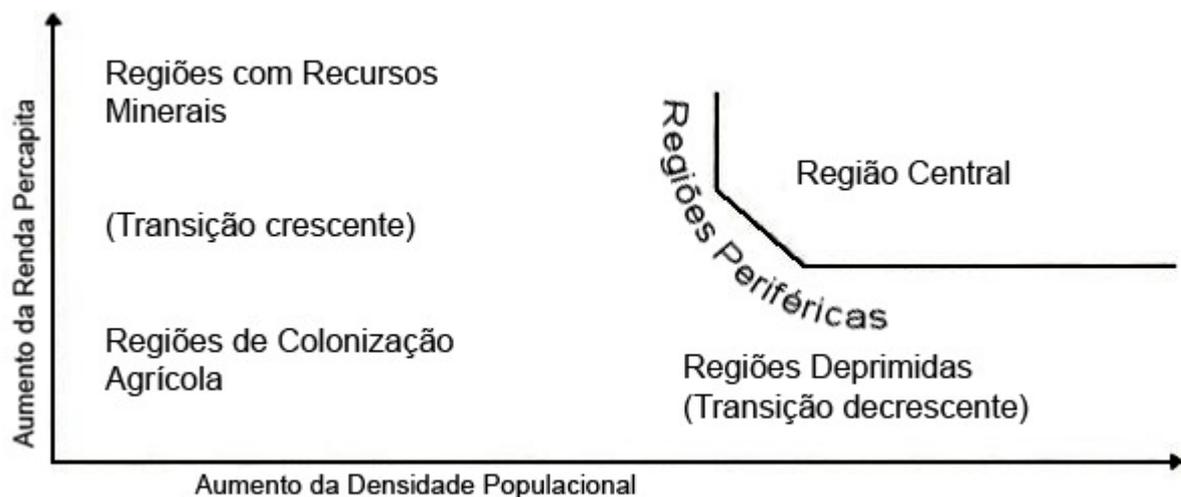


Figura 3: A Distinção entre Centro e Periferia na Sociedade Dual

Fonte: Brown, 1991; Adaptado e traduzido

De acordo com a figura 3, podemos perceber as principais variáveis e elementos que caracterizam as relações entre o centro e a periferia. O centro (centros urbanos) é marcado pelo equilíbrio entre adensamento populacional e aumento da renda *per capita*, enquanto a periferia (regiões de colonização agrícola) por baixo adensamento populacional e baixa renda *per capita*. A presença de recursos naturais e proximidade com o centro podem favorecer a ascensão da

periferia, enquanto a ausência dos mesmos transforma tais regiões em áreas em decadência.

Este viés reforça a perspectiva do desenvolvimento tendo como motor o centro, isto é, as grandes áreas urbanas. O espaço é dividido em duas grandes áreas, tradicional e moderno, sendo que o tradicional é o rural e a moderna o urbano. O papel de indutor do desenvolvimento nacional ou regional é regido pelo centro urbano, o que permite ao passar do tempo, um processo de transbordamento para as áreas periféricas, o que geraria uma melhora na estrutura pública e na renda *per capita* destas regiões.

Richardson (1973) discute a real possibilidade da polarização reversa ocorrer, trazendo o debate sobre e como a convergência regional pode gerar a diminuição das desigualdades em uma determinada área. Este debate está inserido no desenvolvimento por pólos regionais, no qual uma determinada região poderá alcançar crescimento econômico e posterior desenvolvimento, a partir da presença de um pólo, ou mais de um pólo. Existem duas correntes principais sobre a relação entre o pólo, e sua região periférica.

Uma perspectiva mais otimista acredita na convergência regional, isto é, a presença do pólo, com o passar do tempo, permitirá o transbordamento e a diminuição das desigualdades regionais. E uma mais pessimista, da divergência espacial, que acredita que a presença do pólo aprofunda cada vez mais as desigualdades.

Para Richardson (1973) existem três importantes forças de convergência que podem atuar em uma região:

Em primeiro lugar, há a possibilidade de fluxos de fatores equilibrantes conforme previsto pelo modelo neoclássico. A mão-de-obra movimentar-se-á de regiões de baixos salários para altos salários e, se os salários e o produtor marginal de capital forem correlacionados inversamente, o capital fluirá na direção oposta. Em consequência, as regiões de baixo salário devem crescer com maior rapidez. Uma segunda fonte principal de convergência é a realocação de recursos dentro de regiões de setores de baixo salário (como a agricultura) para setores de elevada produtividade e alto salário, elevando assim as rendas médias percapita (...). Em terceiro lugar, as características de amadurecimento das regiões de alta renda de há muito estabelecida podem reduzir os aumentos futuros das rendas percapitas. As mais importantes dessas características são provavelmente a exaustão do âmbito para deslocamentos de recursos intersetoriais e as funções de oferta de mão-de-obra inelásticas. (RICHARDSON, H.W. 1973, p. 52).

Mesmo as forças de convergência podendo atuar de maneira a atenuar as disparidades regionais, a polarização reversa encontra uma série de dificuldades, e geralmente não ocorre sem a intervenção clara das forças governamentais, que investem em determinadas áreas para induzir o desenvolvimento de novos pólos em regiões mais pobres.

Desta forma, as forças de divergências podem predominar perante as forças de convergência, pois os pólos tendem a criar uma estrutura auto-sustentável pela aglomeração de indústrias. Além disto, o progresso tecnológico e inovações não difundem com tanta rapidez, e tendem a se concentrar nos pólos. Assim, grandes centros atraem capital e investimentos de regiões mais distantes, (nacional ou internacional) o que permite a manutenção dos pólos regionais e das diferenças salariais. (RICHARDSON, 1973).

Porém, este modelo não considera movimentos ligados aos recursos humanos, isto é, a relevância do investimento na educação, saúde e saneamento básico como promotor de crescimento e desenvolvimento econômico. Estas variáveis são apenas intervenientes no processo, e não centrais.

A Perspectiva dos Recursos Humanos

Enquanto os modelos de estágios de crescimento e da sociedade dual enfatizam as condições estruturais que levam ao desenvolvimento, a perspectiva dos recursos humanos aponta para a importância do indivíduo e de suas habilidades para a promoção do desenvolvimento. Este modelo afirma que o crescimento econômico e o desenvolvimento de uma determinada sociedade é fruto principalmente do aumento da produtividade do trabalho, habilidades pessoais, motivação para alcançar objetivos e capacidade de explorar oportunidades, o que gera um espaço propício para o aparecimento de atividade econômica de maneira natural. (BROWN, 1991).

Desta forma, para o modelo dos recursos humanos, o processo de modernização de uma sociedade é fruto principalmente da transformação da atitude e da mentalidade dos indivíduos que formam parte deste grupo, e não somente das características ligadas aos recursos naturais, existência ou não de fontes de energia,

localização e etc. O surgimento de uma mentalidade empresarial e que busque alcançar determinados objetivos de maneira motivada é que difere as sociedades tradicionais das modernas.

É neste sentido que a educação tem um papel central para esta perspectiva, pois seria o principal mecanismo transformador das qualidades pessoais e interpessoais. São raros os estudos que tentam compreender os impactos espaciais da educação na relação entre duas unidades políticas (Estados Nacionais, províncias ou municípios), mas constitui um campo muito interessante para pesquisa.

Outra variável extremamente importante para a perspectiva dos recursos humanos são as necessidades básicas da população. Melhorias na educação, saúde, nutrição, na condição de vida das famílias, ou outros aspectos que melhorem o bem estar da população contribuem para a melhora da produtividade do trabalho. (Brown, 1991).

Para além destas características, a melhoria na educação formal da população também impacta sob as escolhas da mesma, isto é, no entendimento de uma alimentação mais saudável, em inovações tecnológicas, nas questões ligadas à saúde e cuidados sanitários, o que gera diminuição de gastos públicos nestes setores.

Um outro fator que possui forte impacto nas sociedades advindo do processo de educação formal é a diminuição da fecundidade. Isto é, estudos já demonstraram uma forte correlação estatística entre o nível de escolaridade de uma determinada população e o número de filhos por mulher, o que demonstra que o acesso da mulher ao mercado de trabalho, e o entendimento da mesma sobre os métodos contraceptivos geram impacto para a diminuição da fecundidade. Desta forma, o aumento com gastos na educação, saúde e nutrição de uma população, geraria um grande retorno para sociedade.

Capital Humano

Outro conceito muito importante, e explorado intensamente a partir da década de 1960, foi o conceito de capital humano. Tal abordagem se difere da trabalhada

anteriormente principalmente por seu caráter mais específico sobre o papel do indivíduo para a transformação da sociedade. Se para os recursos humanos o papel da educação, saúde e saneamento básico são fatores fundamentais para a transformação de uma sociedade, para o capital humano o indivíduo seria a própria força transformadora, com todas suas habilidades, formação e experiência adquirida pelos seus anos de estudo, trabalho e etc. Paiva (2001) apresenta uma boa definição de capital humano citando Gerschuni (2000):

Do mesmo modo que o comportamento de uma empresa é determinado pela natureza e localização de sua planta física ou "capital", o do indivíduo é determinado pelo seu "capital humano". Trata-se de um conjunto fixo de habilidades, experiência e posição social (e geográfica) que... determina a ação individual. Mas, como no caso das empresas, este "conjunto fixo" só é fixo num momento no tempo. O capital atual de uma empresa é consequência de seu comportamento prévio. A pesquisa, o marketing, o investimento, as conexões sociais, determinam o estado atual da firma... O mesmo vale para os indivíduos. Habilidades atuais, experiência, qualificações e conexões sociais constituem o capital humano economicamente relevante do indivíduo e determinam suas opções de atividade econômica. Estas são, elas mesmas, consequência do comportamento anterior. Conseguir um emprego, passar numa prova, dá acesso a um leque de oportunidades e o comportamento prévio é consequência de detenção de capital econômico (um emprego anterior) ou social (ex. rede pessoal de amigos e conhecidos), cultural (informações culturais absorvidas ao longo da vida) ou ainda educacional, adquirido pela escolaridade... aqui o termo "capital" não é mais uma metáfora... enquanto o capital perde valor com o uso, o "capital humano" ganha; além disso, o investimento em "capital humano" pode ocorrer de forma simultânea com o consumo e mesmo com o consumo agradável. (GERSCHUNI, 2000, p. 85-6, *apud* PAIVA, 2001, P. 188).

Mesmo este conceito sendo controverso, pois para alguns autores a própria denominação "capital humano" desumaniza o próprio homem, ao igualá-lo às forças de exploração do capital, ele é importante pois expressa a relevância da educação, principal fator de fortalecimento do capital humano para o desenvolvimento de uma sociedade moderna. A discussão sobre educação, capital humano e desenvolvimento será retomada mais adiante, onde exploraremos os conceitos de Schultz (1960) sobre a questão.

A perspectiva da Economia Política

A teoria da dependência, o marxismo e o materialismo histórico quase sempre foram críticos dos modelos anteriormente apresentados, pois os mesmos não levavam em consideração um elemento central na relação entre o centro e a periferia, ou entre o rural e o urbano, ou o tradicional e o moderno, que é a política.

Para a economia política, a relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento está fortemente marcada por uma interdependência estrutural, sendo que a política do “centro desenvolvido” objetivaria a limitação e enfraquecimento da periferia, com o intuito de manter o movimento cíclico de fortalecimento do centro e aumento da dependência da periferia. Isto significaria a manutenção do recebimento de mão de obra a baixos custos, fluxos de comércio e de capital, e outros tipos de ganhos.

Um bom exemplo deste processo é o próprio período colonial, em que a metrópole vendia para as colônias produtos manufaturados, e ao mesmo tempo limitava a produção destes produtos e a comercialização de qualquer outra *Commodities* com algum país que não a metrópole. Um momento histórico que retrata bem este exemplo foi a vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808, quando fugia da expansão napoleônica na Europa. Naquele tempo, Dom João VI foi obrigado a abrir os portos brasileiros para as nações amigas, terminando com a exclusividade do comércio com a metrópole, o que gerou uma onda de desenvolvimento para o Brasil colônia.

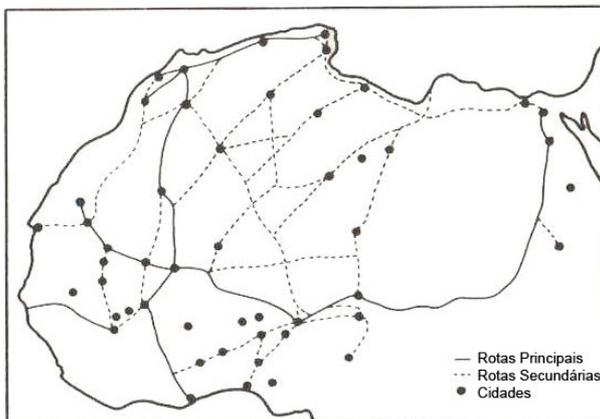
De maneira mais ampla, esta perspectiva se diferencia das demais por cinco questões principais (BROWN, 1991):

1. As questões econômicas e sociais são condicionadas pelo poder dos relacionamentos;
2. O desenvolvimento de áreas menos desenvolvidas é limitado por um status de dependência e caracterizado por confronto, e não pela harmonia de interesses;
3. Compreendem que o desenvolvimento não é inerentemente bom, e não necessariamente um estágio final em que os indivíduos, regiões ou estados aspiram alcançar;

4. O subdesenvolvimento é conseqüência da própria estrutura do Sistema Internacional;
5. A relação da política socioeconômica é historicamente marcada por eventos idiossincráticos.

O que distingue esta perspectiva dos demais modelos anteriormente citados é a compreensão da fonte da desigualdade e da pobreza, e os caminhos para diminuí-las. Para a economia política, não basta uma análise rigorosa do espaço, a implementação de melhores corredores viários e linhas de comunicação, bem como universidades e centros tecnológicos para diminuir a pressão do centro para a periferia. Para eles, os problemas que impactam sobre os países pobres estão ligados à divisão internacional do trabalho, a um sistema mundial marcado por um centro que limita o crescimento da periferia, e o papel das elites locais cooptadas como focos de resistência ao desenvolvimento nacional. Desta forma, o entendimento da política internacional e nacional é de fundamental importância para compreensão da pobreza e desigualdade entre diversas áreas. (BROWN, 1991).

Cidades do Oeste da África e Rotas de Comércio,
Século Dezesseis



Fonte: Adaptado de MABOGUNJE (1968:48)

Centros Urbanos do Oeste da África, 1981

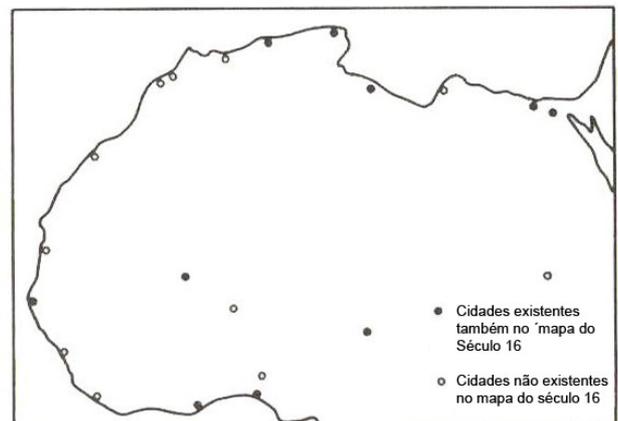


Figura 4: Impactos da Colonização no Sistema Urbano do Oeste da África

Fonte: Brown, 1991; Adaptado e traduzido

A figura 4 demonstra como o poder das metrópoles moldou as características urbanas das principais cidades do Oeste da África. A existência de novas cidades após o século XVI e o desaparecimento de outras, estaria diretamente ligado aos

interesses comerciais da metrópole, independente da estrutura ideal para o desenvolvimento local. As rotas de comércio existentes no século XVI entre várias cidades africanas não foram consideradas quando contrariavam o modelo de crescimento e exploração dos europeus, o que gerou uma estrutura urbana marcada pelas principais vias de absorção e escoamento de produtos para os colonizadores.

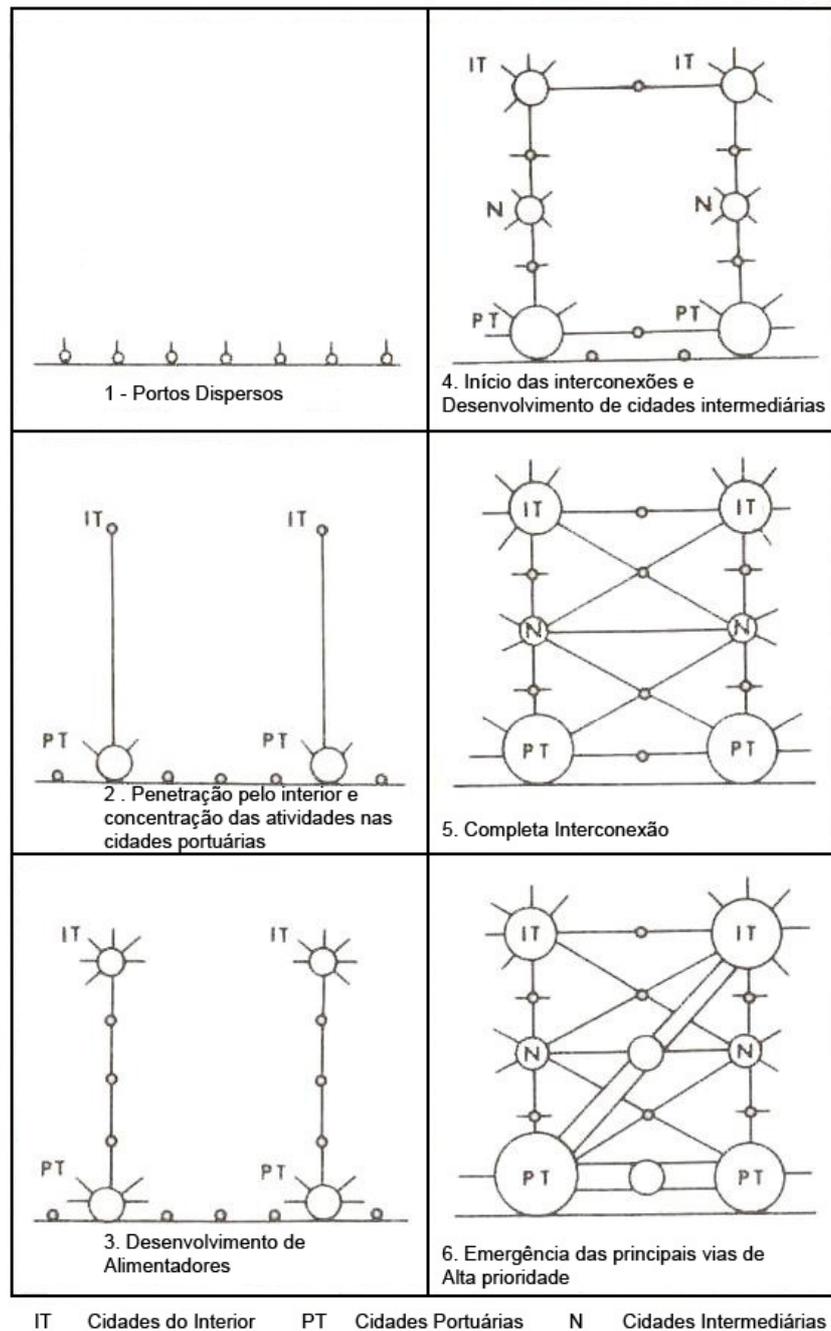


Figura 5: Ideal de desenvolvimento de transporte em países desenvolvidos

Fonte: Brown, 1991; Adaptado e traduzido

Já a figura 5 apresenta a seqüência ideal para o desenvolvimento de transporte para países desenvolvidos, que se comparado com a figura 4 demonstrará a diferença dos dois modelos. Enquanto na figura 4 não existe uma preocupação na conexão das cidades e aumento das vias principais para as áreas de desenvolvimento prioritário, a figura 5 mostra claramente o esforço na integração do espaço e na hierarquização dos centros urbanos, não deixando de fora as cidades portuárias, as que se localizam no interior do território nem aquelas que estão entre estes dois elementos.

Em suma, para a economia política, a utilização de modelos de crescimento ou desenvolvimento das sociedades está diretamente ligada à ação política dos atores e seus interesses, no intuito de limitar ou induzir o desenvolvimento de determinados atores políticos. Desta forma, o crescimento e o desenvolvimento não seria um bem buscado por todos, mas sim uma forma de manutenção do *status quo* e da relação de exploração do centro pela periferia.

Estes foram pequenos exemplos de como a economia vislumbra o crescimento e o desenvolvimento. Existem centenas de modelos que visam explicar o processo de desenvolvimento das sociedades, mas para este trabalho, o foco estará voltado para uma perspectiva em especial, por se enquadrar naquilo que se acredita ser pouco explorado e estudado, que é o papel da educação para o desenvolvimento regional e os impactos que a migração gera para as sociedades envolvidas no intercâmbio de populações com características educacionais distintas. Desta forma, a perspectiva dos Recursos Humanos e do capital humano ganha muita relevância, pois tem na educação uma das principais variáveis de transformação das sociedades, seja no viés das ciências econômicas, na sociologia ou na geografia.

1.2 Migração e Desenvolvimento

O entendimento das questões existentes entre o processo migratório e o desenvolvimento das populações que recebem ou emitem tal migrante é complexo e instigante. Logo, compreender as relações existentes entre as migrações no Brasil, em especial em Minas Gerais, pode ser uma forma de nos auxiliar a responder

algumas perguntas acerca das inter-relações existentes entre as migrações e o desenvolvimento humano.

As migrações econômicas representam para os indivíduos de países pobres e em desenvolvimento, um fator de esperança pela busca de uma vida melhor. Seja em escala internacional, ou nacional, tal processo levou milhares de seres humanos a se deslocarem de suas regiões de origem para outras localidades, causando impactos em suas vidas, e nas vidas daqueles que já estavam em tais áreas.

Se no âmbito doméstico as migrações causam impactos positivos e negativos para as populações envolvidas neste processo, no âmbito internacional este fenômeno também é de extrema importância, causando densas transformações na ordem mundial. Seja em seu caráter econômico, fruto da atração dos grandes centros industriais no sistema mundo, ou pela existência de conflitos internacionais ou catástrofes naturais, os indivíduos se deslocam de determinados países para outros, gerando muitas vezes perturbações na ordem mundial.

De acordo com Renouvin e Duroselle (2000), existem forças profundas que interferem diretamente no equilíbrio mundial de poder e na história da humanidade, dentre elas, a migração se apresenta como uma das mais fortes, pela sua fluidez e impactos que desencadeiam nos mais variados setores no cenário internacional.

Tendo como pano de fundo a busca pela estabilização do sistema internacional, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, os Estados nacionais tentaram criar as condições para evitar que tais perturbações pudessem ocorrer novamente. A criação de instituições internacionais que auxiliavam os Estados na condução de suas políticas de segurança, econômica e social, gerou um conjunto de órgãos conhecido como Sistema ONU. Com isto, dentre as principais preocupações das Nações Unidas, vimos principalmente no final da década de 1990, uma maior atenção com relação à segurança humana e o desenvolvimento humano.

Desta forma, compreender o fenômeno das migrações, suas motivações e seus desdobramentos estão fortemente ligados ao projeto das Nações Unidas – Os Objetivos do Milênio, que representou a consagração do tema do desenvolvimento humano na agenda internacional. Se a principal meta dos Objetivos do Milênio é diminuir as desigualdades mundiais, e construir um mundo menos pobre e conflituoso até 2015, o entendimento das migrações em Minas Gerais (Estado da Federação que é a síntese do Brasil) ajudará no diagnóstico sobre a força que este fenômeno possui sobre os atores envolvidos: indivíduos e sociedades.

A natureza dos fluxos migratórios, suas origens e especificidades, suas motivações e desdobramentos, tudo isto está intimamente ligado à sociedade nacional e à realidade regional, que possuem dinâmicas próprias e que geram desdobramentos específicos em cada área do Brasil.

Qual relação existente entre a fome, miséria e as migrações? As migrações auxiliam na diminuição desta mazela humana de maneira conjuntural ou estrutural? Esta resposta só poderá ser respondida a contento a partir de uma observação mais holística da dinâmica demográfica.

Qual relação existente entre educação formal e as migrações? As migrações geram impactos positivos ou negativos nas populações de migrantes e nas populações naturais? Da mesma forma, esta resposta só poderá ser respondida por meio de um método que nos ajude compreender de maneira sistemática este fenômeno.

1.2.1 Migração e Desenvolvimento: um breve debate sobre o tema

Acerca da discussão sobre desenvolvimento e migrações, são vários os autores que apontam os aspectos positivos e negativos da migração como fator de mobilidade social e desenvolvimento das sociedades. O debate sobre os fatores que estimulam a migração, e os impactos que ela gera para a economia das partes envolvidas nestes processos constitui o principal objetivo deste tópico.

Como expõe Araújo e Ramos (1999): “Os economistas que estudavam a transição do subdesenvolvimento para a industrialização ou desenvolvimento sempre colocaram a realocação do fator trabalho como um ponto central desse processo”. (ARAÚJO e RAMOS, 1999, p.43).

Durante a década de 1960 e 1970, o debate teórico acerca das motivações das migrações e seus desdobramentos giravam entorno da realocação do fator trabalho, sendo este, o principal fator de estímulo para os migrantes se deslocarem de suas cidades de origem para outras localidades.

O fluxo de pessoas era de regiões rurais, e mais pobres, para áreas urbanas que demandavam mão-de-obra para sustentar o início do processo de

industrialização mais moderna do Estado. Logo, como afirma Araújo e Ramos (1999):

a realocação setorial e espacial da mão de obra foi um dos eixos em torno do qual giravam os estudos sobre o processo de desenvolvimento, fenômeno que era associado à transição de uma sociedade arcaica, cuja principal atividade era a agrícola, para uma economia moderna, caracterizada pelas atividades urbano-industriais. (ARAÚJO & RAMOS, 1999, p.44).

Logo, uns dos instrumentos mais importantes para entender teoricamente a relação existente entre desenvolvimento e migração foi o salário pago à mão-de-obra nos diversos centros que atraíam trabalhadores. Desta forma, era justamente o diferencial pago à mão-de-obra que estimulava os fluxos de migrantes, logo, quanto maior os salários, maior a probabilidade de absorção de mão-de-obra. Como afirma Araújo e Ramos (1999):

O diferencial entre salários determinava os fluxos migratórios. A existência de sindicatos e/ou a política governamental de salário mínimo no setor moderno determinavam um diferencial de salários (a favor do segmento urbano-industrial) que induzia a migração e permitia suprir as necessidades de trabalho da sociedade moderna em expansão, ou seja, os fluxos migratórios seriam direcionados dos setores ou áreas mais arcaicos para os ramos de atividade ou regiões com um maior desenvolvimento relativo. (ARAÚJO & RAMOS, 1999, p.44).

Para Harris e Todaro (1980), além do diferencial salarial funcionar como fator de atração dos indivíduos de uma localidade para outra, a expectativa do ganho por parte do indivíduo também seria uma variável relevante na decisão de migrar:

A essência do nosso modelo é que os dois setores se acham intimamente relacionados através da migração de mão-de-obra. Se for criada uma oportunidade a mais de emprego a salário-mínimo no setor industrial, o salário esperado deverá crescer e induzir migração rural urbana. (...) mais de um trabalhador agrícola migraria em resposta à criação de um emprego adicional no setor industrial. Assim, o custo de oportunidade do trabalhador industrial seria superior ao produto marginal do trabalhador engajado na atividade agrícola. (...) Portanto, o custo de oportunidade de mão de obra é mais baixo para o setor agrícola do que para o setor industrial. (HARRIS; TODARO; 1980, p. 191).

Logo, o fator que equilibraria a decisão de migrar seria o custo de oportunidade e o risco de não se encontrar emprego na região mais desenvolvida, devido ao grande fluxo de pessoas. Desta forma, não só a perspectiva de bons

salários motivaria o migrante, mas também, o risco de não encontrar emprego. Isto representou um avanço para as teorias de desenvolvimento e migração.

Para Harris e Todaro (1970) é difícil que modelos econômicos convencionais possam dar explicações sobre o comportamento que leva o indivíduo a migrar, devido a racionalidade do equilíbrio do melhor salário. É importante destacar que mesmo que um centro urbano necessite de mão de obra advinda da zona rural para alimentar a necessidade de crescimento econômico, nas próprias cidades existem desempregados naturais do centro urbano. De acordo com os autores:

Modelos econômicos convencionais, com sua singular dependência em alcançar o equilíbrio do pleno emprego, por meio de ajustes apropriados de salários e preços, dificilmente provêm explicações racionais sobre o comportamento para o considerável crescimento e número de desempregados urbanos, na ausência de um absoluto excesso de mão de obra na economia como um todo. (HARRIS e TODARO, 1970, p. 126, tradução nossa).²

É evidente no caso brasileiro a relevância que o processo de industrialização trouxe para as migrações do campo para as cidades, e como os fatores salário e expectativa de emprego influenciaram nisto. De acordo com Singer (1975?), o processo de industrialização do país foi fundamental para romper com a sociedade oligárquica e rural, e transformá-la em industrial e urbana. A nova estrutura burocrática e de emprego a partir principalmente da década de 1930, estimulou o deslocamento da população rural, ainda ligada aos laços oligárquicos de dominação dos coronéis locais, a buscarem melhores condições de vida nos centros urbanos.

Entre as décadas de 1960 e 1970, a migração significou para a população brasileira de migrantes duas coisas distintas: um fator de ascensão socioeconômico e mobilidade social, enquanto para outros, a única forma de garantir a sua sobrevivência, devido a condições sociais ou ambientais adversas em outras regiões do país.

Ao mesmo tempo em que as migrações internas transformavam este recém país industrializado, gerando uma relativa melhoria nas condições de vida e renda de parcela dos migrantes, por outro lado, para os gestores estaduais e municipais, e para a população local, muitas vezes estes processos implicavam em uma

² Conventional economic models with their singular dependence on the achievement of a full employment equilibrium through appropriate wage and price adjustments are hard put to provide rational behavioral explanations for these sizable and growing levels of urban unemployment in the absence of absolute labor redundancy in the economy as a whole.

transformação relativamente negativa da cidade, pois gerava mudanças no ordenamento social, na renda local, no trabalho e no próprio crescimento das cidades.

Para Martine e Peliano (1980), ao contrário que pensavam alguns analistas brasileiros, o papel dos migrantes na atividade econômica era de extrema relevância, não se apresentando somente como fardo dos grandes centros urbanos e responsáveis pelo inchaço das capitais brasileiras.

Os migrantes constituem a maior parte do total da PEA³ das AMs⁴, sobressaindo por sua vez os migrantes recentes como um importante segmento daquele total. Contudo, é talvez mais importante a questão da atividade relativa e dos níveis de emprego das populações migrante e não-migrante. A despeito de se constituírem na maior parte das PEAs das AMs, os migrantes poderiam, teoricamente, estar ainda proporcionalmente menos ativos do que os não-migrantes. Na realidade, entretanto (...) os migrantes homens e mulheres, têm consideravelmente maiores taxas de atividade do que os não-migrantes em cada uma das AMs. (MARTINE; PELIANO, 1980, p.914).

Desta forma, o que os autores tentam evidenciar é o papel positivo da força de trabalho dos imigrantes para as Áreas Metropolitanas do Brasil. Não se pode responder ao crescimento econômico, ou ao desenvolvimento econômico, sem uma população economicamente ativa, que esteja disponível para corresponder aos estímulos do processo industrial no país. O papel do êxodo rural brasileiro para a industrialização e urbanização do Brasil foi fundamental, talvez tenha sido a sua intensidade que permitiu ao mesmo tempo, o grande avanço em determinadas áreas do país, como a região sudeste, e a estagnação de outras.

Tabela 1
População Rural – Brasil – 1950/1996

	Total da População	Participação da População Rural no Total da População (%)	Taxa de Crescimento (%)
1950	38.291.775	63,8	0,12
1960	38.767.423	54,6	0,57
1970	41.054.053	44,1	-0,64
1980	38.509.893	32,4	-0,81
1991	35.213.268	24,5	-0,77
1996	33.879.211	22,0	

Fonte: Abramovay e Camarano, 1999

³ População economicamente ativa

⁴ Áreas Metropolitanas

De acordo com a tabela 1, podemos notar a forte transformação da sociedade brasileira, em relação ao processo de urbanização, entre as décadas de 1950 e 1990. O Brasil que era eminentemente rural em 1950 se transformou em um país urbano na década de 1970. A atração dos grandes centros urbanos, e a maior facilidade de deslocamento da população brasileira (devido aos grandes projetos rodoviários) permitiu uma reconfiguração da força de trabalho no Brasil, por meio das migrações internas.

Tabela 2
Distribuição setorial da população Economicamente Ativa
Brasil – 1940/1970

<i>Distribuição Setor de Atividade</i>	1940	1940%	1950	1950%	1960	1960%	1970	1970%
	<i>Por mil</i>		<i>Por mil</i>		<i>Por mil</i>		<i>Por mil</i>	
População economicamente Ativa	14.759	100,00	17.117	10,00	22.651	100,00	29.557	100,00
Setor Primário	9.726	65,90	10.254	59,90	12.163	53,70	13.090	44,30
Setor Secundário	1.533	10,40	2.490	14,50	3.130	13,80	5.295	17,90
<i>Indústria de Transformação</i>	995	6,70	1.608	9,40	2.006	8,80	3.242	11,00
<i>Construção Civil</i>	370	2,60	673	3,90	903	4,00	1.720	5,80
Setor Terciário	3.499	23,70	4.373	25,60	7.358	32,50	11.171	37,80
<i>Comércio de Mercadorias</i>	749	5,10	959	5,60	1.520	6,70	2.264	7,60
<i>Transportes e comunicações</i>	500	3,40	697	4,10	1.089	4,80	1.244	4,20
Outros serviços	2.250	15,20	2.718	15,90	4.749	21,00	7.664	26,00

Fonte: Almeida, 1974

Já na tabela 2, fica evidente a transformação dos setores de atividade, isto é, não só a população urbana cresce, mas também a atividade ligada à indústria de transformação e construção civil. De 1940 a 1970, o Setor Primário (agropecuária e extrativismo), que totalizava 65,9% da população economicamente ativa, chega a 44,3% em 1970, enquanto a indústria de transformação e construção civil aumenta substancialmente no mesmo período, retirando a primazia do setor primário. Isto mostra a transformação da sociedade brasileira de agrária para industrial, fruto principalmente da migração da força de trabalho do campo para as grandes cidades.

De acordo com Abramovay e Camarano (1999), as trajetórias regionais das migrações brasileiras foram marcadas por cinco modelos distintos: Anos 50: o Modelo Pau-de-Arara; Anos 60: a Aceleração do Declínio Caipira; Anos 70: o Sul em Busca do Norte; Anos 80: no Centro-Oeste, Crescer e Expulsar, e Anos 90: o Fim de um Ciclo?

Tabela 3
Estimativas de Saldo Líquido Migratório por Regiões - 1950/95

	(Em mil hab e %)									
	1950/60		1960/70		1970/80		1980/90		1990/95	
Norte	-297,2	2,7	-362,7	3,2	125,1	-0,9	271,6	2,2	-467,1	8,1
Nordeste	-5.009,9	46,3	-3.083,9	27,0	-4.912,0	34,1	-5.419,5	44,6	-3.154,10	54,6
Sudeste	-3.895,0	36,0	-6.011,4	52,7	-4.512,2	31,3	-3.126,5	25,7	-1.043,10	18,0
Sul	-1.397,5	12,9	-1.624,3	14,2	-4.184,8	29,0	-2.695,0	22,2	-808,4	14,0
Centro-Oeste	-224,5	2,1	-329,9	2,9	-929,1	6,4	-1.175,1	9,7	-308,6	5,3
Brasil	-10.824,1	100	-11.412,2	100	-14.413,0	100	-12.144,5	104	-5.781,30	100

Fonte: Abramovay e Camarano, 1999

Os anos de 1950 são retratados por Abramovay e Camarano (1999) como o “Modelo Pau de Arara”. Esta alusão figurativa do principal meio de transporte das populações do nordeste em direção à região sudeste, remete principalmente à magnitude e dificuldades que a emigração nordestina encontrou ao se espalhar pelo Brasil. Quase a metade de todos os migrantes rurais do Brasil vinham daquela região (46,3%), o que pode ser observado na tabela 3. Somente o período de 1960/70 não foi marcado por uma maioria de emigrantes nordestinos para as migrações internas do Brasil. Mesmo com o grande volume de migrantes rurais nordestinos saindo de suas regiões de origem, não se observou uma grande instabilidade demográfica nestas zonas, principalmente devido às altas taxas de fecundidade da população rural.

Várias são as razões para o grande êxodo rural de nordestinos: A seca; a construção de Brasília; a inauguração da rodovia Belém Brasília e a maior facilidade de circulação pelo território nacional favoreceram a saída de nordestinos do campo para os grandes centros

Já os anos de 1960, “a Aceleração do Declínio Caipira”, refere-se ao forte processo de desruralização que a região sudeste sofreu (52,7%), ultrapassando a própria região nordeste. De acordo com Abramovay e Camarano (1999) várias são as razões que levaram a população da região sudeste a se deslocarem do campo para os grandes centros urbanos, dentre elas o processo de mecanização da atividade agropecuária na região, e a forte atração que o setor industrial impunha às populações rurais. O impacto da década de 1960 para as zonas rurais do sudeste foi tão grande, que esta foi a única região do país que contabilizou perda absoluta de

população rural, enquanto as demais regiões apresentavam crescimento populacional.

É importante destacar que a diminuição da migração nordestina na década de 1960 (saldo migratório líquido de 27%) resulta de questões ligadas principalmente à diminuição de oferta de trabalho nos cafezais da região sul, da ausência de grandes obras federais e da melhora relativa da seca na região.

Na década de 1970, “o Sul em Busca do Norte”, observa-se mais uma vez a prevalência das migrações rurais nordestinas, seguidas de perto pela região sudeste. Novamente, os principais fatores que levaram à distribuição da população rural nordestina para os grandes centros regionais e inter-regionais (principalmente a região sudeste), foi a pecuarização da atividade rural; mecanização da atividade agrícola e a manutenção da atração exercida pela região sudeste. (ABRAMOVAY; CAMARANO, 1999).

Porém, um processo importante que deve ser observado neste período é o grande fluxo da população rural da região sul que vai em direção à região norte do país, responsável por um crescimento relevante da atividade rural na região transamazônica. (ABRAMOVAY; CAMARANO, 1999).

Desta forma, na década do milagre brasileiro, as migrações responderam a uma importante demanda, a necessidade de mão de obra para sustentar o crescimento econômico. Logo, as migrações representaram ao mesmo tempo a transformação definitiva da sociedade agrária brasileira para uma sociedade urbana (fator importante para o processo de industrialização do país) e o aumento da mobilidade social.

Porém, a década de ouro do processo de crescimento industrial econômico no Brasil, os anos de 1970, não duraria para sempre. O que viria depois representaria uma forte estagnação no processo de mobilidade social dos migrantes internos brasileiros, pois os fatores externos, a dívida da crise e etc. desestimularam o crescimento do Estado, e, por conseguinte, os salários e a mobilidade social dos migrantes.

Se na década de 1970, ápice das transformações da sociedade brasileira de rural para urbana, a lógica de explicação sobre a mudança da sociedade de tradicional para moderna era razoavelmente entendida pelo modelo dos dois setores, e pelas relações de salário e emprego, a década de 1980 traz desafios importantes para a compreensão dos fluxos migratórios. Para Antico (1997):

O atual panorama diversificado dos deslocamentos populacionais – envolvendo a movimentação entre núcleos urbanos, o crescimento da busca por cidades médias, movimentos migratórios de distintos grupos sociais e em diferentes etapas do ciclo vital, movimentos pendulares, de retorno, entre outros – já não possibilita mais análises restritas às formulações puramente econômicas ou do tipo atração-expulsão. Assim as várias dimensões do processo migratório, incluindo a individual, envolvendo escolhas, estratégias e alternativas, adquirem papel relevante para o seu entendimento. (ANTICO, 1997, p. 97).

Estes aspectos apresentados por Antico (1997) indicam uma relevante transformação nas razões que levam os migrantes a se deslocarem, o que gerou impactos na própria distribuição da população brasileira na década de 1980. Fatores como a família, moradia, conhecimento anterior do local, acesso à infra-estrutura, segurança e qualidade de vida e etc., representaram mais da metade das razões que levaram os migrantes a se deslocarem na década de 1980, até mais do que o quesito emprego⁵.

Outra transformação na dinâmica migratória na década de 1980 foi seu caráter intra-regional. Se na década de 1970 a maior parte dos migrantes que saíam das zonas rurais se dirigiam para as grandes capitais ou para a região sudeste, na década de 1980 os fluxos se dirigiram mais para as cidades de pequeno e médio porte, e em uma escala intra-regional. O nordeste continuou sendo o maior emissor de emigrantes rurais (44,6%), porém, a região centro-oeste foi marcada pela expansão da fronteira agrícola e por sua modernização e mecanização, o que gerou um forte fluxo de emigrantes que buscavam outras áreas, levando a um grande esvaziamento rural na região. (ABRAMOVAY; CAMARANO, 1999).

Fica claro que as migrações até a década de 1980 geraram uma importante mobilidade social, porém, outro processo também ocorreu, que foi o aprofundamento da desigualdade entre ricos e pobres. Talvez, um dos aspectos que provocou tal fenômeno tenha sido a própria concepção do milagre econômico, que privilegiou a classe rica e a classe média, no intuito de reforçar a capacidade de consumo destes segmentos da sociedade, em detrimento dos pobres. Isto demonstra que o processo de urbanização do país, de industrialização e de mobilidade social ocasionado pelas migrações, corroborado pelos programas econômicos, também geraram aumento da desigualdade de renda entre as classes sociais.

⁵ A autora analisou por meio da PRAD (Pesquisa Regional de Amostragem Domiciliar), os motivos da migração no período de 1980 a 1993, declarados por chefes migrantes residentes no Estado de São Paulo.

Mesmo com este paradoxo apontado acima, para Pastore (1979), as migrações possuem um papel importante para o caso brasileiro, que seria auxiliar na diminuição das desigualdades sociais históricas que afetou o país desde a sua gênese.

A mobilidade geográfica (horizontal) induz à mobilidade social (vertical). Vários estudos indicam que as oportunidades econômicas induzem à mobilidade geográfica. Os indivíduos que vivem em um lugar diferente de onde nasceram tendem a alcançar um status ocupacional mais alto do que os indivíduos que permanecem no mesmo. (...) Em suma, há várias indicações de que a migração tem atuado como mecanismo de compensação da enorme disparidade regional que subsiste no Brasil. Estancar a migração implica aumentar os efeitos das disparidades. (PASTORE 1979, p.184-185).

A tabela 4 apresenta a evolução do processo de mobilidade social (para Pastore) destacando o status da ocupação dos pais, dos filhos e destes mesmos filhos em 1973. O que se pode perceber é que ocorre um aumento no status social da ocupação exercida da categoria “Médio-inferior” até a “Alto”, o que demonstra um dado interessante e positivo para os filhos de migrantes. Porém, a categoria “Alto”, mesmo em 1973, tem uma representatividade baixa de filhos de migrantes, se comparada com as demais categorias.

TABELA 4

Estratificação sócio-ocupacional dos pais e dos indivíduos, chefes de família do sexo masculino de 20 a 64 anos – Brasil – 1973

<i>Estratos Sociais</i>	<i>Situação dos Pais</i>	<i>Situação dos Filhos Primeiro Emprego</i>	<i>Situação dos Filhos Em 1973</i>
Alto	2,0	0,6	3,4
Médio-Superior	3,1	0,7	6,5
Médio-Médio	13,8	6,9	18,7
Médio-Inferior	9,3	7,3	24,7
Baixo-Superior	6,9	25,2	16,7
Baixo-Inferior	64,9	59,8	30,0
Total	100,0	100,0	100,0
N	44.307	53.764	53.764

Fonte: Pastore, 1979, p. 131

Outro Aspecto importante da mobilidade social, gerada pelas migrações, diz respeito ao processo de mobilidade social dos chefes de família. O movimento de ascensão dos migrantes foi mais forte do que o movimento descendente, seja ele

intergeracional ou intrageracional, mesmo os não-migrantes tendo um processo positivo mais vigoroso.

Não se pode deixar de destacar que a década de 1980 foi marcada por crises econômicas intensas, seja no cenário nacional ou internacional. O ímpeto do milagre econômico e da euforia do processo de industrialização do Brasil se arrefeceu, e os desdobramentos nefastos do endividamento externo se fizeram sentir na atividade econômica, na diminuição de postos de trabalho da indústria e conseqüentemente no processo migratório. Desta forma, os grandes centros urbanos não mais conseguiam atrair e manter a massa de migrantes que deixavam o campo em direção das grandes metrópoles, diminuindo o ritmo da mobilidade social no país.

Logo, a crise recessiva da década de 1980 não só acirrou o processo de busca por vagas em empresas, mas também acarretou um processo de desescalada da pirâmide social. O período retratado intercalou momentos de crise, com breves momentos de recuperação, o que tornou a década de 1980 muito instável para os migrantes, acarretando uma diminuição da participação de migrantes rurais para os centros urbanos.

Já a década de 1990 foi marcada por outros processos que também geraram forte retração na mobilidade social. O processo liberalizante da economia, concretizado pelas ações neoliberais dos governos da década de 1990, e o cenário de transformação da ordem internacional, acarretaram mudanças no processo migratório brasileiro.

De todos os migrantes rurais do Brasil, 56,4% deles eram provenientes do nordeste, fenômeno que também envolveu a região centro-oeste, que de acordo com Abramovay e Camarano (1999), foi a que mais se desruralizou na década de 1990.

A década de 1990 apresentou taxas de expansão mais baixas do que aquelas praticadas na década de 1980. A dificuldade de colocação do trabalhador em áreas como a comercial e de serviços, demonstrou a impermeabilidade do mercado de trabalho característica desta década.

A recessão do início da década de 1990, resultado do rescaldo das crises da dívida externa dos países em desenvolvimento da década de 1980, combinada com as políticas neoliberais do governo vigente (privatizações, políticas fiscais e etc.) gerou uma trajetória clara de imobilidade social.

É importante destacar que a década de 1990 levou a um novo debate teórico a respeito das migrações, fruto do novo cenário que se descortinava frente à conjuntura internacional e às políticas internas adotadas pelos governos. Como salienta Jannuzzi (1999):

Pensando na agenda de estudos sobre mobilidade social e migração, é preciso reconhecer que a relação paradigmática entre emprego e mobilidade espacial que está na gênese e na agenda do estudo de migração desde o século passado, especialmente naqueles voltados à compreensão do processo nas sociedades em desenvolvimento, seja em uma perspectiva macroestrutural, seja em uma perspectiva micro-social, parece estar perdendo poder explicativo. A migração não seria condicionada apenas por desequilíbrios regionais de oferta e demanda de empregos, ou pelo balanço racional do indivíduo em busca de um emprego melhor, mas crescentemente, em função da busca de menores custos de habitação, melhor oferta de serviços públicos e privados, melhor qualidade de vida, maior proximidade da família etc. (JANNUZZI, 1999, p.73).

A concretização do prenúncio de uma década difícil para o trabalho e mobilidade social no final da década de 1980, fez com que a década de 1990 ganhasse contornos mais complexos, principalmente quando avaliamos estatísticas mais recentes acerca do perfil do migrante para o século XXI no Brasil.

A realidade da violência urbana crescente e as incertezas sobre os pólos de crescimento no país, torna importante o aprofundamento da pesquisa sobre as motivações dos migrantes internos do Brasil no século XXI, de maneira a nos permitir avaliar os impactos deste processo migratório para o aumento da mobilidade social e dos impactos socioeconômicos e educacionais que este processo pode acarretar para o país.

Desta forma, analisar com mais cuidado o papel do indivíduo, suas motivações, e principalmente aspectos ligados à educação formal da população, permitiria um entendimento melhor não só do deslocamento das pessoas, mas também, dos impactos que o deslocamento de indivíduos com educação formal distintas pode acarretar para os lugares de origem e destino destes migrantes.

1.3 Migração e Educação

Como visto na seção anterior, a migração é tratada como uma variável fundamental para o processo de desenvolvimento das sociedades, seja pelo deslocamento da mão de obra da periferia para o centro, ou por outros aspectos ligados às características individuais da população. É neste sentido que a educação se torna um aspecto muito relevante para os estudos de migração, pois poderá ser por meio da compreensão dos impactos da migração na educação que os processos de *Brain Drain* ou *Brain Gain* poderão ser melhor entendidos.

Um dos objetivos do milênio das Nações Unidas é garantir que até 2015 todas as crianças, independente do sexo, possam completar o ensino básico. O Objetivo 2 deixa claro a importância do caráter transformador da educação para as sociedades, assim como o seu impacto para a diminuição da fome, do preconceito, da ignorância e da pobreza em geral, algo já apresentado neste trabalho por meio da perspectiva dos Recursos Humanos e do Capital Humano. Porém, a diversidade das sociedades e as distintas condições socioeconômicas não permitem uma ação homogênea de todos os governos regionais com relação ao sistema educacional.

Schultz (1973) em sua obra “o valor econômico da educação”, retoma uma discussão importante para este trabalho, que diz respeito ao valor do capital humano, e a importância da educação como elemento transformador das sociedades. O autor argumenta que a ausência de pesquisas que demonstre o papel do investimento em educação como força motriz do crescimento econômico gera distorções ao analisarmos o processo de desenvolvimento das sociedades. Para ele:

“Crescimento econômico” passou a significar aumento do produto nacional, avaliado em “dólares” estáveis. O estudo deste crescimento é, atualmente, objeto de constante preocupação dos economistas não devido a qualquer devotamento, genuíno ou não, ao desenvolvimentismo, mas em atenção ao crescente interesse público pelo crescimento. Mas não tem sido possível explicar o crescimento observado pelos sensíveis aumentos dos fatores convencionais da produção. Os melhores indícios são os melhoramentos na qualidade dos fatores, tanto humanos como mecânicos, e no planejamento da economia. Os níveis de instrução, que se têm elevado, rapidamente, estão sendo investigados para conhecimento do efeito que possam ter sobre a produtividade do esforço humano. A contribuição da pesquisa universitária, à ciência e à tecnologia, também está sob investigação a fim de se conhecer em que medida pode ser considerada uma fonte do crescimento econômico. (SCHULTZ, 1973, p. 58-59).

Desta forma, o autor já indica a necessidade de um olhar mais atento sobre o fator instrução para o crescimento econômico. Porém, o mesmo deixa claro que observar somente os anos de instrução de um indivíduo não é um indicador apropriado para analisar os impactos para o crescimento, logo, faz-se necessário também levar em consideração a série concluída, e outras variáveis educacionais que possam indicar o perfil do estudante.

Isto significa que uma sociedade que possua grande parte de sua população com determinados anos de estudos, mas somente nas séries mais básicas, não permitirá a transformação tecnológica necessária para obtenção de novas técnicas de produção e etc., pois isto demandaria anos de estudos no ensino médio (técnico), superior (graduação) e na pós-graduação. De acordo com Schultz (1973): “Somar anos de instrução primária com anos de educação mais elevada é o mesmo que somar coisas tão heterogêneas como coelhos e cavalos”. (SCHULTZ, 1973, p. 65).

É importante salientar também que o aumento do gasto em educação deve ser visto como investimento, e que os desdobramentos deste investimento poderá gerar impactos distintos entre as sociedades. Para Schultz (1973), sociedades que possuam menos anos de instrução teriam maior crescimento econômico se investissem em educação do que as sociedades desenvolvidas. Isto se dá pelo grande desnível tecnológico entre estas duas partes, que diminuiria ao passar do tempo, com a universalização da educação em todos os âmbitos de uma determinada sociedade.

Para o autor é evidente a importância da instrução para o crescimento econômico de um Estado, seja pela sua correlação com o aumento do consumo, ou pela qualificação da mão de obra, que permite avanços tecnológicos e uma noção mais adequada de cidadania.

Schultz (1973) tenta demonstrar empiricamente a relação existente entre o processo de melhoria do capital humano e o crescimento econômico por meio de exemplos empíricos:

Existem, atualmente, nos Estados Unidos, sólidos comprovantes de que a instrução e a pesquisa universitária constituem as mais importantes fontes de crescimento. (...) Harberger (1950), analisando a utilização de recursos no Chile, atribui rendimentos relativamente elevados à instrução e ao progresso do conhecimento. A formulação de Horvat (53), quanto ao rendimento ótimo, para investimentos em países “subdesenvolvidos”, considera conhecimento e habilidade como um investimento crítico variável, na determinação do ritmo do crescimento econômico.

Conhecimento, na sua acepção, é o “mais importante dos fatores insólitos”. (SCHULTZ, 1973, p. 69).

Ao tratar a temática do capital humano, e apontar a sua importância para o desenvolvimento da sociedade, o autor tentou explicar como o investimento em educação poderia gerar ganhos reais para o crescimento econômico. Porém, se refletirmos acerca do aumento do investimento em educação, e termos o Brasil como exemplo, poderemos chegar a algumas conclusões mais complexas.

Isto é, não basta aumentar o número de graduados em engenharia, química ou direito em países que passam por um processo de crescimento econômico, pois com o passar do tempo, o número de diplomados no ensino superior também alcançará um certo grau de excedente, sendo que não só o título representaria a qualificação necessária para ocupar espaços no mercado de trabalho, mas também sua qualificação pessoal em outros âmbitos.

Desta forma, capital humano não se resume aos anos de estudos formais, nem aos títulos conquistados em uma carreira, mas também uma mentalidade aberta para trabalhar em momentos de crise, experiências passadas, entendimento da realidade interna e externa do seu ambiente de atuação, e capacidade de lidar com as vicissitudes dos relacionamentos humanos, principalmente em grupos de estudos e trabalho.

É neste sentido que se torna mais difícil ainda tentar avaliar o papel dos recursos humanos, e principalmente do capital humano, para o processo de crescimento e desenvolvimento econômico, pois para isto, seria necessário encontrar as variáveis empíricas que expressassem todos os adjetivos do capital humano que foram citados acima. De qualquer forma, o próprio reconhecimento, e o início de trabalhos que visam comprovar a correlação entre educação, capital humano e desenvolvimento já é um avanço importante.

Desta forma, compreender os impactos da educação no processo migratório é algo extremamente complexo, sem contar que ao tratarmos das migrações internas encontramos sociedades muito heterogêneas, cada uma delas marcadas por sistemas de saúde, educação e de estrutura urbana tão distintas, e analisar os impactos do deslocamento de pessoas com melhor ou pior grau de ensino formal se apresenta como um grande desafio.

Em determinadas regiões a carestia da água e a imposição das condições climáticas força o deslocamento das populações e coloca como meta prioritária o

abastecimento de água nas cidades. Em outras áreas, a decadência da atividade econômica e o crescimento da violência, força as crianças ajudarem suas famílias em detrimento da presença na escola, ou são obrigadas a ficarem em casa por medo do crime organizado.

A diferenciação entre o ensino dos grandes centros urbanos e das áreas rurais, o alto índice de repetência em determinadas séries e localidades, a existência de estrutura pública ou privada adequada para a atividade da docência são fatores que influenciam diretamente a assimetria do sistema educacional em várias regiões brasileiras.

A busca por reduzir as desigualdades entre os grandes centros urbanos e as áreas rurais mais remotas é visto como uma forma de melhorar o acesso à educação de tais populações, e gerar algum tipo de apoio que permita a formação de crianças que possam competir no futuro de maneira mais justa.

De acordo com Caetano, Fernandes e Rigotti (2007), a educação é um dos domínios mais afetados pelo deslocamento dos seres humanos, pois interfere diretamente no bem estar dos migrantes, principalmente de crianças e mulheres. O forte impacto causado pelas pressões advindas dos movimentos do meio rural para os centros urbanos geram forte transformação no sistema educacional, pois nem sempre as escolas com estrutura adequada estarão ao alcance das crianças que migram.

Os impactos gerados pelas migrações internacionais podem ser considerados distintos daqueles causados pelas migrações internas, porém, alguns problemas são semelhantes, como a discriminação contra o migrante, a falta de estrutura que possa familiarizar o migrante com a sociedade que o recebeu, além da falta de estrutura pública que possa comportar fluxos cada vez maiores de estudantes advindos de outras áreas.

Os fatores que levam as famílias a migrarem não estão limitados às questões econômicas, pois a carência de uma estrutura pública de educação em pequenas cidades, ou em regiões que passam por algum tipo de crise, levam os pais a buscarem melhores condições de formação de seus filhos, geralmente nos pólos regionais ou nos grandes centros urbanos.

Casos interessantes são relatados por Caetano, Fernandes e Rigotti (2007):

É possível identificar uma relação mais ampla entre os efeitos da migração na educação através do exame dos impactos das transferências de dinheiro para o desenvolvimento. As transferências cada vez mais são vistas como importantes fluxos de capitais que podem, se usados de maneira adequada por governos e indivíduos, ser um recurso importante para construir infra-estrutura básica e serviços para a sociedade nos países de origem. (...) As transferências permitem a estabilidade das famílias mesmo em situações de crise para a manutenção dos gastos com educação durante tempos difíceis. Além disto, as transferências podem dar a oportunidade às famílias que recebem tais recursos, investirem na educação privada, o que pode diminuir a pressão sobre o sistema educacional. (CAETANO; FERNANDES; RIGOTTI, 2007, p. 32, tradução nossa).⁶

Mesmo levando em consideração as diferenças entre a migração internacional e a migração interna, podemos perceber que vários padrões de comportamento que envolvem o migrante internacional se repetem em escala doméstica, como por exemplo dos migrantes do norte de Minas Gerais que sustentavam suas famílias e criavam uma espécie de sociedade paralela mantida pelo envio de dinheiro de seus parentes nas grandes cidades. Desta forma, o envio de divisas por parte dos migrantes à suas cidades de origem representa um mecanismo de extrema importância para a diminuição da pobreza e desigualdade nas cidades de origem.

Porém, ao mesmo tempo, um outro processo se interpõe, pois se por um lado o envio de dinheiro é fundamental para a manutenção das cidades de origem do migrante, o fluxo crescente de pessoas que possuem mão de obra qualificada ou buscam esta qualificação, geram uma escassez cada vez maior de habilidades que poderiam auxiliar no desenvolvimento das regiões de origem. Este processo é conhecido com *Brain Drain*, ou “fuga de cérebros”. (CAETANO; FERNANDES; RIGOTTI, 2007) e (GAILLARD; GAILLARD, 1997).

Se para o modelo dos Recursos Humanos e capital humano a educação tem um papel fundamental no desenvolvimento da sociedade, pois esta propiciaria uma mentalidade mais “moderna”, empresarial, com possibilidade de desenvolvimento tecnológico e de relações sociais calcadas no consumo sustentável, a fuga de cérebros seria um processo que acarretaria a manutenção de uma sociedade pobre

⁶ It is possible to identify a broader relation between the effects of migration on education through the exam of the impacts of remittance on development. Remittances are increasingly seen as important flows of capital that can, if properly used by governments and individual, be an important resource to build basic infrastructure and social services in origin countries (...) Remittances allow for household stability even in crisis situations to the extent that permit educational expenses to be kept during hard times. Moreover, remittances may give the opportunity to the recipient families to invest in private education, which would lessen the burden over the educational system.

e atrasada. Logo, ao mesmo tempo em que o envio de dinheiro de migrantes é de fundamental importância para a sobrevivência das cidades mais pobres, a saída de migrantes com boa formação, ou com potencial para isto, acarretaria a permanência do ciclo da pobreza e do subdesenvolvimento.

Porém, outro processo pode ser estimulado, que é o *Brain Gain*:

A fuga de cérebros pode-se transformar em ganho de cérebros. Basicamente, o ganho de cérebros é produzido através da combinação de experiência, novas técnicas e conhecimentos, bem como por atitudes comportamentais adquiridas pelos migrantes nos países em que viveram. Migrações de retorno, sejam elas temporárias ou permanentes, podem garantir o retorno para a localidade de origem de recursos tangíveis e intangíveis, originados de anos de trabalho e imersão social em sociedades onde a iniciativa individual, o mérito, e o relacionamento empresarial tendem ser mais valorizado e melhor recompensado. (CAETANO; FERNANDES; RIGOTTI, 2007, p. 35, tradução nossa).⁷

Desta forma, o movimento de retorno dos migrantes também é algo extremamente importante a ser observado, seja um movimento de retorno temporário ou definitivo. Mas para que seja assegurado o *brain gain*, não basta que o migrante volte, é necessário que o migrante retornado tenha habilidades e uma mentalidade própria do centro em que viveu. Em alguns casos, migrantes voltam às suas cidades de origem por não conseguirem bons empregos ou por falharem em permanecer em outros centros. Estes migrantes não garantem um movimento de *brain gain*. (CAETANO; FERNANDES; RIGOTTI, 2007).

O que é central nesta discussão é compreender como o deslocamento de pessoas, com maior ou menor grau de educação formal, gera impactos nas sociedades em que chegam e nas suas localidades de origem, pois mesmo que um estudante de uma determinada localidade seja considerado o melhor de sua classe, talvez em outras localidades ele seja considerado não qualificado. E será a busca por compreender este fenômeno, e seus desdobramentos espaciais, que o próximo capítulo desenvolverá métodos e técnicas de maneira a maximizar a potencialidade do censo demográfico brasileiro com o trabalho em tela.

⁷ Brain drain can reverse into brain gain. Basically, brain gain is engendered through the combination of experience, new techniques and knowledge, and attitudes as well as behaviors acquired by the migrants in the host country. Permanent or temporary return migration may guarantee the conveyance back home of these tangible and intangible resources stemming from year of work and social immersion in societies where individual initiative, merit, and entrepreneurship tend to be more value and better rewarded.

CAPÍTULO II

MÉTODOS E TÉCNICAS

Neste capítulo serão apresentados os principais passos metodológicos adotados para analisar o problema de pesquisa da tese, evidenciando os impactos das migrações internas sobre alguns indicadores educacionais nas mesorregiões de Minas Gerais.

As unidades geográficas utilizadas no trabalho serão as microrregiões e as mesorregiões de Minas Gerais. Determinadas dinâmicas regionais não poderiam ser entendidas em um nível mais desagregado ou agregado, seja pela limitação amostral, ou pela dinâmica migratória que se deseja evidenciar.

Ainda no capítulo II, apresenta-se o conceito de migração e suas principais formas. Após este passo, serão especificados os quesitos censitários mais importantes para as migrações internas (“Local de Nascimento”, “Duração de residência” e “Lugar de Residência em uma data fixa anterior”), destacando as vantagens e limites de se trabalhar com cada uma delas.

Visto que este trabalho tem como foco analisar a inter-relação existente entre migração e educação, serão comentados os quesitos censitários dos censos de 1991 e 2000 que tratam da questão, com o intuito de evidenciar os fluxos migratórios por microrregiões e um perfil educacional do migrante mineiro por mesorregiões.

Os indicadores sócio-educacionais que serão utilizados são os seguintes: “População sem instrução ou com menos de um ano de estudo” e “Anos de Escolaridade”⁸. É importante salientar que estes indicadores serão utilizados para população não migrante e migrante. Estabelecido os indicadores o próximo passo será traçar um perfil educacional destas populações por mesorregiões.

Outro aspecto a ser tratado neste capítulo será a proposta de Rigotti e Hadad (2009), de “Tábuas de Aprovação por Série”, para estimar indicadores demográficos educacionais. E por fim serão apresentadas as técnicas utilizadas para transformar as informações estatísticas em mapas, sendo o Sistema de Informações Geográficas (SIG) o principal instrumento que fará o elo entre o passo metodológico e o capítulo analítico.

⁸ Média de anos de estudo para população acima de 15 anos. (Coleção de Estudos Temáticos sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – PNUD, Puc Minas e IDHS).

2.1 As Migrações

Nos estudos em demografia, o entendimento das migrações continua sendo uma de suas áreas mais complexas, devido a uma série de fatores, dentre eles pode-se ressaltar os seguintes: dificuldade de mensuração, amplitude de seus dados e necessidade de possuir uma técnica refinada para extrair seus resultados. O tratamento e análise dos dados migratórios continuam sendo um desafio, principalmente ligado aos seus impactos espaciais e sócio-educacionais.

A migração pressupõe mobilidade e fluxo de pessoas, porém, nem todo fluxo de pessoas pode ser considerado migração. O deslocamento de um indivíduo de sua residência para o trabalho gera impactos para a dinâmica urbana, porém, tal movimento não se enquadra na definição de migração, que para as Nações Unidas é definida como:

A característica essencial da migração é que ela envolve uma mudança no lugar de residência, ou em um lugar "usual" de residência em um novo ou diferente lugar. Esta restrição na conceituação de migração elimina outros tipos de mobilidade espacial que comumente é referido como migração, mas que, pelo interesse da precisão científica, deve ser listado em categorias distintas. Estes tipos incluem nomadismo, o movimento de grupos populacionais que não possuem lugar fixo de residência, e movimentos sazonais de pessoas que vivem em dois ou mais lugares durante o período de um ano. (UNITED NATIONS, 1970, p. 1, tradução nossa).⁹

Porém, outra questão deve ser destacada, pois a mudança de residência de um bairro para outro, ou de um apartamento em um mesmo prédio, pressupõe mudança de residência, e também um tipo de deslocamento, mas não deve ser considerada migração. As Nações Unidas argumentam que o conceito de migração perpassa por um deslocamento que vai além da idéia de "*locality*" (lugar, redondeza, que envolve pequenas distâncias), mas sim uma mudança de "*place*" (posição). Isto remete a uma reflexão acerca do papel da distância com relação à residência.

⁹ It is this latter type of mobility that is envisaged by the concept, migration. The essential character of migration is thus that it involves a change in place of abode, or place of "usual" residence—a taking-up of life in a new or different place. This restriction on the concept of migration eliminates certain other types of spatial mobility that are commonly referred to as "migration" but that, in the interest of scientific precision, should be listed under different categories. These types include nomadism, the movement of population groups that have no fixed place of residence, and the seasonal movements of persons who live in two or more places during the course of a year.

Mesmo assim, nos deparamos com situações em que existem grandes distâncias entre a residência atual de uma pessoa e seu novo local de residência, dentro de uma mesma metrópole (o que não é considerado migração), ou a mudança de uma rua para outra ao lado, mas em divisões políticas distintas (o que é considerado migração). Mas para este trabalho, o que deve ser considerado, como destacado na definição das Nações Unidas, é a mudança de residência de um indivíduo de uma unidade administrativa/política diferente da anterior. Com isto, para fins científicos, os pesquisadores utilizam como nível de análise mais desagregado para avaliar as migrações internas, a unidade política município. Desta forma, operacionalmente, migrações é definido como a “mudança de residência de uma divisão civil para outra”. (UNITED NATIONS, 1970, p. 1, tradução nossa).¹⁰

O intervalo da migração pode ser caracterizado de algumas formas, e cada uma destas formas destaca uma característica da migração. Pode-se analisar a migração em períodos, como em um ano, cinco anos, ou entre dois censos, sendo este tipo de intervalo considerado como data fixa. Da mesma forma, é possível avaliar a migração levando em conta o último lugar de residência do migrante, conhecido como migração de última etapa. Observar o tipo de mensuração da migração, seja de data fixa ou de última etapa, permite avaliar tipos diferentes de migração, como as migrações de retorno.

Desta forma, o migrante é o indivíduo que mudou de residência, de uma determinada área para outra, ao menos uma vez em uma etapa migratória e sobreviveu a este processo. O migrante está ligado de alguma forma à sua área de origem, e a sua área de destino. Todo migrante é ao mesmo tempo o indivíduo que sai de sua área de origem (emigrante), e chega a uma nova residência, em outra área de destino (imigrante). Nesta tese, a unidade político-administrativa que nos permite categorizar o indivíduo que empreende algum tipo de deslocamento, em um determinado período de tempo, serão as microrregiões (para apresentar os saldos migratórios líquidos) e as mesorregiões (para apresentar os indicadores sócio-educacionais).

Para avaliar se uma sociedade atrai mais população do que repele, usa-se o saldo migratório líquido, que é formado pelo número de migrantes que entram no município, subtraindo o número de migrantes que saem do município ($SM = I - E$) entre duas datas bem definidas. Isto é, o saldo migratório apontará, se o resultado

¹⁰ A migration is then operationally defined as a change of residence from one civil division to another (...)

for positivo, que o número de indivíduos que entram em um dado município é maior do que os seus residentes que saem do município durante o período, indicando que aquela localidade possui alguma característica que atrai população. Por outro lado, se o resultado da subtração dos migrantes que entram em um município pelos migrantes que saem for negativo, significa que aquela localidade está perdendo população, seja pela ação de atratividade de outras localidades, ou pelas condições da própria unidade que gera a saída da população.

Desta forma, é de fundamental importância perceber que tais deslocamentos de pessoas possuem desdobramentos das mais distintas naturezas, desde impactos socioeconômicos, a impactos culturais e de modificação do espaço urbano. Dependendo da natureza da migração, os impactos podem gerar ganhos para as sociedades que recebem migrantes, como para aquelas que emitem migrantes (migração econômica com mão de obra qualificada).

Porém, migrantes advindos de guerras e desastres naturais, que chegam em países vizinhos que já possuem algum tipo de instabilidade interna, acarretam tantos problemas quanto aquele país que passa pela guerra ou pela catástrofe natural.

O que deve ser destacado é a relação existente entre o processo migratório e suas relações com o desenvolvimento econômico, a mobilidade social, e em especial neste trabalho, os reflexos deste fenômeno para a educação. Tais aspectos foram temas de profundas discussões durante a década de 1970 e continuam a gerar desdobramentos para os dias atuais.

Esta temática será tratada no capítulo III e IV, onde se avalia as possibilidades das migrações acarretarem desdobramentos positivos ou negativos no âmbito educacional das unidades políticas que recebem e emitem migrantes.

2.2 Os Quesitos censitários

De acordo com Rigotti (1999), os principais quesitos censitários que tratam das migrações possuem vantagens e limitações, e decidir quais devem ser usados em uma determinada pesquisa depende dos objetivos da mesma. Desta forma, devido à natureza do trabalho optou-se por três quesitos: “lugar de nascimento”, “duração de residência” e “lugar de residência em uma data fixa anterior”. Esta escolha foi fruto das prováveis análises que estes quesitos podem gerar, pois são coerentes com as bases de dados disponíveis e os modelos estatísticos existentes para o tratamento da informação espacial.

2.2.1 Lugar de nascimento

O quesito lugar de nascimento é um dos mais simples e importantes para entender as migrações. A resposta a este quesito gera dois tipos de classificação básica: população não migrante e população migrante. O indivíduo será considerado não migrante se a resposta for “nasceu neste município”, durante o processo de recenseamento, enquanto o migrante será aquele que responder que “não nasceu” no município onde estava sendo recenseado.

A melhor característica deste quesito é que ele permite a utilização das principais medidas demográficas. O limite em se trabalhar com ele é a impossibilidade de averiguar quando ocorreu a migração, isto é, se o processo migratório é recente, de médio ou longo prazo. Os processos de migração múltipla, remigração ou migração de retorno não são possíveis de serem detectados utilizando este quesito isoladamente. O quesito “duração de residência” quando utilizado conjuntamente com o “Lugar de nascimento” permite análises mais complexas.

Os erros mais comuns no caso deste quesito, mesmo sendo um dos mais simples de ser respondido, está ligado ao próprio processo de recenseamento, em que o recenseado nem sempre sabe o local de nascimento de todos os indivíduos do domicílio.

2.2.2 Duração de residência

Para mensurar as migrações utilizando o quesito “duração de residência” é necessário incluir uma questão simples ao censo demográfico: Quanto tempo você reside neste local? (UNITED NATIONS, 1970). Pessoas que residiram todos os anos de sua vida no mesmo local são consideradas não-migrantes, já aquelas que possuem uma diferença entre a idade e o tempo de residência em uma determinada localidade são consideradas imigrantes. A análise sobre os migrantes pelo quesito duração de residência pode gerar dois resultados prováveis: Indivíduos que nasceram em outra localidade, e aqueles que nasceram no local do recenseamento, mas migraram para outra localidade e posteriormente voltaram, caracterizando uma migração de retorno. Isto pode ser observado se o local de nascimento for igual ao local de recenseamento, mas com a idade do recenseado sendo diferente da duração de residência naquela localidade.

Além disto, vale destacar que o número de migrantes no quesito anos de residência será maior do que no quesito local de nascimento, pois também serão considerados migrantes aqueles que nasceram no município, mas que possuem idade superior do que o tempo de residência.

A importância deste quesito é que ele permite preencher uma lacuna deixada pelo quesito “local de nascimento”, que é a migração de retorno, isto é, mesmo caracterizando como não-migrante alguém que nasceu em um determinado município, ele pode ter migrado e voltado para sua cidade natal sem que o censo detectasse este fenômeno. Desta forma, mesmo que o indivíduo tenha nascido naquela localidade, ele será considerado um migrante se for observado uma diferença entre sua idade e seu tempo de residência naquele local.

A principal informação dada pelo quesito tempo de residência aponta para outro aspecto da dinâmica demográfica, que é o tempo em que se deu o último movimento dos migrantes acumulados. Para Rigotti (1999), este quesito é de fundamental importância pelo seguinte aspecto:

Essa informação é de suma importância para a história migratória da área de estudo. Vale lembrar que os imigrantes obtidos são os sobreviventes que imigraram no período indicado, não morreram, nem fizeram, em seguida, movimento emigratório. Portanto, espera-se, em geral, que as cortes de migrantes diminuam sua participação com o aumento da

duração de residência, uma vez que estarão mais expostas ao “risco” de morte ou remigração. (RIGOTTI, 1999, p.14).

Com relação aos problemas dos dados deste quesito, o primeiro é semelhante ao de local de nascimento, pois nem sempre aquele que responde às perguntas tem real noção do tempo de duração de residência de todos que moram naquele domicílio, o que pode gerar distorções. O número de pessoas que declaram não saber o período de tempo que residem em determinada localidade é relativamente alta em vários censos pelo mundo. Outro estudo mostrou a preferência das pessoas em escolher determinados números para expressar o tempo de residência, como 10 ou 15, em detrimento de 8 ou 13, o que gera perda na precisão da informação. (UNITED NATIONS, 1970).

Além disto, Rigotti (1999) também salienta que não é possível obter informações acerca de emigração e migração líquida, para isto seria necessário usar outros dados e técnicas para obter esta informação.

Para o nosso caso iremos trabalhar com três categorias de migrantes, que são: migração recente (com 0 a 4 anos de residência no destino), migração de médio prazo (com 5 a 9 anos de residência no destino), e migração de longo prazo (com 10 anos ou mais de residência no destino). Isto é importante porque será evidenciado características distintas existentes nestes três grupos. No caso brasileiro, o migrante com dez anos ou mais de residência geralmente já absorveu muito da dinâmica local. É claro que em determinados países, como França, Inglaterra ou Estados Unidos, a migração árabe, latina ou chinesa, mantém fortemente os laços de comunidade, que se manifesta pela manutenção da língua, práticas culturais e etc. Neste caso é correto dizer que dificilmente esta população deixará de se sentir migrante, seja com dez, vinte ou trinta anos no país de destino. George (1985) destaca esta característica ao apresentar o conceito de Diáspora, que significa uma forte migração de um determinado povo, distribuído quase que mundialmente e que mantêm fortemente seus laços com a sociedade de origem. Isto se materializa através de associações, manutenção de usos e costumes e a construção de um simulacro urbano em determinadas áreas da cidade ou país.

2.2.3 Lugar de residência em uma data fixa anterior

Respostas para questões relativas à residência em uma determinada data fixa do passado fornecem informações que podem ser utilizadas prontamente de diversas formas do ponto de vista analítico. Questões sobre data fixa permitem a utilização de todas as medidas mais usadas em migração, como imigrantes, emigrantes e saldo migratório líquido entre dois períodos.

O status de migrante é determinado pela comparação da residência de dois pontos definidos no tempo, e o migrante é definido como a pessoa cuja residência na data do censo seja diferente da data fixa anterior. Este quesito diz respeito a pessoas que estavam vivas no início do intervalo e que sobreviveram ao final dele. Isto gera o número de migrantes sobreviventes por um período fixo no tempo. Geralmente a data fixa anterior é de cinco anos antes do censo, o que permite trabalhar com coortes e faixas etárias. Quando utilizado conjuntamente com o quesito lugar de nascimento, ou outro que indique a origem em algum outro momento, é possível levantar uma série de informações acerca da dinâmica migratória, como as categorias de migrantes de retorno dentro de um período, migrantes de passagem ou remigrantes. (RIGOTTI, 1999).

2.3 Os quesitos censitários sobre migrações e educação que serão utilizados para análise no período de 1991 e 2000

2.3.1 Os quesitos censitários sobre migrações que serão Utilizados

Para o propósito deste trabalho, e pela complexidade do tema, serão avaliados os impactos e as características da migração em seu destino, isto é, as análises focam o perfil da população de migrantes nas microrregiões e mesorregiões de destino, comparando seus resultados com a população não migrante (naturais).

O migrante será o indivíduo que não nasceu na região em estudo, ou aquele que nasceu, mas possui sua idade maior do que seu tempo de residência, seja na

microrregião (para o caso das análises sobre saldos migratórios líquidos), ou na mesorregião (para o caso das análises do perfil educacional). Esta população migrante será desagregada em três categorias: migrante com 0 a 4 anos de residência (curta duração), migrante com 5 a 9 anos de residência (média duração) e migrante com 10 anos ou mais de residência (de longa duração), utilizando o quesito “Duração de Residência”.

Por mais interessante que seja analisar as migrações de retorno, não será avaliado esta categoria de migrante neste estudo, pois o principal foco da tese é compreender o impacto das migrações de curto, médio e longo prazo (anos de residência no destino), para os indicadores educacionais nas cidades receptoras, e não o fenômeno do retorno dos migrantes às suas regiões de origem.

2.3.2 O quesito censitário sobre educação que será utilizado

Já com relação ao quesito censitário sobre educação, a tese utilizará duas variáveis existentes no quesito “Anos de Estudo”, que são: A média dos anos de estudos por população migrante e não migrante e a “População sem Instrução”. Com a utilização destas duas variáveis torna-se possível traçar um perfil educacional da população migrante e não migrante. A escolha deste quesito foi em função da importância que ele tem para as Nações Unidas. Para os Objetivos do Milênio (Objetivo 2), tanto a variável “Indivíduo sem Instrução” quanto “Anos de Estudos” são utilizados para mensurar as melhoras da educação global.

Com estes indicadores serão avaliados uma série de fenômenos ligados ao acesso à educação e ao grau de instrução dos migrantes e não migrantes de uma mesorregião. No início do Quarto Capítulo, após apresentação das principais transformações dos fluxos migratórios entre as microrregiões de Minas Gerais nos períodos de 1986-1991 e 1995-2000 (apresentadas no Terceiro Capítulo), será feita uma comparação do perfil do migrante e do não migrante com relação ao “Indivíduo sem Instrução” e a “média de anos de estudos”, para o ano 2000.

Desta forma, este viés será utilizado para avaliar as diferenças existentes entre a população de migrantes e não migrantes em cada mesorregião do estado,

analisando as prováveis causas e conseqüências da defasagem dos anos de estudos e do grau de instrução para o desenvolvimento regional.

Vale salientar que a decisão de optar pelas microrregiões para a análise dos fluxos migratórios entre os censos de 1991 e 2000, e pelas mesorregiões, para apresentar os resultados dos indicadores educacionais, está ligada principalmente a questões amostrais, que demonstrou no transcurso do trabalho a inviabilidade, ao menos no momento, de se trabalhar com as categorias propostas de migrantes recentes, médio e longo prazo, aliando aos indicadores educacionais, para uma unidade espacial tão desagregada como as microrregiões.

Concatenando os paradigmas da teoria da migração e do desenvolvimento, seja em seu viés econômico ou sociológico, será evidenciada a inter-relação existente entre educação e migração, e seus impactos sócio-espaciais para as mesorregiões de Minas Gerais.

2.4 Um esforço metodológico para a elaboração de um prognóstico sobre a Educação dos migrantes em Minas Gerais

A busca pela predição é um dos objetivos mais prementes dos cientistas. Desta forma, para além do uso do método descritivo e explicativo, iremos aplicar uma metodologia desenvolvida por Rigotti e Hadad (2009) para a elaboração de um prognóstico sobre a educação dos migrantes no estado de Minas Gerais. Esta tarefa pretende contribuir para os estudos migratórios, na medida em que lança luzes à dinâmica demográfica e às políticas públicas voltadas ao sistema educacional mineiro e seus prováveis desdobramentos futuros.

Como explicita Rigotti e Hadad (2009), várias medidas em demografia auxiliam na elaboração de políticas públicas que possam solucionar problemas da sociedade em geral, como as taxas de fecundidade, expectativa de vida ao nascer e mortalidade. Porém, na área da educação, indicadores capazes de avaliar com a mesma densidade, questões relativas à educação de países pobres ou em desenvolvimento, e que possam dar um caráter mais preditivo sobre este tema são mais raros. Com este intuito Rigotti e Hadad (2009) propuseram a criação de um modelo intitulado de “Tábuas de Aprovação por séries”, que gera indicadores ligados

à educação, objetivando avaliar, de maneira projetiva, questões relativas à educação brasileira.

Este modelo utiliza das curvas de aprovação do Modelo Profluxo, elaborado por Fletcher (1985) e Fletcher & Ribeiro (1989), que apresenta o movimento de estudantes entre as séries ano após ano, correlacionando a idade de ingresso e aprovação em uma determinada série.

De acordo com Golgher (2004) o modelo Profluxo “permitiu estimar vários índices sobre a performance do sistema educacional utilizando as bases de dados demográficos, que, em geral, apresentam menos erros do que as estatísticas educacionais oficiais”. (GOLGHER, p.160, 2004).

O Profluxo é composto por duas curvas principais, que são as curvas de proporção de ingressados e de proporção de aprovados. A curva de proporção de aprovados é fruto de uma matriz que classifica os indivíduos de acordo com sua idade e anos de estudo. O eixo “x” do gráfico representa a idade do indivíduo, e o eixo “y” a proporção de aprovados de uma coorte, por série.

A proporção de aprovados explicita a relação existente entre a idade, anos de estudo e aprovação. Dentre várias análises possíveis, a curva de proporção de aprovados permite analisar os anos de defasagem que um determinado indivíduo possui em sua última série concluída, por exemplo: a idade ideal para se formar na 1ª série do ensino fundamental são sete anos, mas alguns indivíduos concluem esta série aos doze anos, isto é, cinco anos de defasagem.

Já a curva de proporção de ingressados possui uma metodologia muito parecida com a de aprovados. Ela leva em conta a proporção de alunos matriculados em uma determinada série, com uma determinada idade. Golgher (2004) explica o conceito da seguinte forma:

O número de crianças que já ingressaram alguma vez em uma determinada série inclui aqueles que já foram aprovados nessa série, os que estão cursando essa série e os que já cursaram a série, foram reprovados e evadiram do sistema escolar. No caso deste estudo serão considerados como ingressados apenas os classificados nas duas primeiras categorias. A não inclusão da terceira categoria implica uma pequena perda de informação para a 1ª série do Ensino Fundamental. Para as demais séries, os indivíduos que já cursaram a série, foram reprovados, evadiram do sistema e ainda não retornaram são considerados em conjunto com aqueles que simplesmente evadiram do sistema de ensino depois de aprovados na série anterior. Uma suposição fundamental é que um aluno aprovado em um determinado nível de ensino não mais cursaria esse mesmo nível. (GOLGHER, p.164, 2004).

Fruto das proporções de aprovados e de ingressados o Modelo Profluxo gera um gráfico, com as curvas do eixo “y” normalizadas, com o intuito de facilitar a compreensão acerca da proporção de aprovados ou ingressados em cada ano/série. Com o Modelo Profluxo é possível avaliar a intensidade da repetência em determinadas séries e o grau de defasagem entre a idade e a matrícula em uma determinada série. Além disto, o modelo permite extrair outras medidas, como as “taxas de cobertura e de evasão escolar” e a “proporção de ingressados e aprovados e idades modais”, o que torna a análise do fenômeno mais rica e complexa.

Rigotti e Hadad (2009) utilizam do Modelo Profluxo para descrever a aprovação por idade e série, agregado por um determinado recorte geográfico. De acordo com os autores, isto será a base para um estudo mais detalhado de uma série de indicadores educacionais. Porém, os autores questionam o pressuposto de estabilidade do sistema de ensino básico brasileiro, o que permitiria a utilização da proporção de ingressados. Rigotti e Hadad (2009) destacam que a promoção, repetência ou evasão, no Brasil, não possui a mesma estabilidade de vários países ricos, como a Suécia.

No caso brasileiro, uma série de peculiaridades, dentre elas a desigualdade social, o trabalho infantil, as transformações no sistema de educação, a educação para adultos e etc., não aconselha a aceitação do pressuposto de estabilidade do ensino básico brasileiro. É devido a isto que os autores utilizam somente a proporção de aprovados, o que garante ao modelo maior estabilidade e previsibilidade.

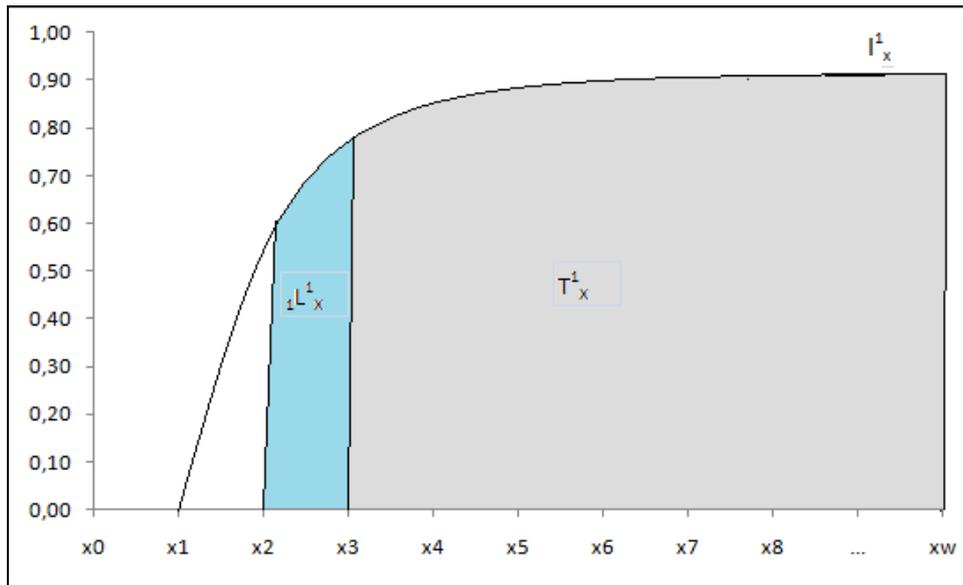


Figura 6: Representação gráfica das funções da Tábua de Aprovação da primeira série ($i = 1$)

Fonte: Rigotti e Hadad, 2009

A proporção de aprovados e as séries possibilitam a geração de sete indicadores educacionais, que são:

1. Probabilidade de uma pessoa de idade exata x ser aprovada no intervalo de um ano;
2. Função pessoas-ano aprovadas (área clara da figura 6);
3. Tempo total a ser vivido como aprovado, com pelo menos a série i , pela coorte hipotética (área cinza da figura 6);
4. Expectativa de anos (ao nascer) a ser vividos pela coorte inicial l_0 , com um mínimo de i anos de estudos (série mínima concluída);
5. Defasagem de anos de estudo por idade;
6. média de anos completados (ou média de anos de estudo);
7. Razões de Aprovação (probabilidade média das pessoas desta faixa etária estar aprovadas na série correspondente a n anos depois¹¹).

Neste trabalho serão analisadas as informações existentes no Censo Demográfico de 2000, segundo as mesorregiões de Minas Gerais e as populações de migrantes e não migrantes. Dentre os sete indicadores apresentados pelas Tábuas de Aprovação por séries, serão utilizados três: “proporção de aprovação”, “defasagem de anos de estudo por idade” e “razões de aprovação”.

¹¹ Para uma compreensão maior do Modelo ler: RIGOTTI, J. I. R. ; Hadad, R. M. . Graduation Tables: a methodological proposal for projecting educational indicators. In: XXVI IUSSP International Population Conference, 2009, Marrakech. XXVI IUSSP International Population Conference, 2009. v. 1. p. 1-19.

O primeiro indicador será a “proporção de aprovação”, isto é, a proporção máxima que uma coorte atingirá em determinada série. O segundo indicador é a, “defasagem de anos de estudo por idade” na quinta, oitava e décima primeira (última do Ensino Médio) séries. Neste caso, será utilizado como parâmetro as idades ideais para aprovação nas séries em questão do próprio sistema educacional brasileiro, e a variação de idade de alunos que nasceram até o mês de julho e após o mês de julho, acrescentando alguns meses a mais para a idade ideal de aprovação. Para a 1ª série a idade ideal é de 9 anos de idade; 5ª série aos 13 anos de idade; 8ª série aos 16 anos de idade e 11ª série aos 19 anos de idade.

O terceiro indicador são as “razões de aprovação” (probabilidade média das pessoas aprovadas na primeira série serem aprovadas na quinta série¹²). Neste caso, considera-se a proporção máxima de aprovação da quinta série dividida pela proporção máxima da primeira série.

Estes três indicadores permitirão avaliar a situação da população migrante e não migrante com relação ao grau de aprovação em um determinado período; os aspectos da defasagem de anos de estudo por idade, e se o fato de ser migrante ou não influencia este fenômeno; os impactos de longo prazo acerca da manutenção das atuais taxas de repetência ou evasão para o sistema educacional mineiro e para a própria sociedade brasileira no futuro.

Os resultados serão extraídos por meio de um software que irá processar os dados censitários do ano 2000, e gerar os indicadores acima citados. É interessante salientar que o software elaborado por Hadad e Rigotti (2009) além de gerar os indicadores propriamente ditos também gera as curvas resultantes dos cálculos, o que auxilia na compreensão do fenômeno. Neste caso os dados serão referentes somente ao Censo Demográfico de 2000, último disponível e, ao mesmo tempo, obter uma visão da dinâmica migratória e suas interfaces com a escolaridade.

Isto permitirá avaliar de maneira mais clara e objetiva a desigualdade existente entre as mesorregiões de Minas Gerais, e chamará a atenção para as eventuais mudanças necessárias para melhorar a educação mineira.

¹² A escolha da quinta série foi em razão dos parâmetros utilizados pelos Objetivos do Milênio.

2.5 O Recorte Espacial

O recorte espacial utilizado neste trabalho serão as Microrregiões e as mesorregiões de Minas Gerais. As bases cartográficas utilizadas estão divididas em 66 e 12 regiões respectivamente, que podem ser observadas na figura 7, o que indica a escala de análise do trabalho. Optar por analisar os impactos sobre o indivíduo, bem como os impactos sobre uma determinada região requer metodologias e análises distintas. A escolha pela análise regional em detrimento da análise sobre o indivíduo é fruto do objetivo da tese, que busca avaliar o papel das migrações sobre a educação em seu aspecto regional, retratando a situação das microrregiões e mesorregiões de Minas Gerais.

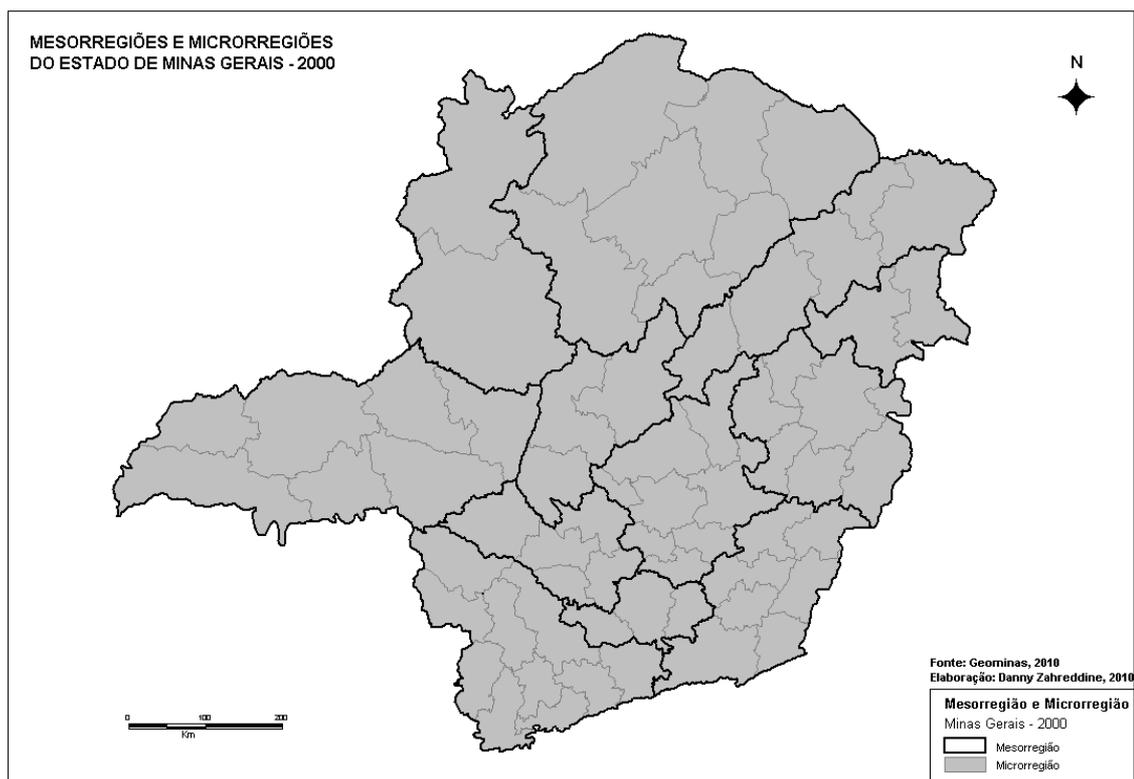


Figura 7: Mesorregiões e Microrregiões de Minas Gerais – 2000¹³

Fonte: Geominas, 2010

Estas serão as bases cartográficas segundo a qual será elaborada a maior parte dos mapas temáticos, principalmente mapas de fluxos migratórios entre as

¹³ Em anexo encontram-se os nomes e as unidades geográficas referentes a cada mesorregião (figura 27, anexo I) e microrregião (Figura 28, anexo II) do Estado Minas Gerais.

microrregiões, com seus respectivos saldos; mapas temáticos com as características dos migrantes de cada região; áreas que polarizam os migrantes; mapas do perfil educacional do migrante por mesorregião, e mapas de prognóstico sobre a educação mineira para o futuro.

2.6 As técnicas de mapeamento

Os mapas desta tese deverão representar os fenômenos migratórios e seus impactos para a educação e para o desenvolvimento regional. Para isto, é possível utilizar Representações Quantitativas - Manifestação Zonal: Método das figuras geométricas proporcionais centralizadas na área de ocorrência (MARTINELLI, 2003, p.55) e Representações Quantitativas - manifestação Zonal: Método Coroplético (MARTINELLI, 2003, p. 61).

As “Representações quantitativas - Manifestação Zonal: Método das figuras geométricas proporcionais centralizadas na área de ocorrência” permite a criação de mapas que possam conter gráficos com os saldos migratórios, informações sócio-educacionais e etc., de cada uma das Mesorregiões de Minas Gerais.

Já as “Representações Quantitativas - Manifestação Zonal: Método Coroplético” foi muito difundido após o uso constante deste método em softwares de Sistemas de Informação Geográfico. Para Martinelli (2003):

Este método estabelece que a ordem crescente dos valores relativos agrupados em classes significativas seja transcrita por uma ordem visual também crescente. Esta poderá ser construída, ou com as cores, desde matizes claras até escuras de uma das duas metades do espectro visível, ou com texturas, que vão também das mais claras até as mais escuras. (MARTINELLI, 2003, p. 61).

Desta forma, o método Coroplético ajudará a avaliar os resultados dos saldos migratórios nas microrregiões de Minas e os indicadores sócio-educacionais nas diversas mesorregiões do estado. Os dados serão agrupados por classes, representadas por cores distintas, variando do mais claro ao mais escuro. Porém, as classes são fruto dos dados utilizados, e elas poderão ser calculadas utilizando os seguintes resultados: o valor propriamente dito da variável tratada em questão, a

média, o desvio padrão, o quartil ou o percentil. Porém, não é possível afirmar a priori as classes que serão utilizadas, antes da elaboração dos resultados.

Neste trabalho, os mapas coropléticos serão utilizados para demonstrar os resultados referentes aos saldos migratórios líquidos por microrregião para os anos de 1991 e 2000, e seus respectivos indicadores sócio-educacionais por mesorregião em 2000, bem como os resultados sobre o prognóstico da educação nas mesorregiões de Minas Gerais.

Outros métodos de mapeamento poderão ser usados dependendo das necessidades do trabalho, mas os acima citados serão largamente aplicados no decorrer da tese.

CAPÍTULO III

AS MIGRAÇÕES NO ESTADO DE MINAS GERAIS: FLUXOS E TRANSFORMAÇÕES NAS DÉCADAS DE 1990 E 2000

3.1 Uma breve análise de posição do Estado de Minas Gerais

O Estado de Minas Gerais está localizado na região sudeste do Brasil. Faz limites com os Estados do Espírito Santo, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Distrito Federal e Mato Grosso do Sul. Possui uma área de 586.528,293 Km² (IBGE, 2009), divididos em 10 macrorregiões, 12 mesorregiões, 66 microrregiões e 853 municípios (dados referentes a 2009), sendo a 4^a maior área dentre as Unidades da Federação.

O relevo do estado é marcado por cinco unidades de relevo, sendo eles: Planalto Cristalino, Serra do Espinhaço, Depressão do Rio São Francisco, Planalto do Rio São Francisco e Planalto do Paraná. O relevo mineiro varia em média dos 800 aos 1500 metros de altitude, sendo seu ponto mais alto o Pico da Bandeira, com 2.891 metros de Altitude. Estas características fazem de Minas Gerais o estado com a maior altitude média do País.

Com relação ao Clima, o estado possui dois sistemas climáticos predominantes, o Tropical de Altitude, próprio das regiões mais altas (a temperatura oscila em torno dos 17º e 20º), e o Tropical, nas regiões mais baixas do estado (com temperaturas médias de 22º e 23º). Na região sul, e nas áreas com maior altitude, são encontrados as temperaturas mais baixas. Nas regiões Leste, central, sudeste e sul, o regime pluviométrico é mais alto, enquanto que na região norte e nordeste encontram-se as maiores temperaturas e os menores índices pluviométricos.

Já a vegetação é composta principalmente pelo Cerrado, Campos Rupestres e Mata seca. Atualmente, a mata Atlântica praticamente deixou de existir, predominando as demais. Os rios do estado formam importantes bacias hidrográficas, como a do São Francisco e a do Rio Paraná.

Minas Gerais possui uma característica muito importante em sua geografia, que está ligada à sua posição, clima, vegetação e topografia. Por se localizar em uma região que permite a articulação entre os maiores centros urbanos do Brasil

(São Paulo e Rio de Janeiro), é o estado que contém a malha rodoviária mais extensa da Federação, demonstrando a sua importância como entroncamento e elemento de distribuição da riqueza nacional. O ecletismo de sua vegetação e clima são fatores que impactam diretamente nas relações sociais, culturais e econômicas dos mineiros com o próprio estado, e dos mineiros com as demais Unidades da Federação.

Regiões com abundância de recursos minerais transformaram determinadas áreas do estado, como foi o caso do quadrilátero ferrífero, e as zonas de exploração de ouro e pedras preciosas. Tais regiões atraíram no passado, e continuam atraindo (em menor escala) um grande contingente de pessoas, e modelam de certa maneira a organização do espaço urbano. Já em outras áreas, pela escassez de água, e o clima agreste, a atividade econômica possui dificuldade de se alavancar, o que gera regiões com forte tradição emigratória, que visam os grandes centros. Além disto, Belo Horizonte, a capital mineira, é a principal cidade pólo do estado, e sua posição de centralidade permite que os mineiros de todas as regiões busquem em Belo Horizonte algum tipo de serviço.

É claro que outras regiões de Minas Gerais também possuem pólos regionais, que nas últimas décadas vêm contribuindo de maneira relevante para um equilíbrio mais adequado entre a renda e existência de serviços básicos para a população, que durante muito tempo recorreu à capital para encontrar assistência médica, educação e trabalho de qualidade. Uberlândia, Poços de Caldas, Juiz de Fora, Montes Claros e Governador Valadares são exemplos de algumas destas cidades médias que transformaram a dinâmica dos movimentos migratórios em Minas Gerais.

Em suma, pela diversidade climática, topográfica, dos recursos naturais, da cultura e da atividade econômica, Minas Gerais representa a síntese do Brasil, com todas as nuances de uma sociedade complexa, repleta de áreas ricas, mas rodeadas por cidades pobres; com regiões onde a presença de recursos naturais garante a empregabilidade da população, enquanto que em outras áreas a estiagem força o deslocamento das famílias. É esta diversidade que marca a dinâmica migratória mineira, e a busca pelo entendimento de suas características geográficas e demográficas que estimula a análise das migrações no estado tendo como pano de fundo a educação.

3.2 A Dinâmica Migratória no Estado de Minas Gerais

Com uma população estimada em 20.033.665 habitantes em 2009 (IBGE, 2010), Minas Gerais é a segunda Unidade da Federação mais populosa do Brasil. Porém, de acordo com Brito e Horta (2002), a participação relativa do contingente populacional mineiro para o Brasil tem sido decrescente:

ao longo das últimas décadas, a sua participação relativa no total da população brasileira tem sido decrescente: em 1940 alcançava 16,3%, mas em 2000 pouco ultrapassava 10,5%. Observa-se, desde a década de cinquenta, uma tendência ao declínio de suas taxas de crescimento, tanto da população urbana quanto da rural, que têm ficado sempre abaixo da média nacional. (BRITO, Fausto; HORTA, Cláudia, 2002, pág. 1).

Desta forma, desde o censo de 1940, pode-se perceber que o crescimento populacional em Minas Gerais sempre se mostrou abaixo da média nacional, mesmo sendo o segundo estado que mais cresceu em termos absolutos em população desde 1940. O auge deste distanciamento entre o crescimento populacional nacional e o crescimento mineiro ocorreu em 1960, sendo que o processo de normalização das taxas, se comparado com o panorama nacional, retornou a partir da década de 1980 a 2000.

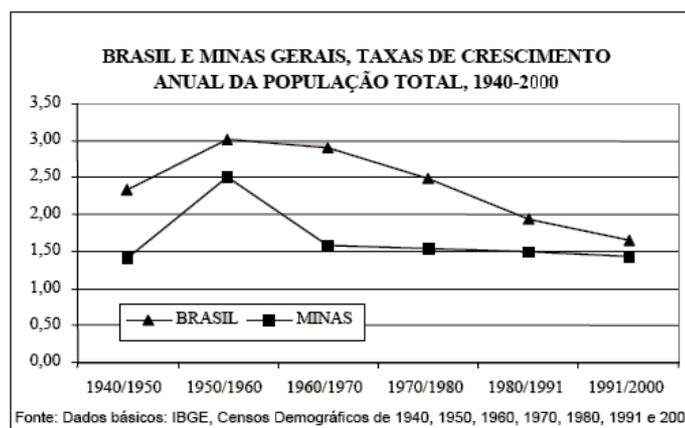


Figura 08: Brasil e Minas Gerais, Taxas de Crescimento Anual da População Total (1940 – 2000)
Fonte: Brito e Horta, 2002

Brito e Horta (2002) afirmam que mesmo com o desenvolvimento da siderurgia em Minas Gerais, entre as décadas de 1930 e 1950, a atração que São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Goiás exerciam no estado gerava um quadro de perda populacional. De acordo com a figura 8, fica evidente a histórica diferença do crescimento mineiro se comparado com o crescimento nacional, sendo a partir da década de 1980 o início da diminuição destas diferenças.

A década de 1950 representou ao mesmo tempo o auge das taxas de crescimento populacional mineiro e o princípio de uma estagnação forte que se estenderia até 1980. Como destacam Brito e Horta (2002), a criação da CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais) e do DEER (Departamento Estadual de Estradas de Rodagens), o estímulo à atividade siderúrgica, cimenteira e dos transportes, aliados a um cenário nacional estimulado pelo plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek, e ainda, a transição da população rural para as grandes cidades, fez com que Minas Gerais alcançasse um crescimento sem precedentes.

Porém, como já abordado anteriormente, Minas Gerais em sua história foi um estado com fortes contrastes socioeconômicos, concentrando a atividade econômica em alguns pólos de desenvolvimento, principalmente na região metropolitana de Belo Horizonte, nas zonas do minério e no Triângulo Mineiro.

Com o incremento da malha rodoviária mineira, e a presença das unidades da federação mais ativas economicamente nos limites de Minas Gerais, um forte movimento de saída dos mineiros em busca de melhores condições de vida em direção a São Paulo, o Centro Oeste do país e Rio de Janeiro ocorreu na década de 1960.

Nas décadas de 1970 e 1980 a natureza das migrações interestaduais manteve-se quase a mesma, alterando alguns poucos aspectos, como por exemplo: a diminuição da intensidade do movimento emigratório em Minas Gerais e o surgimento de outros pólos de atração para os emigrantes mineiros, como a região norte do país (nova fronteira agrícola). (Brito e Horta, 2002).

MINAS GERAIS - INDICADORES MIGRATÓRIOS

1960/1998						
INDICADORES	1960/70	1970/80	1981/91	1986/91	1991/96	1993/98
IMIGRANTES	527.000	612.597	799.339	371.888	321.335	373.899
EMIGRANTES	2.041.748	1.238.859	1.018.903	479.398	345.234	357.506
SALDO MIGRATÓRIO*	-1.514.748	-626.262	-219.564	-107.510	-23.899	16.393
IMIGRANTES(% BRASIL)	5,64	6,74	7,51	7,42	7,71	8,87
EMIGRANTES(% BRASIL)	21,86	13,63	9,58	9,56	8,28	8,48
IMIGRANTES (ANUAL)	52.700	61.260	79.934	74.378	64.267	74.780
EMIGRANTES(ANUAL)	204.175	123.886	101.890	95.880	69.047	71.501
SALDO MIGRATÓRIO(ANUAL)	-151.475	-62.626	-21.956	-21.502	-4.780	3.279
TAXA LÍQUIDA DE MIGRAÇÃO	-13,19	-4,68	-1,39	-0,77	-0,16	0,11
ÍNDICE DE REPOSIÇÃO	0,26	0,49	0,78	0,78	0,93	1,05

Fonte: FIBGE; Censos Demográficos de 1970,1980,1991 e Contagem da População de 1996

*Saldo migratório=1986/91 e 1991/96; trocas líquidas=1960/70,1970/80 e 1981/91

Tabela 05: Minas Gerais – Indicadores Migratórios (1960/1998)

Fonte: Brito e Horta, 2002

De acordo com a tabela 5, fica claro a forte tendência de saldo negativo nas migrações em Minas Gerais, sendo que nas décadas de 1960/1970 o estado teve um saldo migratório de -1.514.748 migrantes. A tendência de saldo migratório negativo persistirá até meados da década de 1990, quando o saldo migratório mineiro tende para o equilíbrio. O papel dos principais pólos urbanos em Minas Gerais na retenção da população foi crucial, sendo estas regiões responsáveis pela manutenção do crescimento populacional do estado, em detrimento das zonas rurais.

A partir da década de 1990 Minas Gerais conseguiu transformar seu saldo migratório em positivo, e o principal fator para esta transformação foi a capacidade de retenção da população nos grandes centros (o movimento de migração da zona rural para os centros urbanos na década de 1990 é notável em Minas Gerais), a atração de migrantes advindos de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás e Bahia (devido ao fortalecimento da economia mineira) e principalmente o movimento de retorno dos migrantes mineiros para suas cidades natais, responsável por quase metade de todos os migrantes que chegaram em Minas Gerais entre 1981 e 1991. (BRITO & HORTA, 2002).

Mais recentemente, o papel desempenhado pelas regiões sul, metropolitana de Belo Horizonte, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba são fundamentais para a fixação da população no Estado e pela atração de novos migrantes de estados vizinhos, seja pelo avanço na atividade agropecuária, ou pela intensificação do processo de industrialização e de serviços destas regiões. Por outro lado, regiões como a do Vale do Rio Doce, Vale do Mucuri e Vale do Jequitinhonha continuam a

emitir migrantes para todo o Estado ou para os Estados vizinhos, principalmente por questões socioeconômicas.

3.2.1 Migrações nas microrregiões de Minas Gerais: saldos migratórios líquidos de 1991 e 2000

Se no âmbito nacional Minas Gerais passou por uma transformação considerável em seu saldo migratório, principalmente nas décadas de 1990 e 2000, é de fundamental importância observar como este fenômeno se apresentou no âmbito de suas microrregiões. Desta forma, serão apresentadas algumas características históricas da dinâmica migratória destas regiões e avaliar as razões que levaram a algumas delas se tornarem grandes centros de atração e outras de repulsão de migrantes.

Minas Gerais possui 66 microrregiões espalhadas por todo território, e as principais características que levam ao deslocamento das pessoas entre as microrregiões mineiras, e às demais Unidades da Federação são as mais variadas, podemos citar algumas: proximidade geográfica; existência de pólos de atração econômica; fenômenos naturais que forçam o deslocamento de pessoas e etc.

A figura 9 apresenta o saldo migratório líquido das microrregiões de Minas Gerais no ano de 1991, isto é, as áreas do estado que ganharam ou perderam migrantes neste período. Pode-se perceber que as regiões com maior saldo migratório positivo são as seguintes: Metropolitana de Belo Horizonte, o Triângulo Mineiro/Vale do Paranaíba e a Mesorregião Sul/Sudoeste de Minas. Deve-se destacar o papel de duas microrregiões em especial, a microrregião de Belo Horizonte, com um saldo positivo de quase 97.000 migrantes e a microrregião de Uberlândia, com saldo positivo de mais de 27.000 migrantes (IBGE, 1991). Na região sul do estado sete microrregiões apresentavam saldo migratório maior do que 20.000 migrantes, enquanto nas regiões leste e norte, a única microrregião que apresentou saldo migratório positivo foi a de Pirapora.

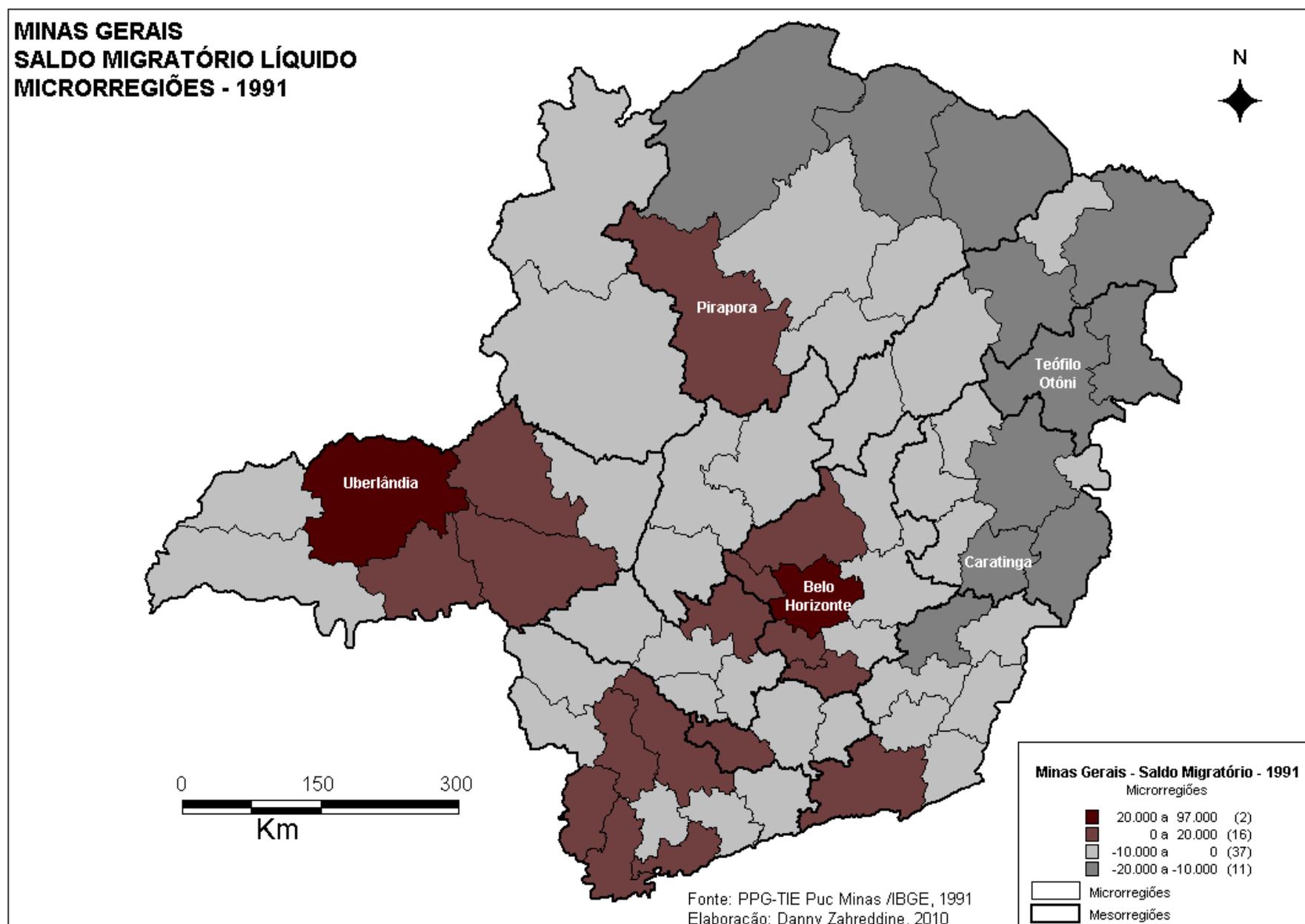


Figura 09: Minas Gerais – Saldo Migratório Líquido por Microrregiões – 1991
Fonte: PPG-TIE PUC Minas / IBGE, 1991

Se por um lado existiu uma grande força atrativa das regiões localizadas no centro, no Triângulo Mineiro e ao sul do estado, o mesmo não pode ser observado nas regiões norte e leste, caracterizada por um forte saldo migratório líquido negativo. Em 1991, 48 microrregiões do Estado apresentavam saldo migratório líquido negativo, enquanto 18 possuíam saldo migratório líquido positivo.

Porém é importante destacar que existe uma diferença entre microrregiões que possuem uma perda acentuada de migrantes daquelas que tendem para um equilíbrio de seu saldo. Isto também pode ser observado no caso das microrregiões com saldo positivo. Entre as microrregiões que mais ganharam migrantes somente duas figuram no intervalo de 20.000 a 97.000 migrantes, que são as microrregiões de Uberlândia e Belo Horizonte, sendo que as demais microrregiões figuraram no intervalo de 0 a 20.000 migrantes (IBGE, 1991). Já as microrregiões com saldo negativo as mais expressivas foram Teófilo Otoni, com perda de mais de 19.000 migrantes e Caratinga, com mais de 14.000 migrantes (IBGE, 1991). É importante salientar que estes são números absolutos, e se trabalharmos com a porcentagem da população os resultados seriam diferentes pelo impacto da população total da microrregião.

A figura 10, que representa o saldo migratório líquido das microrregiões de Minas Gerais em 2000, demonstra um sensível aumento no número de microrregiões que tiveram saldo migratório positivo, totalizando 26 microrregiões. Houve um aumento das microrregiões com saldo positivo no Triângulo Mineiro e na região sul, sendo que a região metropolitana de Belo Horizonte concentrou a maior parte dos migrantes. As duas microrregiões que mais atraíram migrantes em 2000 foram as mesmas de 1991, Belo Horizonte, com saldo migratório líquido positivo de 98.000 migrantes e Uberlândia, com 30.000 migrantes. (IBGE, 2000).

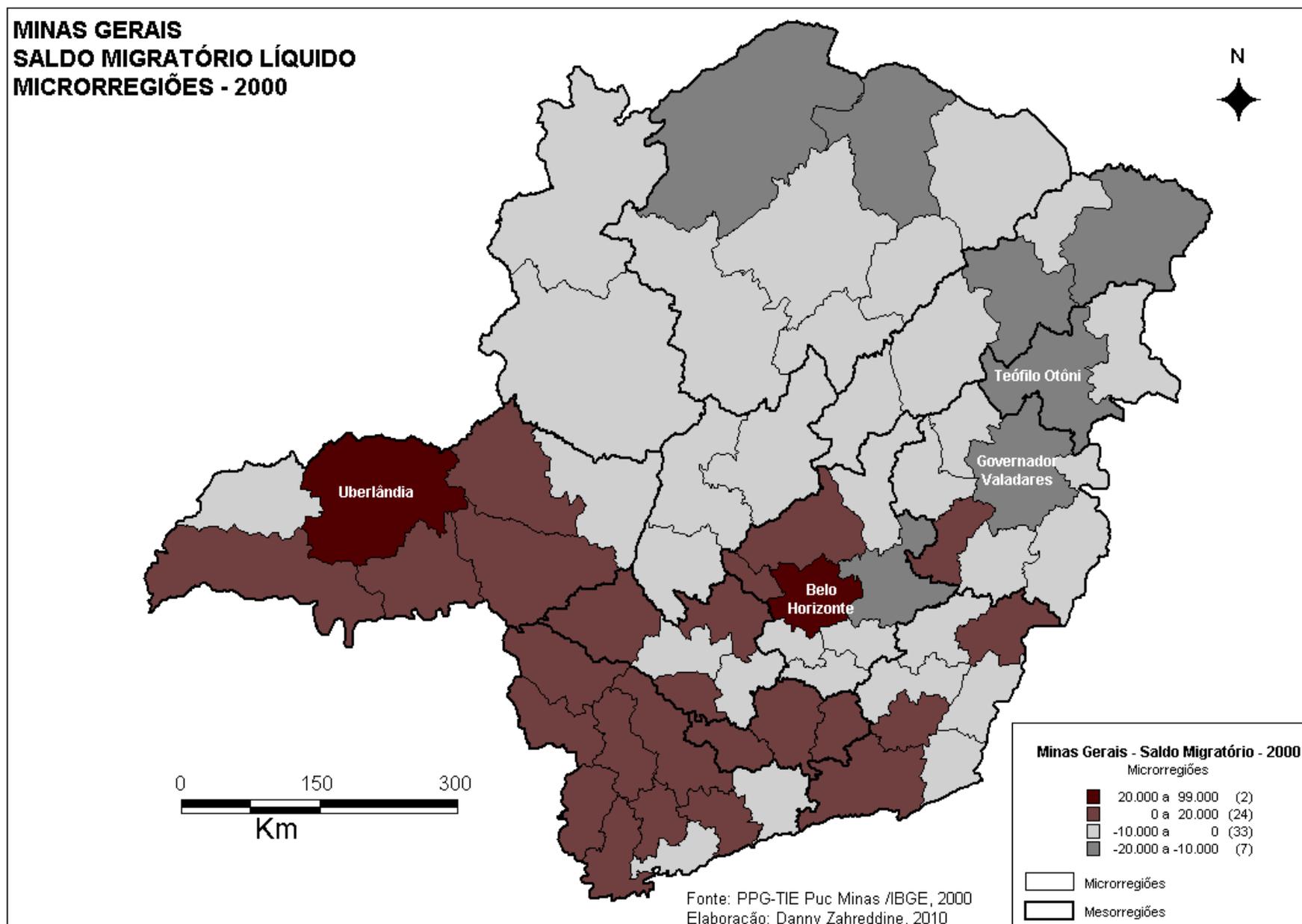


Figura 10: Minas Gerais – Saldo Migratório Líquido por Microrregiões – 2000

Fonte: PPG-TIE PUC Minas / IBGE, 2000

As regiões que apresentaram saldo migratório líquido negativo totalizaram 40 microrregiões, e o número de microrregiões que eram marcadas por uma intensa perda líquida de migrantes também diminuiu, passando de 11 em 1991 para 7 em 2000. As microrregiões que mais perderam migrantes em seu saldo foram Teófilo Otoni, com -16.281 e Governador Valadares com -15.373, tomando o lugar de Caratinga que passou a ter um saldo migratório de -2.598.

A figura 11 traz uma visão comparativa entre os anos de 1991 e 2000, o que permite uma análise das áreas de concentração e dispersão de populações no Estado de Minas Gerais nos períodos estudados. É evidente o aumento das microrregiões com saldos migratórios positivos, reforçando um movimento que já se percebia em 1991, principalmente nas mesorregiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Sul/Sudoeste de Minas.

Ao mesmo tempo, as microrregiões com saldo migratório negativo mantiveram quase o mesmo padrão quando agrupadas por mesorregiões, podendo ser observado ou a manutenção do quadro anterior ou uma pequena melhora, como os seguintes casos: A mesorregião do Vale do Jequitinhonha manteve a mesma configuração de suas microrregiões; no Vale do Mucuri as microrregiões permaneceram com saldo negativo, mas com diminuição em Nanuque; No norte de Minas ocorreu uma piora dos saldos, pois a única microrregião que não possuía saldo migratório negativo (Pirapora), em 2000 se tornou negativa; Noroeste de Minas e Central Mineira também mantiveram a mesma configuração espacial de 1991; a Zona da Mata sofreu uma leve melhora tornando as microrregiões de Ubá e Manhuaçu positivas em seu saldo migratório, e a mesorregião Oeste de Minas também obteve melhora, tornando receptora de migrantes nas microrregiões de Campo Belo e Pium-i.

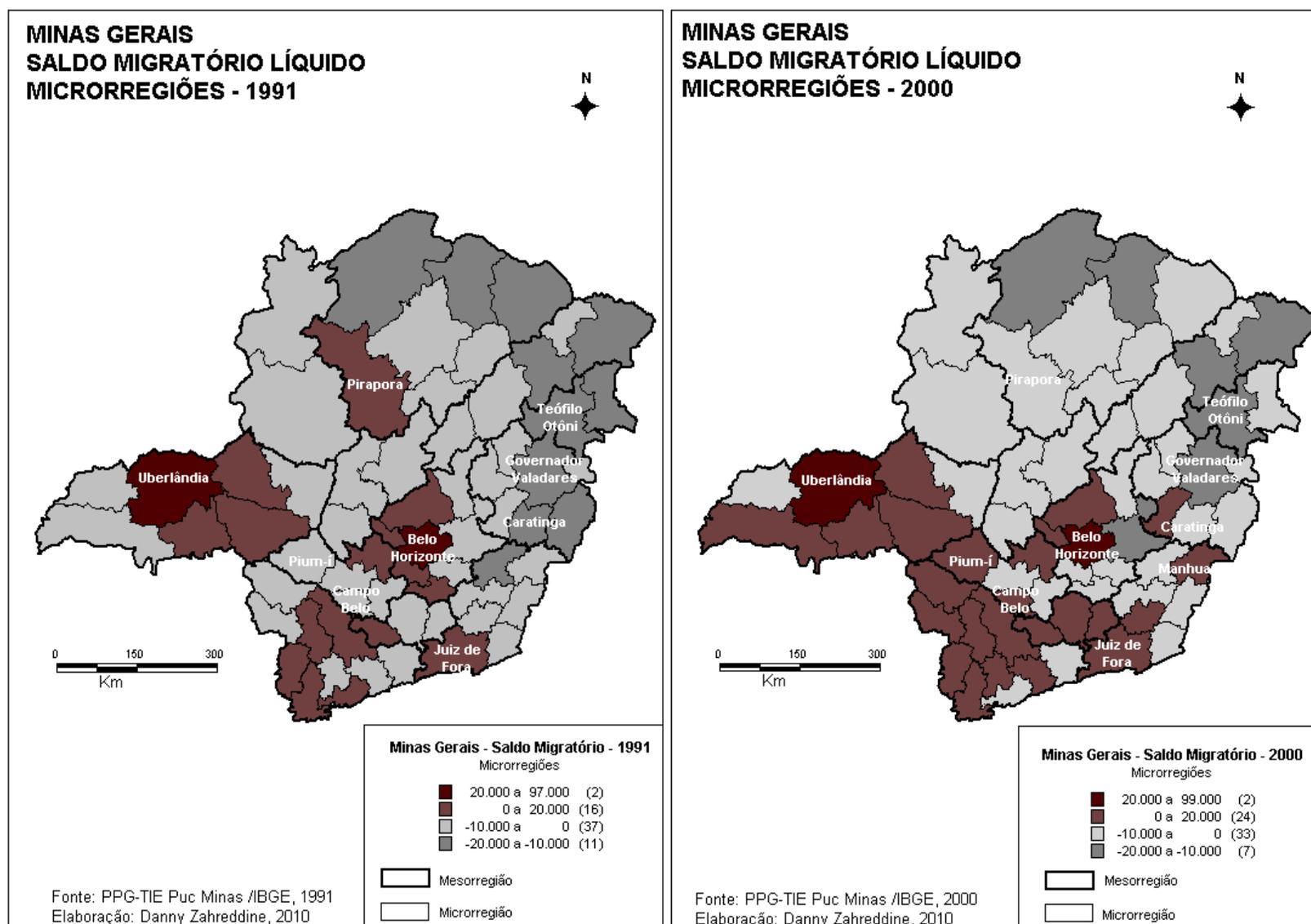


Figura 11: Minas Gerais – Saldo Migratório Líquido por Microrregiões – 1991/2000
Fonte: PPG-TIE PUC Minas / IBGE, 1991 e 2000

Alguns fatores podem explicar a maior atração da região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Sul/Sudoeste de Minas e a manutenção de pólos de repulsão nas porções norte e leste do Estado. No caso da mesorregião Sul/Sudoeste de Minas, a duplicação da Rodovia Fernão Dias, em meados da década de 1990, permitiu uma conexão maior entre o sul de Minas Gerais e São Paulo, reforçando processos comerciais e de expansão regional daquela área, tornando-a mais atrativa para populações de outras regiões de Minas e de São Paulo. A expansão do parque industrial em Pouso Alegre, Poços de Caldas e Varginha, potencializou ainda mais a capacidade atrativa da região.

O caso do Triângulo Mineiro credita-se o aumento da população migrante devido à atividade do agronegócio, cada vez mais pujante, e por ser uma região de conexão de Minas Gerais com os Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Goiás. Outro aspecto abordado é a própria característica das cidades pólo do Triângulo Mineiro, classificadas como cidades médias por alguns autores, que tem atraído muitos migrantes pela mescla de estrutura de uma cidade grande, e a relativa ausência de violência, fruto de uma cidade menor.

Por outro lado, o imobilismo das regiões norte e leste pode ser fruto da seca que impacta na atividade econômica e reduz a produtividade agrícola, gerando um efeito cascata na oferta de postos de trabalho. Neste caso, não evidenciamos as relações origem e destino dos migrantes por não se tratar do tema central da tese, porém, trabalhos já foram feitos mostrando o forte fluxo dos migrantes do norte de Minas Gerais em direção à Belo Horizonte e outras regiões do Brasil.

3.2.2 As migrações interestaduais em Minas Gerais

A proximidade geográfica é uma variável fundamental para entendermos determinados fenômenos socioeconômicos. As microrregiões localizadas nas proximidades do Estado de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Brasília, Goiás e Mato Grosso do Sul são afetadas por movimentos de emigração ou imigração durante grande parte da história nacional. Este é um fenômeno comum para regiões limítrofes a outras Unidades da Federação. Sendo assim, vamos

avaliar as migrações interestaduais nas microrregiões mineiras para entendermos melhor estes fenômenos.

Os aspectos da origem interna ou interestadual do migrante é um fato importante, pois pode evidenciar a capacidade de Minas em influenciar a decisão de migrar de indivíduos de outros estados, o que sinaliza uma melhora, ou piora, de suas condições socioeconômicas.

Na figura 12 é apresentado o número de imigrantes, por microrregiões, e não o saldo migratório líquido, como nos casos anteriores. O intuito é observar quais são as áreas em Minas Gerais que mais atraíram imigrantes de outras Unidades da Federação. Neste primeiro exemplo temos os dados de 1991, e as áreas de maior interesse dos imigrantes de outros estados (interestaduais) são as mesmas zonas de maior saldo líquido de migrantes, isto é, o Triângulo Mineiro, especificamente a microrregião de Uberlândia, e no centro do Estado, na microrregião de Belo Horizonte.

Ambas regiões são importantes pólos de atração, seja pela atividade industrial (caso da capital), ou pela atividade agropecuária (Uberlândia). Em Uberlândia, de um total de 32.786 migrantes (IBGE, 1991) vindos de outras unidades da federação, 12.302 são provenientes de Goiás (IBGE, 1991) e 7.352 de São Paulo, ambos estados fazem limite com a mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Já a microrregião de Belo Horizonte atraiu mais de 67.000 migrantes de outros estados em 1991, sendo sua maioria advinda do estado de São Paulo, com 19.623 migrantes, seguido da Bahia, com 9.660 e Rio de Janeiro, com 9.551 migrantes. (IBGE, 1991).

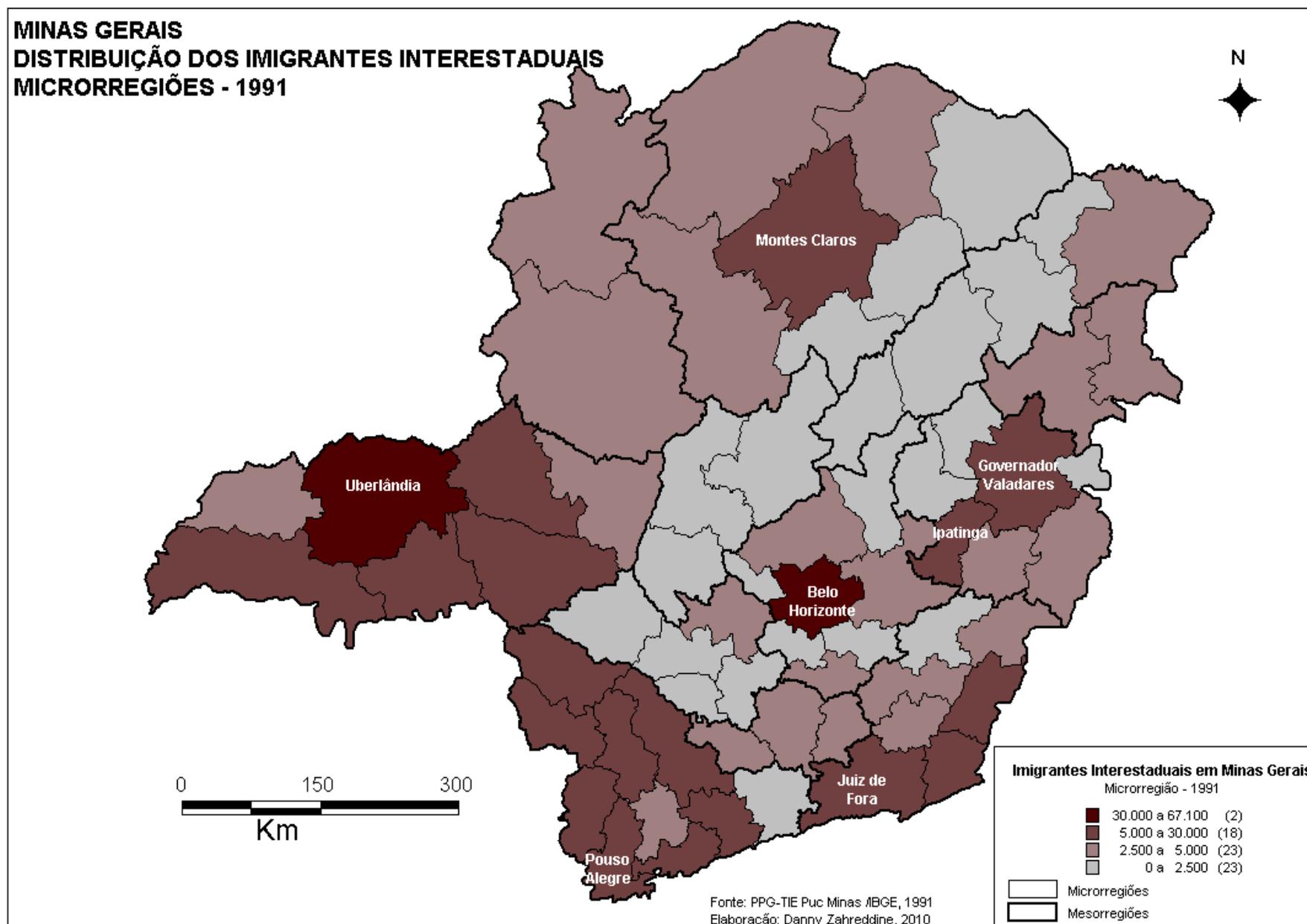


Figura 12: Minas Gerais – Distribuição dos Imigrantes Interestaduais - Microrregiões - 1991
 Fonte: PPG-TIE PUC Minas / IBGE, 1991

A ausência de grandes pólos regionais principalmente na região norte, torna a região menos relevante para a atração de migrantes de outros estados. Porém, deve-se destacar o papel de Montes Claros, que em 1991 atraiu mais de 5.600 migrantes interestaduais (IBGE, 1991), principalmente de São Paulo, com mais de 3.200 migrantes (IBGE, 1991), e em segundo lugar da região nordeste, com 926 migrantes (IBGE, 1991), destacando a Bahia, responsável por mais da metade dos migrantes da região. É importante salientar que não é surpreendente São Paulo emitir tantos migrantes para a microrregião de Montes Claros, pois é necessário levar em consideração que este estado é o mais populoso do Brasil, e isto afeta sua relação com todas as Unidades da Federação, e a possibilidade de existência da migração de retorno. E no caso da região Nordeste, principalmente a Bahia, as questões posicionais da microrregião, e sua relevante posição econômica naquela área seriam bons fatores de explicação da vinda de nordestinos, principalmente baianos da porção sul do estado.

A figura 13 apresenta o mesmo fenômeno para o ano 2000. De uma maneira geral a configuração dos pólos de atração de migrantes interestaduais se manteve muito semelhante ao ano de 1991, com algumas pequenas variações. As semelhanças dizem respeito à manutenção das microrregiões de Uberlândia e de Belo Horizonte como as principais fontes atrativas de migrantes de outros estados. Na microrregião de Uberlândia o número de migrantes aumentou de 32.786 em 1991 para 39.416 em 2000, sendo que a origem majoritária dos migrantes foram os estados de Goiás, com 13.698 migrantes, e São Paulo, com 9.918 migrantes, mantendo o mesmo padrão de 1991, porém aumentando o fluxo de migrantes interestaduais. (IBGE, 2000).

Já a microrregião de Belo Horizonte atraiu no ano 2000 um total de 75.609 migrantes de outros estados, isto é, 12.000 migrantes a mais que em 1991, sendo a maior parte destes migrantes de mesma origem do ano de 1991: São Paulo, com 20.679 (quase o mesmo número de 1991); Bahia, com 14.385 (aumento de 67% no número de migrantes de origem baiana) e Rio de Janeiro, mantendo quase o mesmo número de 1991, com 8.882 migrantes (pequena redução). (IBGE, 2000).

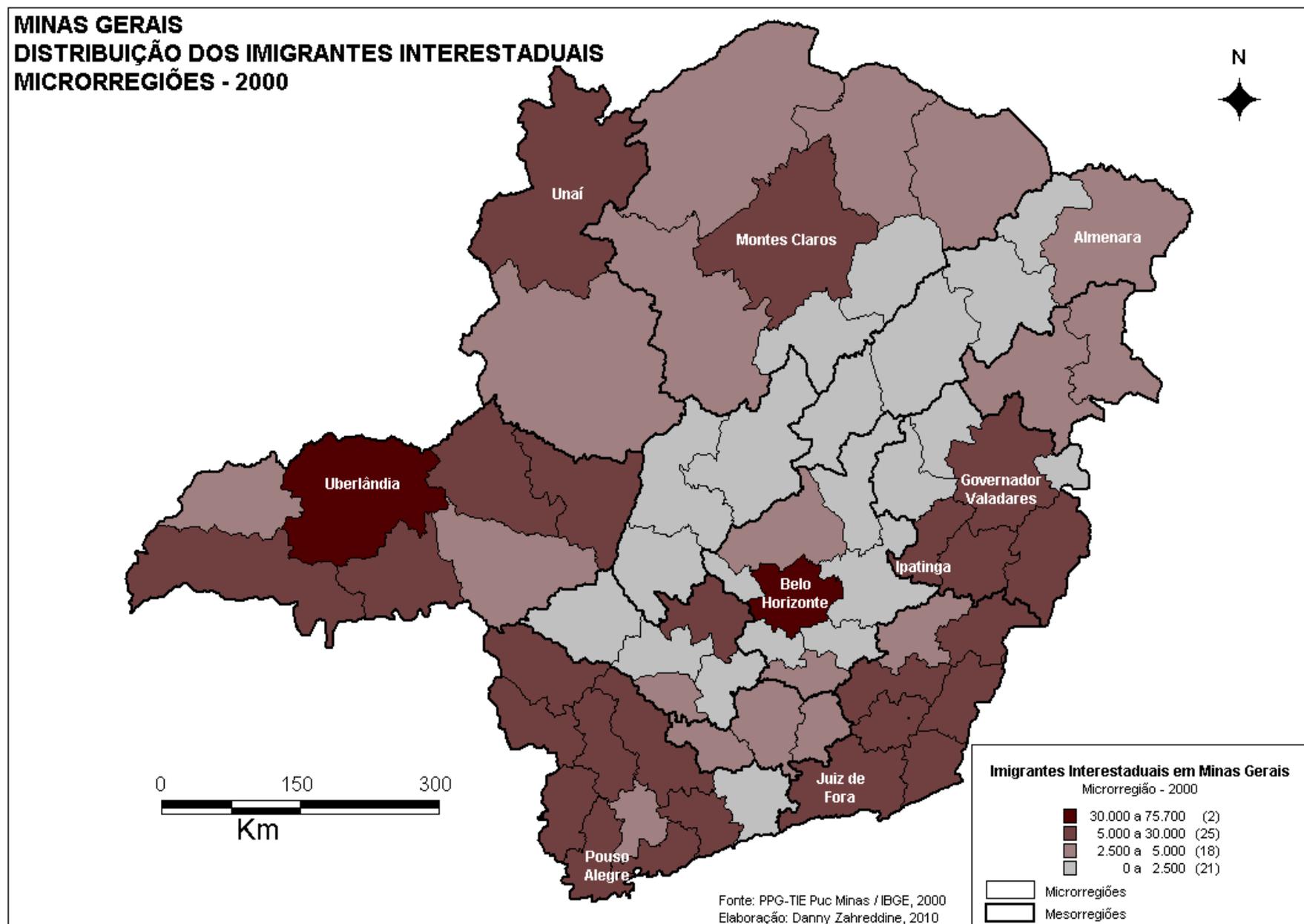


Figura 13: Minas Gerais – Distribuição dos Imigrantes Interestaduais - Microrregiões - 2000
Fonte: PPG-TIE PUC Minas / IBGE, 2000

As mesorregiões Noroeste, Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri mantiveram quase o mesmo padrão do ano de 1991, com pequenas melhoras em cada uma das regiões citadas. No caso do Noroeste de Minas, a microrregião de Unaí passou a atrair um número maior de migrantes interestaduais, talvez pela proximidade com o Estado de Goiás e o Distrito Federal. Além disto, a atividade agropecuária em crescimento nesta região pode ter favorecido este fenômeno. Já a região do Norte de Minas, verifica-se o mesmo padrão espacial, sendo a microrregião de Montes Claros a mais relevante dentre as demais. No Vale do Jequitinhonha a microrregião de Almenara passou a atrair mais migrantes interestaduais, talvez por fazer limite com a Bahia e com o conseqüente aumento da entrada de baianos em Minas Gerais em 2000, tenha influenciado este crescimento. O Vale do Mucuri manteve a mesma configuração espacial de 1991.

Já as mesorregiões Sul/Sudoeste de Minas mantiveram quase a mesma distribuição de 1991. Por outro lado, as mesorregiões da Zona da Mata e do Vale do Rio Doce aumentaram razoavelmente o número de migrantes interestaduais.

Analisando a figura 14, percebe-se de maneira mais evidente as transformações ocorridas no perfil da imigração interestadual em Minas entre 1991 e 2000. As zonas receptoras continuam as mesmas, e as zonas de menor atratividade também. As pequenas transformações são mais evidentes nas regiões da Zona da Mata e do Vale do Rio Doce. Das 07 microrregiões da Zona da Mata, quatro tiveram um aumento razoável na entrada de migrantes interestaduais, enquanto no Vale do Rio Doce, das 07 microrregiões que compõem esta mesorregião, 02 passaram do intervalo de 2.500 a 5.000 migrantes para o intervalo de 5.000 a 30.000 migrantes interestaduais (as microrregiões de Aimorés e Caratinga).

O que podemos observar na figura 14 é a manutenção da atração do Triângulo Mineiro/Vale do Paranaíba e da mesorregião Sul/Sudoeste de Minas, e uma melhora acentuada na porção sudeste e leste do Estado, além da manutenção de áreas depressivas no noroeste, norte e nordeste de Minas Gerais (mesmo com pequeno aumento de migrantes de outros estados nestas regiões).

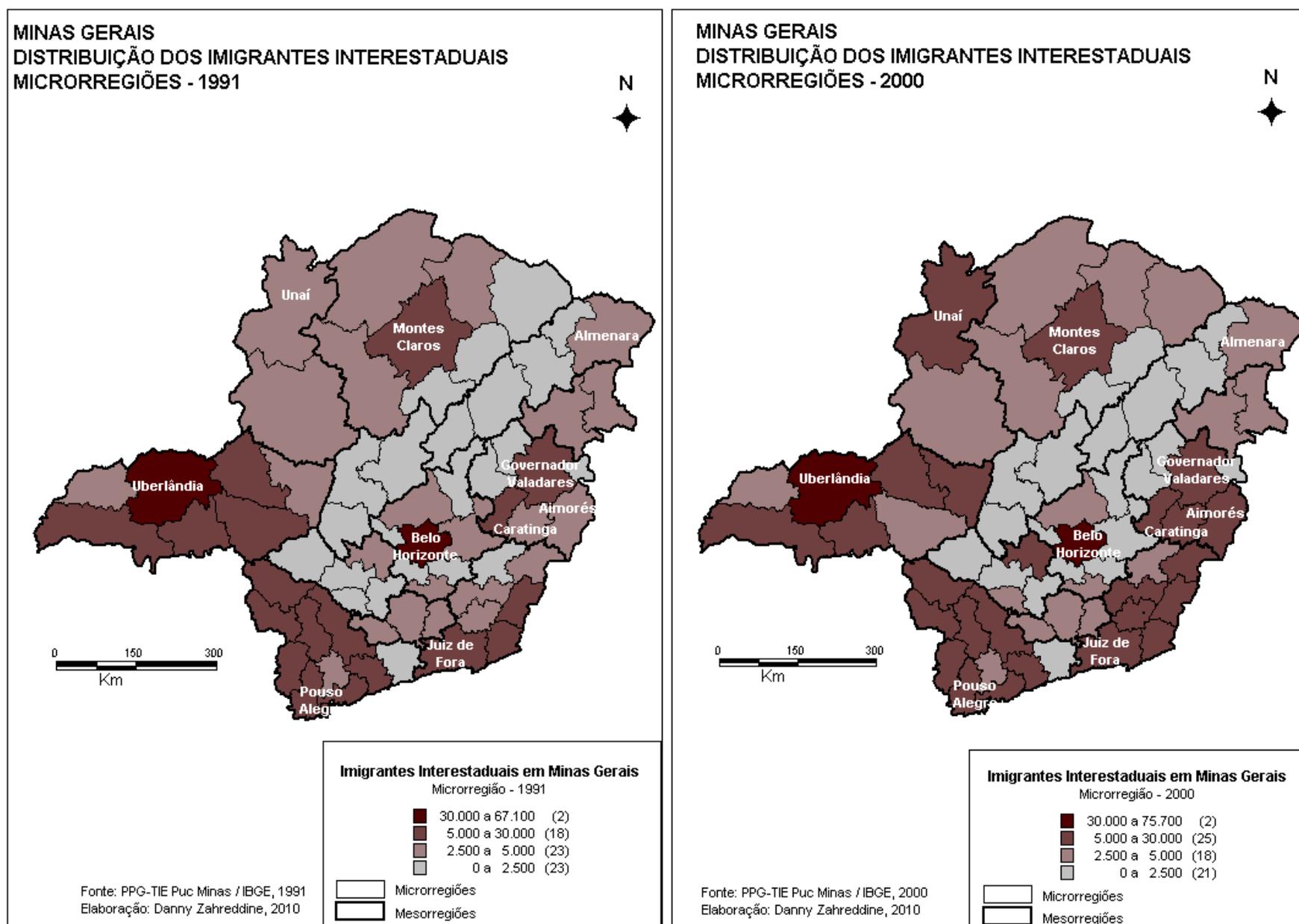


Figura 14: Minas Gerais – Distribuição dos Imigrantes Interestaduais - Microrregiões – 1991/2000
Fonte: PPG-TIE PUC Minas / IBGE, 1991 e 2000

3.2.3 As Migrações Intraestaduais em Minas Gerais

Outro aspecto das migrações deve ser observado, que são as migrações intraestaduais, isto é, a dinâmica migratória entre as microrregiões de Minas, que representa a maior parte dos migrantes do estado. Em 1991, 72,51% das imigrações para as microrregiões do estado de Minas Gerais advinham de movimentos de regiões dentro do próprio estado, isto é, migrações intraestaduais. Em 2000, este número oscilou muito pouco, diminuindo para 70,82% das imigrações em Minas Gerais. (IBGE, 1991 e 2000).

Estes números representam dois aspectos das imigrações em Minas Gerais, o primeiro é a importância dos deslocamentos entre regiões do próprio estado, fruto principalmente da diversidade da atividade econômica e da desigualdade social. O outro aspecto, mesmo que pequeno na Média do Estado representa um aumento do caráter atrativo de determinadas áreas de Minas.

Analisando a tabela 6 (anexo III, p. 141), percebe-se em sua última coluna, a variação percentual entre a imigração intraestadual em 1991 para 2000, sendo que a cor amarela representa um aumento da Imigração Intraestadual em 2000, comparado com 1991, e a cor laranja uma diminuição da imigração intraestadual em detrimento da imigração interestadual. Isto não significa que as microrregiões que sofreram diminuição ou aumento nesta variável tornaram-se efetivamente pólos de atração dentro ou fora do estado. Por exemplo, avaliando a microrregião de Uberlândia, percebe-se que a variação foi positiva em 0,30%, isto é, ela atraiu 0,30% a mais de migrantes provenientes de outras microrregiões de Minas do que em 1991, porém, esta mesma microrregião continua sendo majoritariamente atrativa de migrantes de outros estados da federação.

Outro aspecto interessante, que já foi discutido anteriormente, foi o aumento da entrada de migrantes interestaduais em algumas mesorregiões de Minas em 2000, como: Sul/Sudoeste de Minas, Vale do Rio Doce e Zona da Mata. As microrregiões de Pedra Azul (Jequitinhonha), Unaí (Noroeste de Minas), Januária (Norte de Minas), Pium-í (Oeste de Minas), Passos (Sul/Sudoestes de Minas), e São Sebastião do Paraíso (Sul/Sudoeste de Minas) apresentaram as maiores diminuições percentuais em sua migração intraestadual, sinalizando uma pequena mudança dos fluxos das migrações internas em Minas Gerais.

A figura 15 apresenta a distribuição percentual entre as populações de migrantes inter e intraestaduais nas microrregiões de Minas para os anos de 1991 e 2000, e suscita algumas avaliações. A coloração mais avermelhada do gráfico representa as migrações intraestaduais, enquanto a cor verde as migrações interestaduais. No ano de 1991 percebe-se a formação de um arco predominantemente verde que se estende do Triângulo Mineiro até o Sul de Minas, enquanto a porção mais interiorana do estado é intensamente vermelha, e as áreas mais ao norte majoritariamente vermelha. Isto significa que no início da década de 1990 as áreas de contato com parte de Goiás, Mato Grosso do Sul e São Paulo eram as áreas que mais atraíam migrantes de outros estados, enquanto o centro de Minas, notadamente a região metropolitana e adjacências polarizavam os fluxos de migrantes do próprio estado. Já as regiões leste, nordeste, norte e noroeste predominavam as migrações intraestaduais, mas de forma menos intensa do que a região central.

Já em 2000, observamos o fortalecimento deste arco de atração, mantendo-se no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, reforçando-se na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas, e se estendendo de maneira mais vigorosa em direção da Zona da Mata, Vale do Rio Doce e Vale do Mucuri, todas estas áreas são zonas de contato de Minas com Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia. As mesorregiões Noroeste, Norte, Vale do Jequitinhonha também apresentaram uma diminuição dos migrantes intraestaduais, e conseqüentemente o aumento de migrantes de outras unidades da federação. A porção central de Minas continuou sendo majoritariamente receptora de Migrantes do próprio estado.

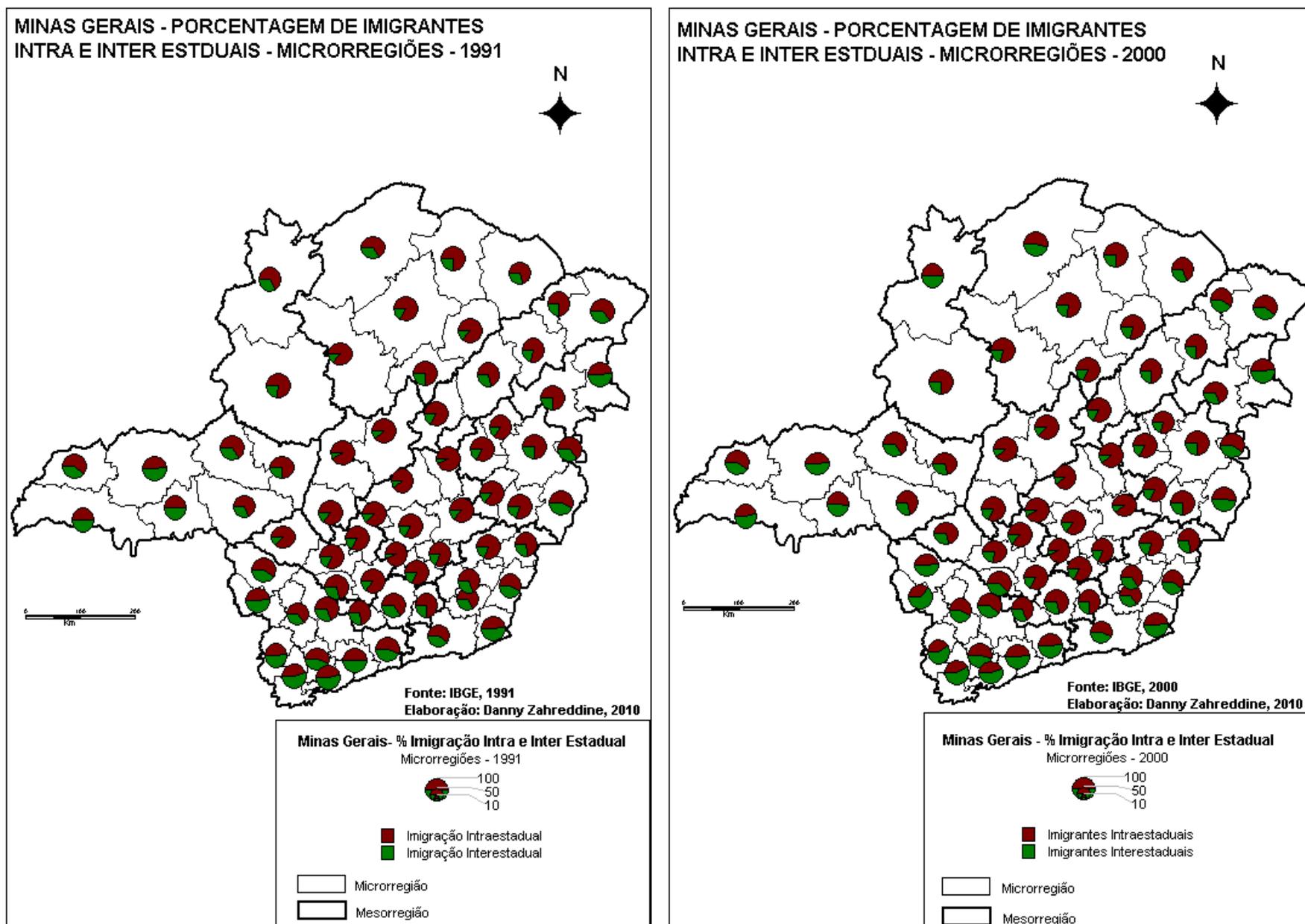


Figura 15: Minas Gerais – Imigrantes Intra e Interestaduais - Microrregiões – 1991/2000
Fonte: PPG-TIE PUC Minas / IBGE, 1991 e 2000

Estas transformações podem suscitar algumas reflexões acerca do papel de Minas Gerais no início do ano 2000, principalmente sobre seu papel de força atrativa de migrantes de outros estados. A figura 16 apresenta a porcentagem de migrantes intraestaduais em cada microrregião de Minas Gerais, para os anos de 1991 e 2000. Esta representação cartográfica permitirá um olhar um pouco distinto da anterior, pois evidencia um processo não capturado pela figura 15. Ao mesmo tempo se observa que 46 das 66 microrregiões do Estado de Minas Gerais apresentaram um aumento percentual no número de imigrantes interestaduais, ao mapearmos as transformações ocorridas de 1991 a 2000 sobre a origem dos migrantes de Minas, percebemos um fenômeno interessante.

Em 1991, existiam dois pólos evidentes de atração de imigrantes de outros estados, que eram o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Sul/Sudoeste de Minas. Ao mesmo tempo as mesorregiões Central Mineira e Metropolitana de Belo Horizonte se destacavam como zonas de atração de migrantes intraestaduais, e ao redor desta posição geográfica central, ocupada por estas duas mesorregiões, se estendia um grande colar de atração de Imigrantes intraestaduais (em uma intensidade mais amena).

Já em 2000, ocorre um fenômeno espacial interessante, que é a diminuição da força atrativa do Triângulo Mineiro/Alto do Paranaíba e da mesorregião Sul/Sudoeste, enquanto a Zona da Mata e o Vale do Mucuri surgem como regiões que atraem mais de 50% do total de migrantes advindos de outros Estados.

Outro aspecto que deve ser destacado é com relação à zona de atração de imigrantes mineiros, principalmente a Central Mineira e a Metropolitana de Belo Horizonte. Estas áreas continuaram atraindo muitos imigrantes intraestaduais, mas em uma intensidade menor, e ao mesmo tempo quase todas as mesorregiões de Minas Gerais aumentaram seus níveis de atração de Imigrantes intraestaduais.

Esta transformação do fluxo de migrantes pode ser consequência de dois fenômenos principais, o primeiro ligado ao fortalecimento de áreas adjacentes dos grandes centros, e o outro, o fortalecimento econômico de Minas Gerais como um todo, que inicia um processo de atração de migrantes de outros estados através de alguns limites estaduais menos explorados.

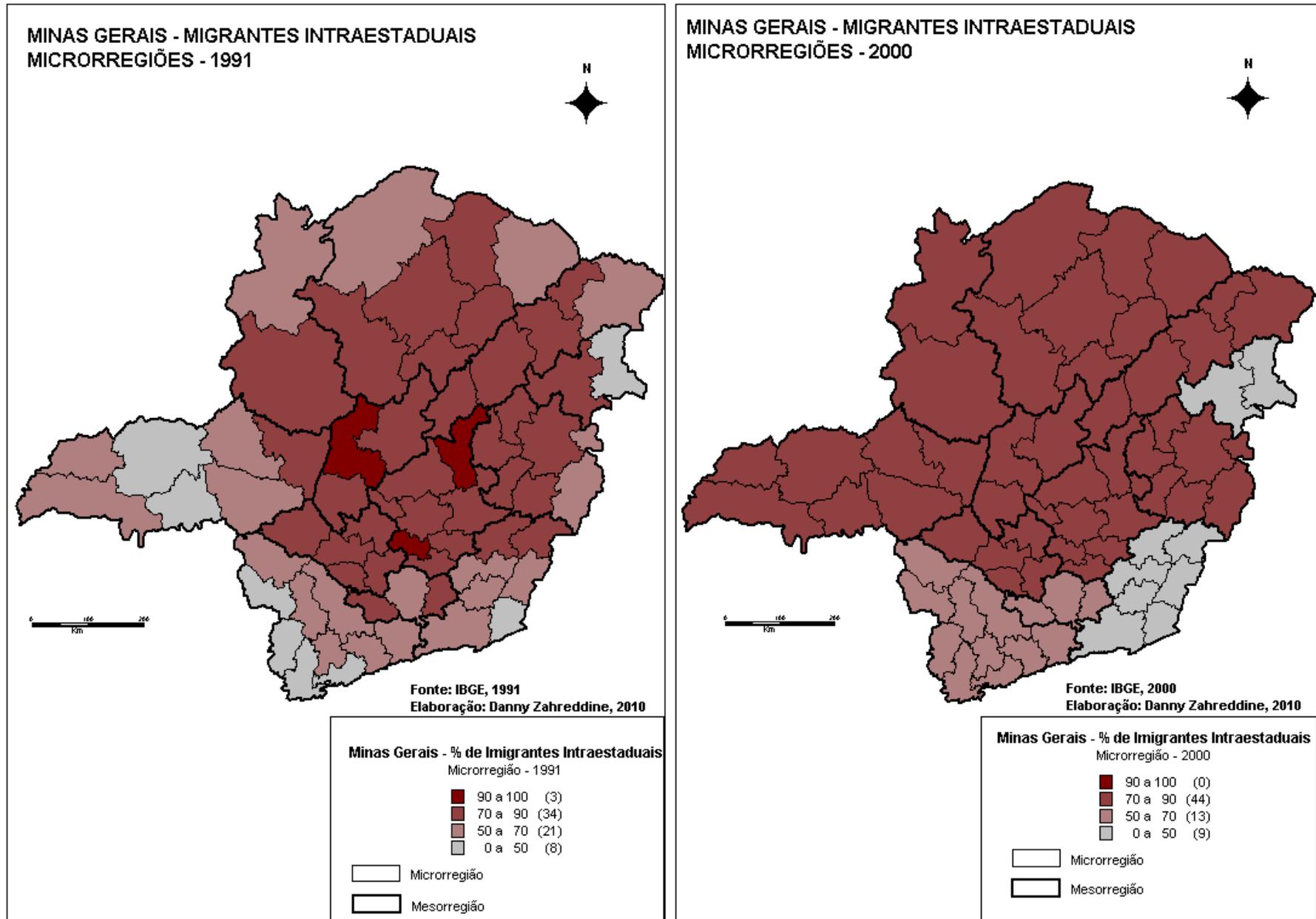


Figura 16: Minas Gerais – Migrantes Intraestaduais - Microrregiões – 1991/2000
Fonte: PPG-TIE PUC Minas / IBGE, 1991 e 2000

Richardson (1973) trabalha o conceito de polarização reversa, que seria basicamente o transbordamento da riqueza do centro para periferia, após um bom tempo da relação entre as regiões periféricas (rural), responsável por disponibilizar mão de obra para a região pólo (grandes centros urbanos industriais).

A polarização reversa acontece após o fortalecimento das conexões viárias, de comunicação, de educação e etc. entre a periferia e pólo, que aos poucos, transborda tecnologia, inovação e seus ganhos para as regiões adjacentes. O fortalecimento da microrregião de Uberlândia começou a atrair não somente a população residente nos estados próximos, como São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul, mas também, de maneira mais intensa, as populações que procuravam a capital mineira. Após algumas décadas de crescimento econômico o contágio com outras regiões próximas permitiu o desenvolvimento de infra-estrutura e de atividade econômica semelhante ao daquele desenvolvido pelo pólo regional. O mesmo serviria para a região central do estado, pois mesmo sendo indiscutível a força e proeminência da Microrregião de Belo Horizonte, outras áreas relevantes no entorno deste grande centro industrial também floresceram, seja pela atividade do aço, da cana de açúcar, do café ou do aumento do valor agregado adicionado a estes produtos, fruto do processo agroindustrial e siderúrgico.

CAPÍTULO IV

MIGRAÇÕES, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM MINAS GERAIS: REFLEXÕES ACERCA DOS IMPACTOS ESPACIAIS E EDUCACIONAIS DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS

4.1 Educação no Estado de Minas Gerais: Aspectos educacionais dos Não Migrantes e Migrantes

Após avaliar algumas características das migrações no estado de Minas Gerais, faz-se necessário iniciar análises acerca do objeto central desta tese, que é o papel da migração na educação, e como tais processos podem influenciar nas sociedades que recebem os migrantes. Abordando duas características mais amplas da educação, como a população sem instrução e anos de estudo, será possível traçar um primeiro perfil destes dois grupos populacionais analisados.

A figura 17 apresenta a proporção da população total, da população de não migrantes e de migrantes que não possuem instrução ou que possuem menos de 01 ano de estudo¹⁴. Esta primeira informação revela importantes pistas acerca do perfil dos não migrantes e dos migrantes em Minas Gerais.

Pode-se observar que cada mesorregião de Minas Gerais está marcada com um gráfico de barras, sendo que a variação das cores representam as proporções da população total não instruída, bem como das populações de não migrantes e de migrantes. A variação no tamanho das barras representa a maior ou menor proporção de população não instruída.

A primeira constatação que se pode fazer é com relação à maior proporção de população não instruída ou com menos de 01 ano de estudo nas mesorregiões do Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Norte de Minas e Noroeste de Minas. Em todas estas mesorregiões observa-se as maiores proporções do estado, seja na população total, na população de não migrantes e nos migrantes. O caso mais crônico é o Vale do Jequitinhonha que alcança 24,36% da população total sem instrução, sendo que se for analisado os não migrantes, este número alcança 29,8%, e de migrantes 18,36%. Isto significa que é justamente a porcentagem referente aos migrantes que atenua o valor total da variável população sem instrução.

¹⁴ A população selecionada para o tratamento estatístico foi de 15 anos ou mais.

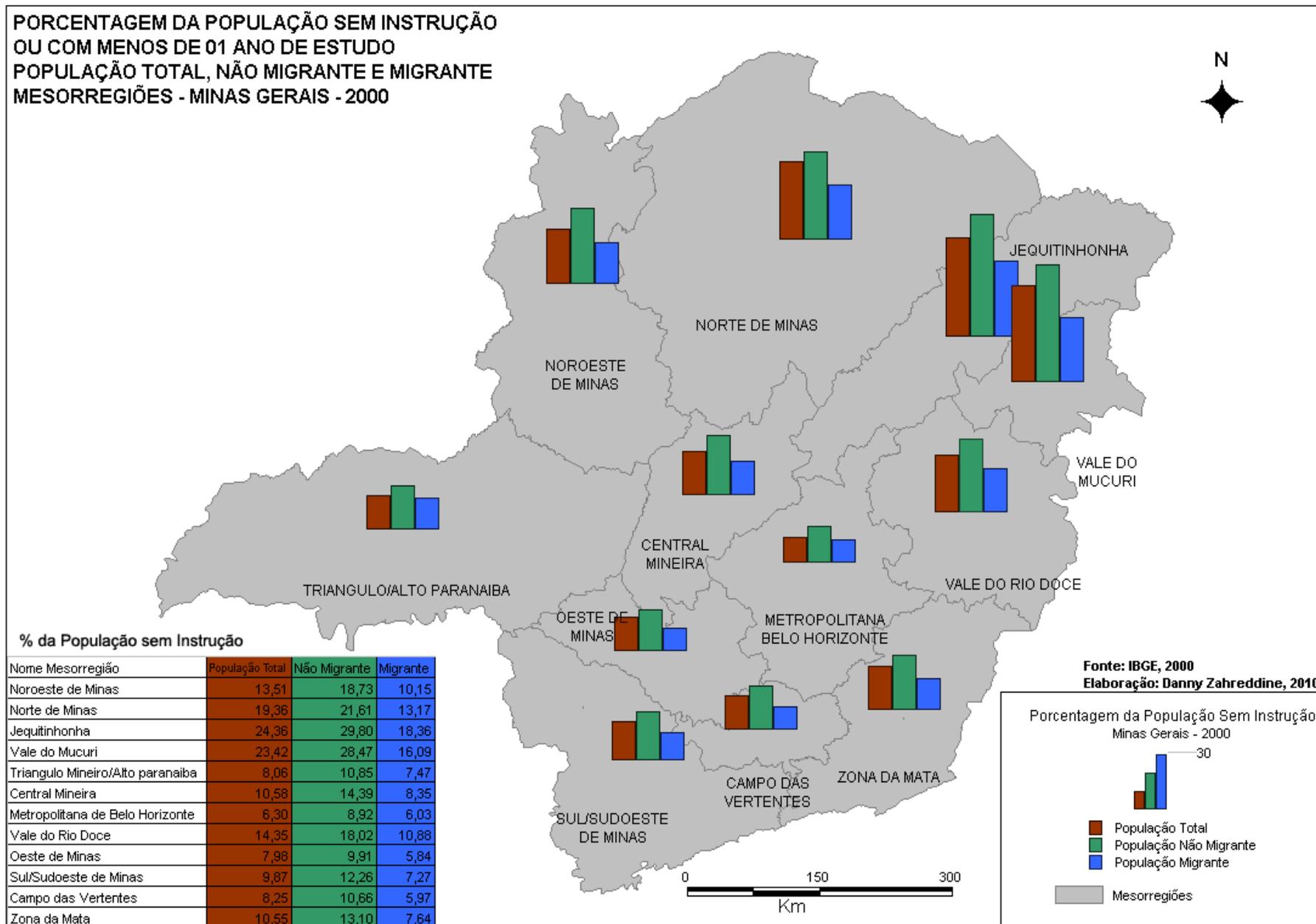


Figura 17: Minas Gerais - População sem instrução ou com menos de 01 ano de estudo - Mesorregiões - 2000
 Fonte: PPG-TIE PUC Minas / IBGE, 2000

Continuando em direção ao centro do estado melhoras nítidas são percebidas nas proporções, principalmente na Metropolitana de Belo Horizonte, que possui o menor valor nos três recortes populacionais utilizados, isto é: população total da mesorregião 6,3%; população não migrante 8,92% e população migrante com 6,03%. As mesorregiões Oeste de Minas, Campo das Vertentes, Sul/Sudoeste de Minas e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba apresentam bons indicadores se comparados com a média estadual.

Outro aspecto que deve ser destacado é justamente o perfil educacional dos migrantes neste quesito. Em todas as mesorregiões a porcentagem de migrantes que não possuem instrução é a menor se comparada com a população local ou com a população total da mesorregião. Esta informação reforça vários aspectos sobre o papel do migrante nas sociedades em que chegam, pois como indicado por Pastore (1979), sobre o relevante papel da população economicamente ativa e apta ao trabalho, tal grupo de pessoas foi fundamental para o crescimento dos grandes centros industriais do Brasil. Outro aspecto ressaltado por Martine (1980), diz respeito à fixação do migrante no destino, e talvez os resultados obtidos neste quesito, de uma população migrante mais instruída do que a população não migrante, seja resultado da “sobrevivência do mais forte”, isto é, somente os migrantes mais bem preparados resistiram e acabaram por constituir um grupo de indivíduos com características educacionais acima da média local, enquanto os demais migrantes retornaram para suas áreas de origem, ou para outras mesorregiões.

Porém, se por um lado as mesorregiões que recebem os migrantes com instrução melhoram sua média local, para as populações que emitem este migrante isto pode significar um aumento da população não instruída, configurando uma situação de manutenção da pobreza e da incapacidade de transformação da realidade local por meio da educação. É claro que neste nível não se pode inferir a ocorrência de *Brain Drain* ou *Brain Gain*, mas é a primeira forma de subtração de capital humano que poderia ser relevante para a transformação de suas sociedades de origem.

A figura 18 apresenta um dado que pode refinar um pouco mais a discussão sobre *Brain Drain* e *Brain Gain*, isto é, se de fato a transferência desta população pode representar uma provável fuga de cérebros que contribui para o

desenvolvimento dos pólos de atração e manteria as condições adversas nas regiões de origem.

A média dos anos de estudo, representado na figura 18 avança mais no sentido da provável qualificação do migrante, pois se pressupõe que quanto mais anos de estudo uma determinada população possui, mais preparada ela estará para desenvolver trabalhos com um grau de complexidade maior.

Os gráficos presentes na figura 18 representam a média de anos de estudos da população total de cada mesorregião, bem como das populações não migrantes e migrantes, para o ano 2000. Mais uma vez este quesito evidencia as melhores médias para as populações de migrantes. Em todas as mesorregiões de Minas Gerais as médias de anos de estudo das populações de migrantes são melhores do que as populações não migrantes.

Novamente, o padrão da desigualdade regional se evidencia, sendo que as mesorregiões Noroeste de Minas, Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri apresentam as médias de anos de estudos mais baixas do Estado. O Vale do Jequitinhonha é a mais baixa de Minas, com 4,04 anos de estudo em média na população total, em 2000, sendo que a população não migrante possui 3,81 anos e a migrante 4,88 anos. As mesorregiões com as melhores médias são a metropolitana de Belo Horizonte, Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba e Campo das Vertentes. Todas estas regiões possuíam uma média total de mais de 06 anos de estudo, sendo também nestas mesorregiões onde os migrantes possuíam as melhores médias.

Neste caso é mais fácil afirmar que um processo de “drenagem de cérebros” pode acontecer com as regiões emissoras, bem como que a chegada desta população mais instruída geraria um ganho real para as áreas que as recebem.

Porém, não é difícil de constatar que as médias de anos de estudo, mesmo para as melhores mesorregiões do estado ainda são baixas. Se avaliarmos a idade ideal para um indivíduo ingressar em uma determinada série, sendo aprovada na 1ª série aos 08 anos de idade, a média máxima obtida no estado de Minas Gerais foi de quase 07 anos de estudo na região metropolitana de Belo Horizonte. Isto significa que a melhor média encontrada equivale a menos do que o nível fundamental completo.

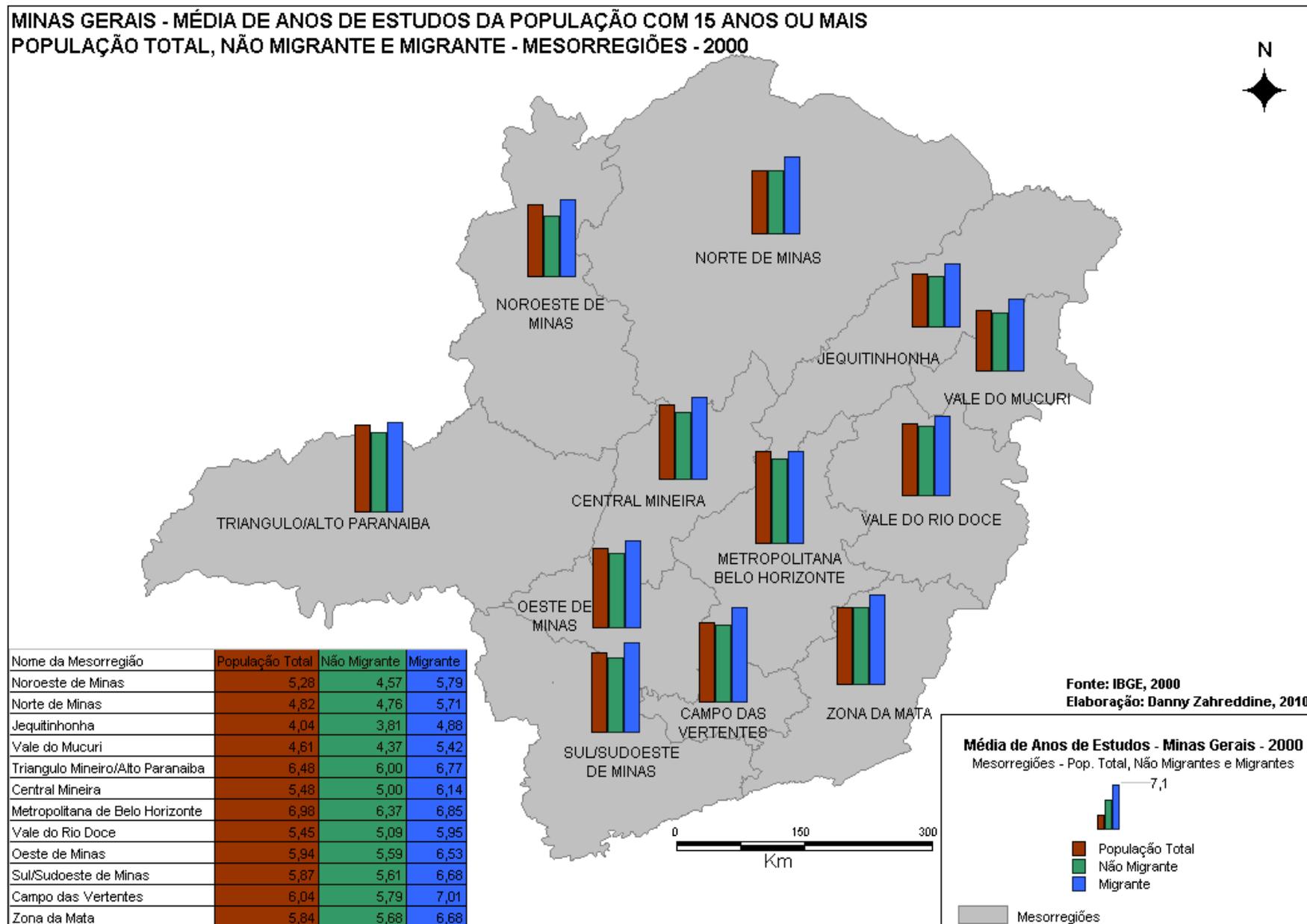


Figura 18: Minas Gerais - Média de Anos de Estudo da População total, Não-migrante e Migrante com 15 anos ou mais – Mesorregiões - 2000
Fonte: PPG-TIE PUC Minas / IBGE, 2000

Portanto, a média de anos de estudo da população mineira em geral é baixa, mas a média da população que migra ainda é superior se comparado com as populações não migrantes. Os desdobramentos destes fatos remetem à discussão da perspectiva dos recursos humanos e do capital humano, pois se observarmos os gráficos da figura 18, as maiores médias de anos de estudo, sejam elas da população total, não migrante ou migrante, se concentram nas regiões mais ricas do estado. Desta forma, pode-se inferir sobre a relevância das migrações no processo de desenvolvimento local, seja pelo capital humano acumulado pelos migrantes que chegam ao seu destino ou pelo círculo virtuoso gerado pela educação, que cria as condições para o avanço tecnológico e a formação cidadã.

Estas características mais amplas sobre o perfil da população não migrante e migrante apontam pistas sobre o papel das migrações para o desenvolvimento local. Porém, faz-se necessário uma análise mais densa de alguns indicadores educacionais gerados pelas Tábuas de Aprovação de Rigotti e Hadad (2009), o que permitirá um olhar do presente e para o futuro da educação mineira, tendo como foco a população não migrante e migrante das mesorregiões de Minas Gerais.

4.2 As Tábuas de Aprovação por séries: Aplicação dos indicadores escolhidos

As Tábuas de Aprovação por séries (Rigotti e Hadad, 2009) permitem a elaboração de 07 indicadores educacionais, dos quais serão utilizados três nesta tese, como explicado no capítulo II: proporção de aprovação, defasagem de anos de estudo por idade na quinta, oitava e décima primeira séries e razões de aprovação. A escolha destes três indicadores se justifica pelo objetivo do trabalho, que é demonstrar o papel das migrações, e do perfil educacional dos não migrantes e migrantes, para o desenvolvimento de Minas Gerais, além de analisar as probabilidades futuras da manutenção dos mesmos indicadores educacionais apontados pelo modelo.

4.2.1 Indicador I: Proporção de aprovação

Este indicador representa a proporção de uma coorte em determinada série demonstrando os impactos que a entrada tardia, a repetência e a saída precoce da escola geram na relação existente entre idade e série. Podem-se avaliar também as desigualdades regionais observando a proporção máxima de aprovação nas mesorregiões de Minas Gerais.

4.2.1.1 Aplicação do indicador para a população total do Estado de Minas Gerais em 2000 por mesorregiões

A Tabela 7 apresenta a proporção de aprovação máxima por idade e série para as mesorregiões de Minas Gerais no ano 2000. A primeira informação importante que pode ser observada na tabela diz respeito à universalização da aprovação na 1ª série. Em todas as mesorregiões do estado, as coortes de 12 anos alcançam de 98% a 99% de aprovação, o que indica a universalização do ensino na 1ª série. Em compensação, esta universalização só é atingida 4 anos após a idade recomendada.

Nome da Mesorregião	Idade 1ª série	Idade 5ª série	Idade 8ª série	Idade 11ª série				
Noroeste de Minas	12	99	16	89	18	66	19	38
Norte de Minas	12	98	15	83	18	55	20	31
Jequitinhonha	12	98	16	82	17	47	19	24
Vale do Mucuri	12	98	17	80	18	49	20	28
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	12	99	17	92	17	73	20	46
Central Mineira	12	99	15	89	17	66	19	35
Metropolitana de Belo Horizonte	12	99	16	93	18	74	20	47
Vale do Rio Doce	12	99	16	88	18	63	20	35
Oeste de Minas	12	99	16	93	16	70	19	41
Sul/Sudoeste de Minas	12	99	15	90	16	66	19	39
Campo das Vertentes	12	99	15	92	17	66	19	39
Zona da Mata	12	99	16	89	16	61	19	35

Tabela 7: Minas Gerais – Proporção de Aprovação Máxima na 1ª, 5ª, 8ª e 11ª série – Mesorregiões – 2000
Fonte: IBGE, 2000

Já na quinta série ocorre uma variação maior entre a idade e a aprovação máxima atingida nas coortes em cada mesorregião, sinalizando desigualdades regionais que não eram claramente notadas na 1ª série. Enquanto que na Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte o máximo de aprovação na 5ª série totalizava 93% da população com 16 anos (portanto, com quatro anos de defasagem), no Vale do Mucuri 80% dos indivíduos com 17 anos (ou cinco anos de defasagem) foram aprovados na mesma série.

Porém, na 8ª série a aprovação máxima é mais desigual do que na série analisada anteriormente. Isto se dá em função da repetência escolar e do abandono da escola, que ao passar do tempo gera uma defasagem de idade e série. A proporção de aprovação máxima do Vale do Mucuri na 8ª série foi de 49% na coorte de 18 anos (defasagem de três anos), enquanto no Oeste de Minas a aprovação máxima foi de 70% aos 16 anos (defasagem de um ano), o que mostra claramente a dimensão da desigualdade no estado.

Mas o quadro é mais instável na 11ª série, pois tanto a proporção de aprovação máxima em cada coorte se dá em uma baixa proporção, quanto a idade é avançada. Novamente, o Vale do Mucuri apresenta os piores indicadores. A proporção máxima atingida na 11ª série foi de 28% aos 20 anos de idade (dois anos de defasagem), enquanto a metropolitana de Belo Horizonte atingiu 47% aos 20 anos de idade.

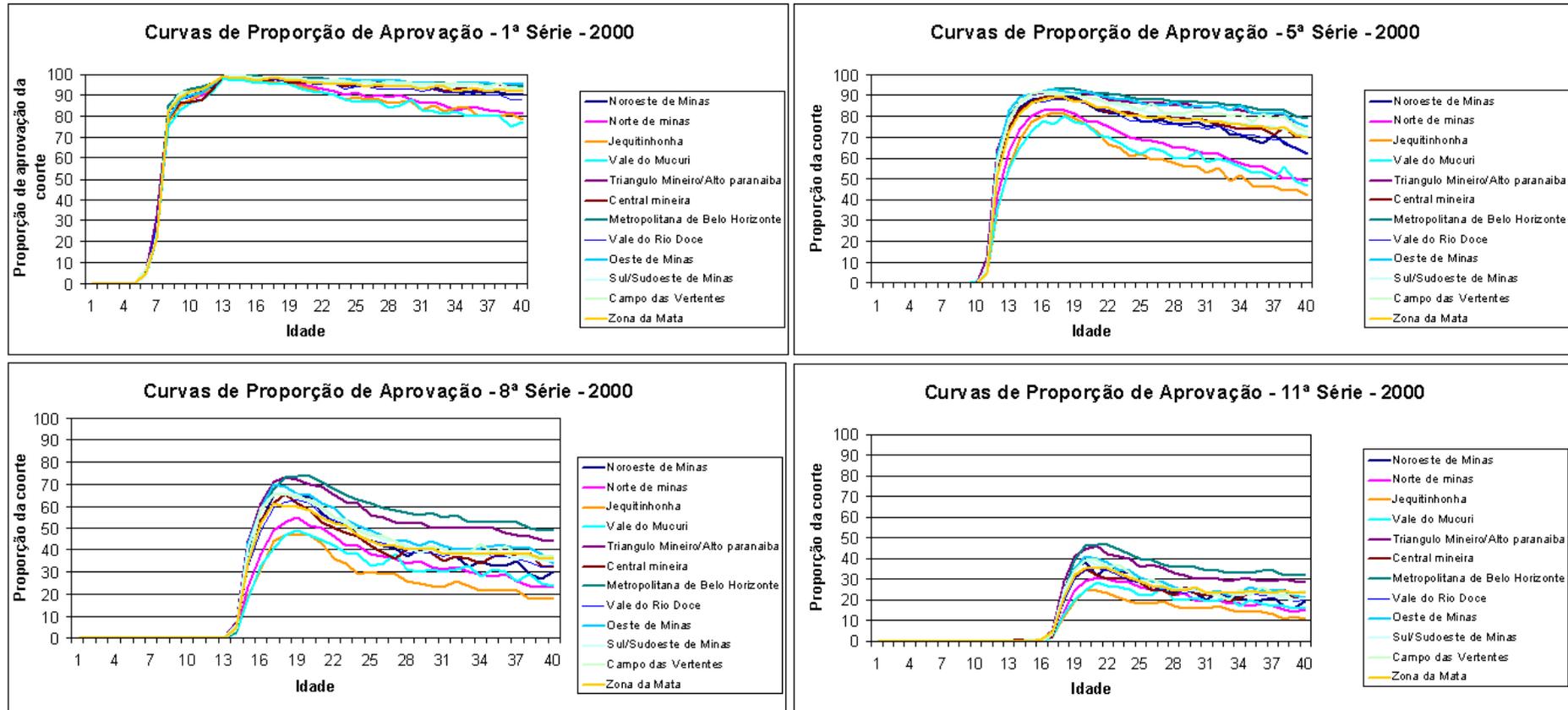


Figura 19: Minas Gerais - Curvas de Aprovação da 1ª, 5ª, 8ª e 11ª séries por mesorregiões - 2000

Fonte: IBGE, 2000

A figura 19 é a representação gráfica do indicador. Cada mesorregião é representada com linhas com cores distintas, e quanto menos inclinadas para direita as curvas estiverem, melhor será a relação entre idade e aprovação máxima na respectiva série.

Os quatro gráficos representados na figura 19 apresentam as aprovações máximas para a 1ª, 5ª, 8ª e 11ª série, por mesorregiões para o ano 2000. O primeiro gráfico, referente à 1ª série, apresenta um padrão interessante, pois todas as curvas que representam as mesorregiões formam quase que uma única linha até atingirem o ponto máximo referente ao eixo “y” (proporção de aprovação da coorte). Isto significa que em todas as mesorregiões a proporção de aprovação máxima é muito parecida, fruto da universalização da 1ª série e dos instrumentos que permitem as crianças completarem esta série com no máximo 12 anos de idade.

Porém, ao analisar o segundo gráfico, referente à 5ª série, este padrão começa a mudar. Verifica-se um distanciamento maior entre as curvas, significando que as mesorregiões começam a apresentar diferenças regionais importantes. Enquanto no topo do gráfico se destaca a mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, na parte inferior do mesmo gráfico surge a curva referente ao Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri.

Este padrão se aprofunda e se torna mais evidente na 8ª e 11ª série, distanciando ainda mais as regiões Noroeste, Norte, Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri das demais mesorregiões do Estado. Na próxima seção será verificado se existem diferenças entre os dados das populações de não migrantes e de migrantes sobre a proporção de aprovação máxima das coortes.

4.2.1.2 Aplicação do Indicador I para a população não-migrante e migrante do Estado de Minas Gerais em 2000 por mesorregiões

Será analisado nesta seção o caso da população não migrante e migrante com relação à proporção de aprovação máxima. Para tornar a análise mais rica, e permitir um olhar mais denso sobre o caso, dividiu-se a população migrante em três categorias: migrante com 0 a 4 anos de residência, migrante com 5 a 9 anos de residência e migrante com 10 anos ou mais de residência. Para facilitar a análise cada gráfico representa uma determinada mesorregião de Minas Gerais, e cada conjunto de curvas dizem respeito às curvas de aprovação da população total, não migrante, migrante de 0 a 4, migrante de 5 a 9 e migrante com 10 anos ou mais, com relação à 1ª, 5ª, 8ª e 11ª séries respectivamente.

As próximas três figuras (20, 21 e 22) representam três conjuntos com quatro mesorregiões cada uma, sendo que cada uma das figuras foram agrupadas por terem os melhores indicadores de aprovação máxima (figura 20), indicadores medianos (figura 21) e os piores indicadores (figura 22).

Um primeiro aspecto que deve ser destacado diz respeito à própria qualidade da amostra. Percebe-se que neste nível de análise (mesorregiões), já se torna mais difícil a obtenção de dados tão específicos dos migrantes, o que se manifesta mais claramente nas mesorregiões com indicadores medianos e ruins. Isto pode ser decorrente principalmente do tamanho da amostra e de erros da mesma, pois as informações sobre as mesorregiões metropolitana de Belo Horizonte, Triângulo Mineiro/Alto do Paranaíba, Sul/Sudoeste de Minas e Zona da Mata (mesorregiões bem populosas) são as que apresentam as curvas mais estáveis, tanto com relação à aprovação máxima quanto o restante da curva, o que permitiria uma análise longitudinal mais adequada.

Já as mesorregiões com resultados medianos, que são nas mesorregiões representadas pela figura 21: Central Mineira, Oeste de Minas, Campo das Vertentes e Vale do Rio Doce, é possível observar uma piora na estabilidade das curvas, tanto na aprovação máxima quanto no restante da mesma.

O caso das mesorregiões representadas pela figura 22 é mais crítica ainda, pois as oscilações observadas principalmente após a aprovação máxima em cada série é bastante forte, mais evidente nas populações migrantes, o que pode reforçar os problemas ligados ao tamanho da amostra destas áreas e os erros de coleta.

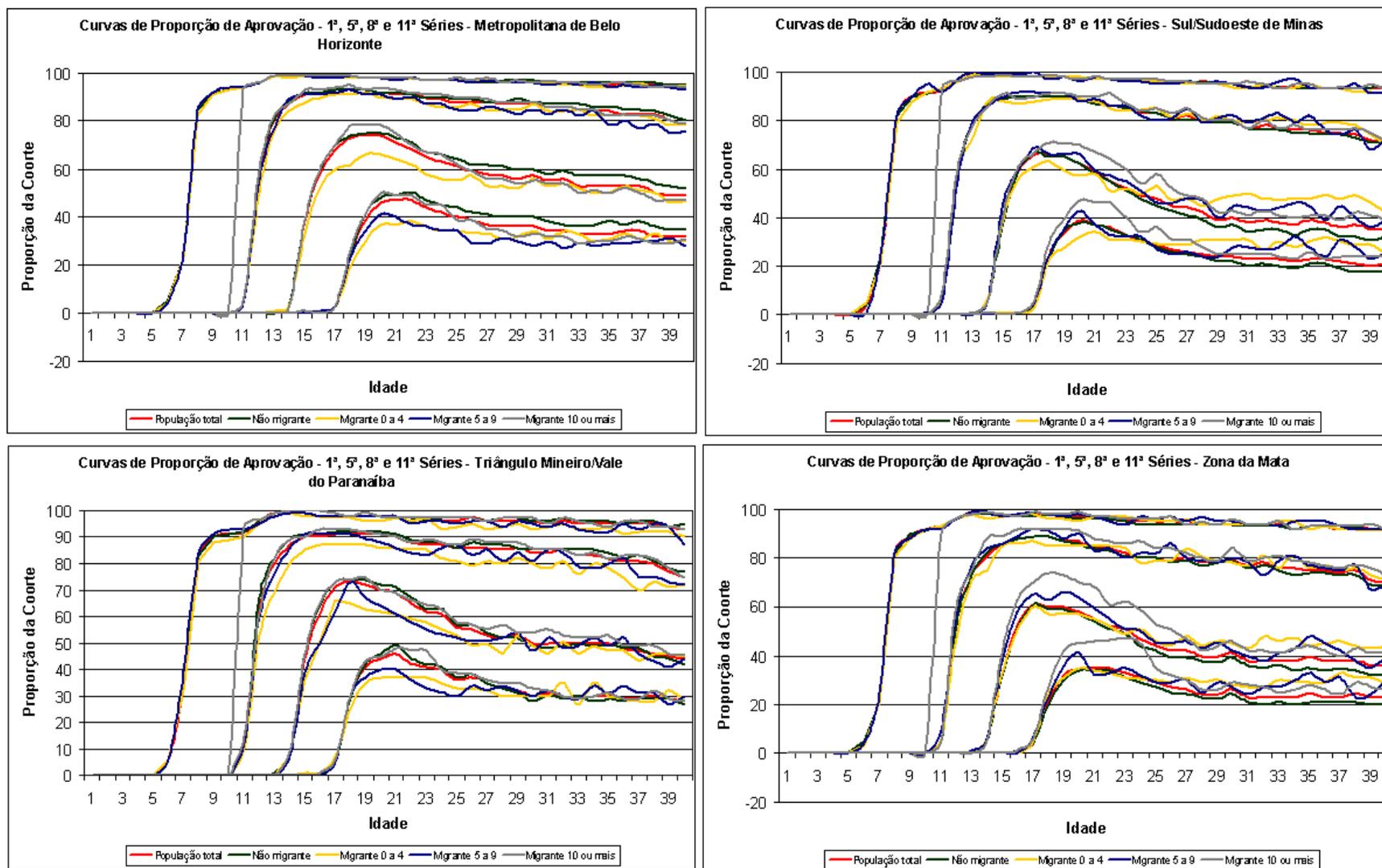


Figura 20: Minas Gerais - Curvas de Aprovação da 1ª, 5ª, 8ª e 11ª séries para a população não migrante e migrante – Mesorregiões: Metropolitana de Belo Horizonte, Sul/Sudoeste de Minas, Triângulo Mineiro/Alto do Paranaíba e Zona da Mata - 2000
 Fonte: IBGE, 2000

A figura 20 evidencia um padrão interessante entre as mesorregiões com melhores indicadores. O primeiro deles é que em todas elas a 1ª série, a exemplo da figura 19, conseguiram a universalização, mesmo com a defasagem de três anos, sendo que a aprovação máxima ocorre basicamente na mesma idade em todas elas (12 anos), com uma variação de 98%, 99% e 100% de aprovação em cada coorte. As populações de não migrantes e migrantes possuem praticamente os mesmos indicadores. Isto significa que não há diferença na aprovação máxima de idade por série entre não migrantes e migrantes nas mesorregiões com os melhores indicadores educacionais.

Porém, após a 1ª série, as diferenças entre as populações não migrantes e migrantes começam a se tornar mais claras, sendo que desde a 5ª série, até a 11ª série, a população migrante de 0 a 4 anos de residência aparece com os piores valores de aprovação máxima, e a população migrante com 10 anos ou mais de residência com os melhores indicadores. Isto é menos evidente nestas mesorregiões mais ricas, onde a diferença entre eles no aspecto educacional é menor. As discrepâncias são menores nas mesorregiões Metropolitana de Belo Horizonte (principalmente na 1ª e 5ª séries), e um pouco mais acentuada no Triângulo e na Zona da Mata.

Isto pode ser explicado em certa medida por duas razões principais. A primeira delas diz respeito às condições socioeconômicas das mesorregiões mais ricas, o que gerou uma população de não migrantes (naturais da mesorregião) que tiveram um acesso mais adequado ao sistema de ensino, a bens e serviços que favoreceu a manutenção dos indivíduos na escola. A outra razão é que estas regiões mais ricas são pólos de atração de populações pobres de todo o estado. Esta população migrante que chega a estes grandes centros encontra nos primeiros anos grandes dificuldades para se manter no destino, e devido a isto, a aprovação máxima da migração mais recente é pior do que a população não migrante e dos migrantes de médio e longo prazo.

É importante enfatizar que os migrantes com 10 ou mais anos de residência no destino um dia também foram a população migrante de 0 a 4 anos, porém com uma diferença, estes migrantes são aqueles que sobreviveram e não retornaram às suas mesorregiões de origem, reforçando a discussão feita por Martine (1980) da “Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes? (1980). O autor credita certa importância à capacidade de adaptação do migrante, como forma de melhoria

de seu status econômico e educacional, mas aponta como principal fator da existência desta população mais educada o processo de seleção dos migrantes com melhores habilidades e capacidades.

Isto significa que a prevalência do grupo “migrantes com 10 anos ou mais” sobre os demais é fruto de um processo de seleção que culminou ao final de 10 anos em um grupo de pessoas com formação educacional acima da média estadual e local. Em metade dos casos observados na figura 20 também é possível perceber a relevante presença da população migrante com 5 a 9 anos de residência.

A figura 21 apresenta as curvas de proporção de aprovação para as mesorregiões da Central Mineira, Oeste de Minas, Vale do Rio doce e Campo das Vertentes. Observa-se uma maior irregularidade das curvas, mas o padrão no geral é semelhante ao do primeiro grupo analisado. As populações de não migrantes e migrantes possuem aprovação máxima semelhante na 1ª série entre as mesorregiões, e na 5ª, 8ª e 11ª os valores das populações migrantes são melhores do que a dos não migrantes.

Atentando para um olhar longitudinal das informações existentes na figura 21, e deixando claro que o interesse é a proporção máxima de aprovação, pode-se perceber outro fenômeno interessante que ocorre neste grupo de mesorregiões e que se tornará mais evidente no caso da migração de 0 a 4 anos de residência, que é o papel da migração recente em coortes passadas.

Observando a curva de cor amarela (migrante de 0 a 4 anos de residência), percebe-se que em quase todos os casos este grupo de pessoas aparece com a menor proporção de aprovação máxima em todas as séries. Porém, se for observado a continuidade dessa curva, é possível inferir que em coortes a partir dos 25 anos, esta mesma população apresentava em geral os melhores indicadores, em detrimento das migrações mais antigas e das populações de não migrantes.

Isto pode ser entendido como um processo migratório que ocorreu no passado, em que nas regiões mais pobres, os migrantes recentes que chegavam possuíam um perfil educacional melhor, eram profissionais com mais experiência e, portanto, mais demandados do que a população local. Porém, o papel que esta mesma população representou para estas regiões no passado, não pode ser claramente determinado neste trabalho, sendo este um tema importante que poderá ser tratado em projetos futuros.

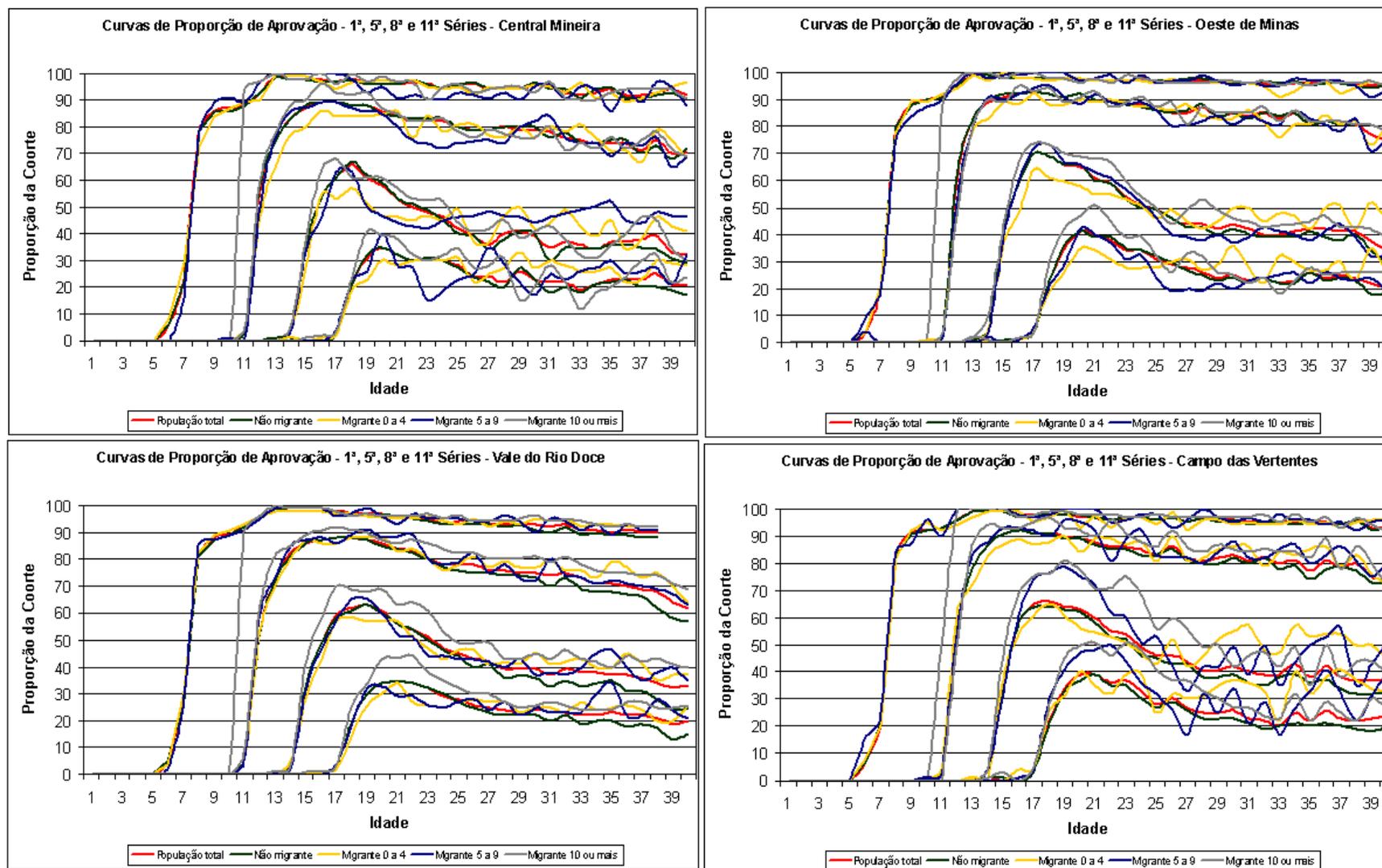


Figura 21: Minas Gerais - Curvas de Aprovação da 1ª, 5ª, 8ª e 11ª séries para a população não migrante e migrante – Mesorregiões: Central Mineira, Oeste de Minas, Vale do Rio Doce e Campo das Vertentes - 2000
 Fonte: IBGE, 2000

No caso das mesorregiões mais ricas, como Belo Horizonte, não se observa este mesmo fenômeno, ao contrário, em todas as séries, as coortes com idade mais avançada, a população não migrante possui uma taxa de aprovação mais elevada do que a migração recente (de 0 a 4 anos). Uma hipótese que pode explicar este fenômeno é a remigração e o grau de retenção do migrante recente no destino. Martine (1980) destaca que os graus de evasão dos migrantes recentes, inclusive nas regiões metropolitanas são altas, o que gera um grau menor de retenção do migrante na localidade, seja pela dificuldade de se adaptar, ou pela sua inadequação para o mercado de trabalho, forçando-o a efetuar migrações múltiplas para outras localidades, ou retornar para sua região de origem.

Com o passar do tempo, e com a melhoria do perfil educacional da população não migrante, e a seleção ocorrida entre os migrantes mais antigos, as levas de migrantes recentes configuraram como a de pior perfil educacional dentre as demais populações analisadas.

O caso da figura 22 representa uma intensificação dos fenômenos observados na figura 21. As mesorregiões da porção norte do Estado de Minas Gerais, que são: Noroeste de Minas, Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri apresentam, as piores proporções de aprovação máxima do Estado, e a precariedade do ensino nestas mesorregiões se torna evidente ao se observar que até mesmo as migrações mais recentes (de 0 a 4 anos de residência) possuem indicadores melhores do que os não migrantes em quase todas as séries.

Desde as primeiras séries, as proporções de aprovação máxima da população de migrantes mais antigos é mais elevada do que a população não migrante. Na 5ª, 8ª e 11ª séries, a proporção máxima dos migrantes, inclusive dos mais recentes é mais elevada do que da população não migrante.

Estes gráficos (figura 22) são praticamente a inversão dos gráficos representados pela mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, Sul/Sudoeste de Minas e Triângulo Mineiro/Alto do Paranaíba. O caso da Mesorregião Norte de Minas é a mais significativa deste fenômeno. A proporção de Aprovação dos migrantes é mais elevada em todas as séries.

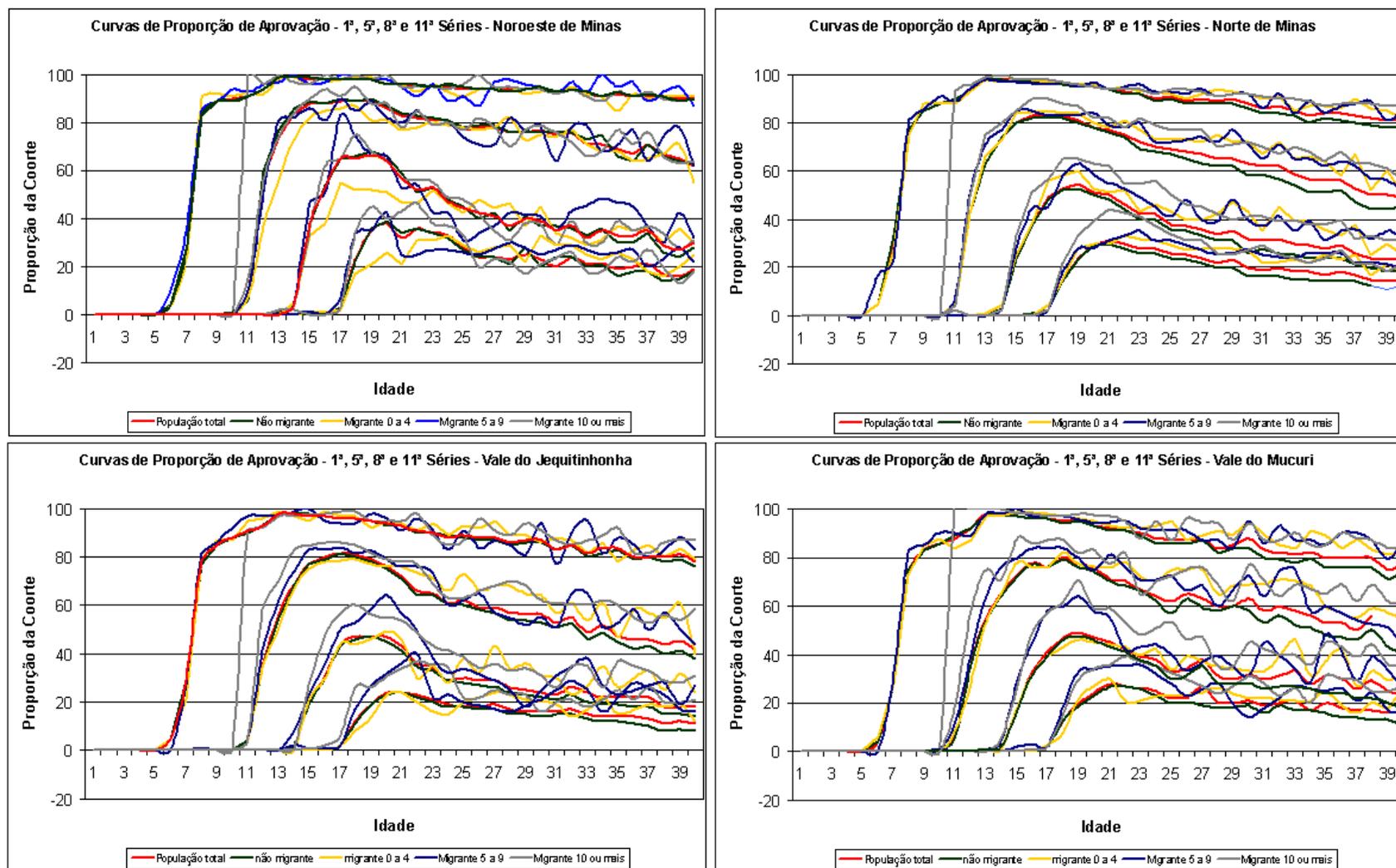


Figura 22: Minas Gerais - Curvas de Aprovação da 1ª, 5ª, 8ª e 11ª séries para população não migrante e migrante - Mesorregiões: Noroeste de Minas, Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri – 2000

Fonte: IBGE, 2000

De maneira geral, as proporções de aprovação máxima representam a adequação entre idade e série de aprovação, o que remete a discussão sobre a defasagem no sistema educacional. Os impactos deste fenômeno podem ser percebidos regionalmente em Minas Gerais, o que revela a desigualdade e carência de determinadas regiões do Estado. Observou-se também que em quase todas as mesorregiões as populações de migrantes possuem aprovações máximas maiores, excetuando os principais pólos regionais do Estado, o que indica a continuidade do processo de transformação das sociedades mais pobres, que ainda necessitam da presença da população migrante para o processo de transformação regional.

4.2.2 Indicador II: “Defasagem de anos de estudo por idade” na primeira, quinta, oitava e décima primeira série

O indicador II, defasagem de anos de estudo por idade na primeira, quinta, oitava e décima primeira série tem por intuito evidenciar o grau de atraso existente entre a idade esperada de aprovação das séries acima descritas com a proporção máxima de aprovação alcançada pelos indivíduos nas mesorregiões de Minas Gerais.

Desta forma, se uma determinada mesorregião apresentar uma defasagem de 0 anos na 1ª série, isto significa que a aprovação máxima de uma determinada coorte na primeira série ocorreu até aos 9 anos de idade, este raciocínio serve para as demais séries subseqüentes.

4.2.2.1 Aplicação do Indicador II para a população total do Estado de Minas Gerais em 2000

Os resultados obtidos para Minas Gerais com relação às proporções de aprovação máxima e defasagem geram análises distintas, mesmo sendo dois indicadores muito relacionados. Enquanto as proporções de aprovação máxima diminuem com o avançar das séries (que sinaliza um número cada vez menor de

peças nas séries mais avançadas), a defasagem diminuiu. Isto demonstra comportamentos distintos, um negativo para a educação do estado (evasão), e outra supostamente positiva (diminuição da defasagem).

A figura 23 apresenta a defasagem existente entre a idade esperada e a idade real com relação à série. Como já foi observado anteriormente, nas proporções de aprovação máxima, existe uma defasagem de 3 anos na 1ª série para quase todas as mesorregiões do estado, indicando um nivelamento entre todas elas com relação a esta série.

Já na 5ª série, seis das doze mesorregiões mantiveram a defasagem de 3 anos (Noroeste de Minas, Vale do Jequitinhonha, Vale do Rio Doce, Metropolitana de Belo Horizonte, Oeste de Minas e Zona da Mata), quatro mesorregiões apresentaram uma defasagem de 02 anos para esta série (Sul/Sudoeste de Minas, Campo das Vertentes, Central Mineira e Norte de Minas) e duas apresentaram aumento da defasagem, passando para 04 anos (Triângulo Mineiro/Alto do Paranaíba e Vale do Mucuri).

Na 8ª série a defasagem cai razoavelmente, tendo um máximo de 02 anos e um mínimo de 0 anos de defasagem. Neste caso, quase todas as mesorregiões observaram redução neste indicador, excetuando o Norte de Minas, que manteve os mesmos 02 anos observados na 5ª série. As mesorregiões Sul/Sudoeste de Minas, Oeste de Minas e Zona da Mata não apresentaram defasagem na 8ª série.

A 11ª série foi a que apresentou o maior número de mesorregiões sem defasagem nas cortes de aprovação máxima, totalizando sete mesorregiões (Noroeste de Minas, Vale do Jequitinhonha, Central Mineira, Oeste de Minas, Zona da Mata, Campo das Vertentes e Sul/Sudoeste de Minas). As demais 5 mesorregiões apresentaram uma defasagem de 1 ano.

A idéia de que a diminuição da defasagem é um resultado positivo para a educação no estado parece ser falsa, pois se esperava que a defasagem fosse acumulando ao passar das séries, isto é, se uma determinada corte apresentou uma defasagem de 03 anos na 1ª série, na 5ª série ela seria de no mínimo 3 anos, e o que se observa é, em grande parte dos casos, uma diminuição deste número, chegando a 0 na maior parte das mesorregiões na 11ª série. A explicação para isto pode ser a desistência dos alunos repetentes e a evasão, restando apenas os melhores alunos, que a rigor, teriam uma relação mais adequada de idade e série aprovada.

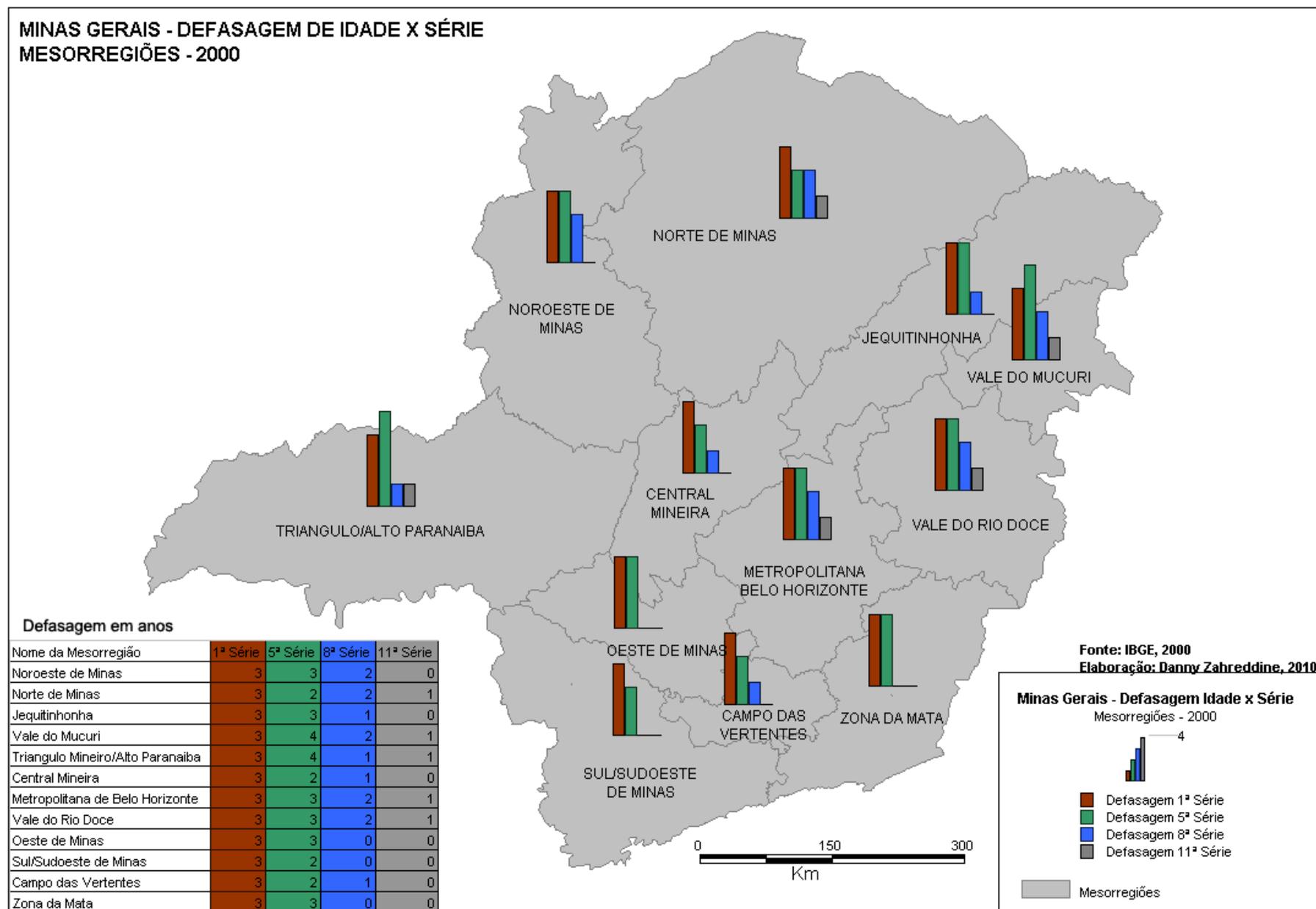


Figura 23: Minas Gerais - Defasagem de Idade x Série em anos na 1ª, 5ª, 8ª e 11ª séries - População Total - Mesorregiões - 2000
Fonte: PPG-TIE PUC Minas / IBGE, 2000

4.2.2.2 Aplicação do Indicador II para a população não migrante e migrante do Estado de Minas Gerais em 2000 por mesorregiões.

Analisando a defasagem nos casos das populações não migrantes e migrantes, pode-se concluir que o padrão espacial é semelhante ao padrão anteriormente visto (da perspectiva da desigualdade regional), porém, os impactos da defasagem para os grupos de não migrantes e migrantes são distintos.

A figura 24 apresenta a defasagem da idade na 1^a, 5^a, 8^a e 11^a série, para o ano 2000, nas populações não migrante, migrante com 0 a 4 anos de residência, migrante com 5 a 9 anos de residência e migrantes com 10 anos ou mais de residência no destino.

De maneira geral, em todas as séries, observa-se que o grupo populacional que mais apresentou defasagem é o grupo migrante. Na primeira série, percebe-se uma diferença menor com relação à defasagem entre migrantes e não migrantes. De um total de doze mesorregiões, quatro não apresentaram diferenças entre os grupos populacionais aqui analisados (Central Mineira, Metropolitana de Belo Horizonte, Vale do Rio Doce e Oeste de Minas).

A maior parte destas mesorregiões localiza-se no interior do estado (exceto o Vale do Rio Doce, que se situa na porção leste, limite com Espírito Santo). Por outro lado, em cinco mesorregiões a defasagem em anos dos migrantes é maior ou igual à da população não migrante (Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha, Triângulo Mineiro/Vale do Paranaíba, Sul/Sudoeste de Minas e Zona da Mata). Nos casos do Noroeste de Minas, Vale do Mucuri e Campo das Vertentes verifica-se uma defasagem maior das populações migrantes mais recentes, quando comparada com a população não migrante, mas menor se comparado com a migração mais antiga (10 anos ou mais de residência).

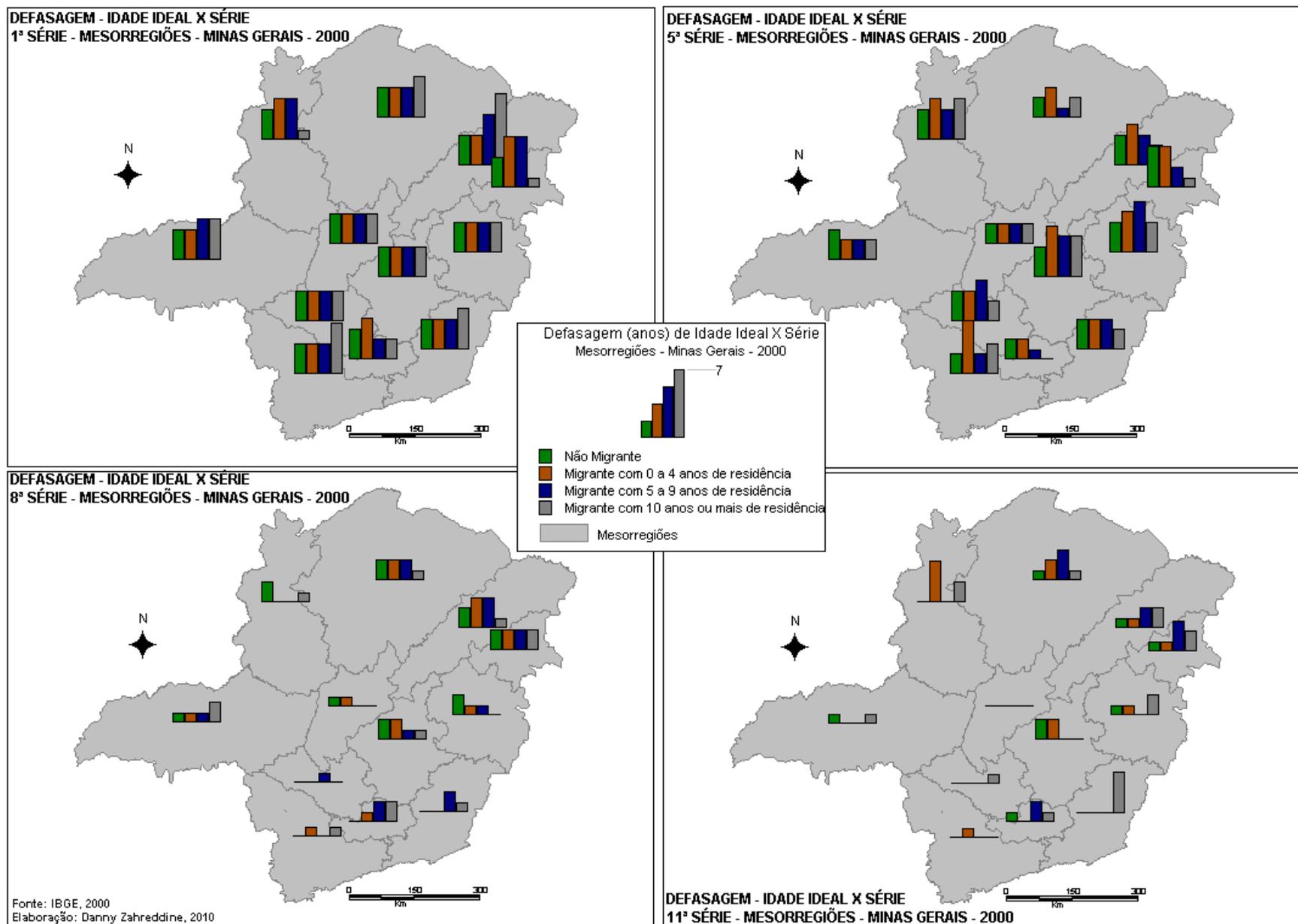


Figura 24: Minas Gerais - Defasagem de Idade x Série em anos para a 1ª, 5ª, 8ª e 11ª séries - População Não Migrante e Migrante – Mesorregiões -2000
Fonte: PPG-TIE PUC Minas / IBGE, 2000

Já na 5ª série, somente uma mesorregião manteve a mesma defasagem entre migrantes e não migrantes, que é a Central Mineira (dois anos de defasagem). Em quatro mesorregiões os migrantes possuem uma defasagem igual ou menor se comparada com a população não migrante (Vale do Mucuri, Zona da Mata, Campo das Vertentes e Triângulo Mineiro/Vale do Paranaíba).

Este é um caso interessante, pois se esperava que a população não migrante da Zona da Mata e do Triângulo Mineiro/Vale do Paranaíba tivessem uma defasagem menor quando comparada com a população migrante, por serem zonas de crescimento econômico e que atraem população (como Belo Horizonte). No caso da zona da Zona da Mata somente o grupo de migrantes mais antigos (10 anos ou mais de residência) possuem uma defasagem menor. Talvez pela proximidade com o Rio de Janeiro, e a relevância da migração vinda deste estado, o perfil educacional dos migrantes interestaduais com 10 anos ou mais de residência fosse mais adequado se comparado com os não migrantes. Um pequeno exemplo disto é a população de imigrantes da microrregião de Juiz de Fora, uma das áreas que mais atraem migrantes na Zona da Mata. Dos mais de 22.000 migrantes interestaduais desta microrregião, mais de 13.000 são originários do Estado do Rio de Janeiro, sendo a cidade do Rio de Janeiro responsável por quase metade de todos os migrantes do estado. (IBGE, 2000).

Porém, o caso do Triângulo Mineiro é mais complexo, pois a defasagem da população não migrante é maior do que todas as populações migrantes, inclusive se comparada com a migração recente. É difícil inferir acerca das razões deste dado, uma hipótese seria a presença de população do interior de São Paulo gerando uma população migrante mais educada, haja vista que mais de um quarto dos migrantes interestaduais que migram para a microrregião de Uberlândia são do Estado de São Paulo.

Em três mesorregiões a população não migrante possui uma defasagem igual ou menor ao comparada com a população migrante (Noroeste de Minas, Sul/Sudoeste de Minas e Vale do Rio Doce). No Oeste de Minas a defasagem da migração recente é igual ao dos não migrantes, enquanto a migração mais antiga (10 anos ou mais) possui defasagem menor do que os naturais, e a migração de 5 a 9 anos possui uma defasagem maior quando comparado com os não migrantes. No Norte de Minas observa-se também uma mistura entre uma defasagem menor para determinados grupos de migrantes, e maior para outros. A única mesorregião que

possui uma defasagem menor dos não migrantes, quando comparado com todos os grupos de migrantes é a Metropolitana de Belo Horizonte.

O maior equilíbrio entre a defasagem dos grupos de migrantes e não migrantes na 5ª série, em níveis mais altos (entre 3 e 4 anos de defasagem)¹⁵ pode ser atribuído ao fato de que a evasão ainda não seja tão grande para as populações de não migrantes e migrantes. Isto é, ainda são contabilizados os alunos repetentes, ou que ingressaram tardiamente, sejam eles não migrantes ou migrantes, e que não abandonaram a escola, o que se reflete diretamente no indicador.

A partir da 8ª série, a defasagem cairá paulatinamente, e os dados dos migrantes serão cada vez piores. Nota-se nesta série uma diminuição generalizada da defasagem, e em quase metade das mesorregiões as maiores defasagens são relativas à população migrante. Em cinco mesorregiões (Triângulo Mineiro/Alto do Paranaíba, Sul/Sudoeste de Minas, Oeste de Minas, Campo das Vertentes e Zona da Mata) a defasagem dos não migrantes é menor se comparada com todas as populações migrantes. No Vale do Mucuri, a defasagem é igual entre todas as populações analisadas (dois anos de defasagem). No Norte de Minas a população não migrante possui defasagem igual ao da migração recente, mas maior do que a migração antiga (10 anos ou mais). No Vale do Jequitinhonha a defasagem da população não migrante é menor quando comparada com a migração recente (0 a 4 anos) e média (5 a 9 anos), mas é maior do que a migração mais longa (10 anos ou mais).

Em duas mesorregiões os migrantes possuem defasagem menor do que a população não migrante, sejam elas de curta, média ou longa duração, que são as mesorregiões do Noroeste de Minas, e do Vale do Rio Doce. Na Central Mineira não existe defasagem entre a população migrante com 5 a 9 anos de residência e dez anos ou mais, ela ocorre entre as populações não migrantes e migrantes de 05 a 9 (um ano de defasagem). A mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte se assemelha à Central Mineira, mas com um ano de defasagem para as populações de migrantes de média e longa duração.

E por último, a 11ª série confirma a tendência observada na 8ª série, do aumento da defasagem entre a população migrante. Nove dentre as doze mesorregiões apresentam maior defasagem para a população migrante, sendo que dentre as nove, quatro apresentam ausência de defasagem para a população não

¹⁵ Ver Tabela 10, Anexo V, pág.144

migrante. A Central Mineira não apresenta defasagem para nenhum grupo populacional, enquanto o Triângulo Mineiro/Alto do Paranaíba e a Metropolitana de Belo Horizonte apresentam o mesmo grau de defasagem entre os não migrantes e uma das categorias de migrantes. Pode se observar também que grande parte da defasagem entre os migrantes estão concentrados na porção norte do estado.

Desta forma, pode-se afirmar que mesmo os migrantes tendo demonstrado uma boa proporção de aprovação máxima em geral, é notório que tais populações concentram grande parte desta proporção em idades mais avançadas, principalmente na 8ª e na 11ª séries. É interessante salientar também que havia um equilíbrio maior com relação à defasagem entre não migrantes e migrantes nas primeiras séries, e que na 8ª e na 11ª série isto se reverteu desfavoravelmente à população migrante. Tanto os migrantes do norte do estado, como da parte mais meridional, também apresentaram maior grau de defasagem nas séries mais avançadas. Isto pode ser decorrência de dois fatores: o primeiro diz respeito à entrada tardia desta população em movimento na escola, o que é refletido de maneira cumulativa ao passar dos anos; e o segundo pode ser conseqüência da maior permanência deste mesmo grupo na escola se comparado com a população local, que pode ter seus níveis de defasagem diminuídos pelo abandono escolar.

4.2.3 Indicador III: Razões de Aprovação

Neste caso, as razões de aprovação representam a probabilidade média das pessoas aprovadas na primeira série serem aprovadas na quinta série. Este indicador revela, utilizando a realidade do censo 2000, onde a evasão é mais alta. A opção por analisar a 5ª série advém da relevância deste período para os indivíduos que conseguem ultrapassá-lo.

Como observado na figura 19 (pág. 99), é a partir da 5ª série que se iniciam transformações mais contundentes das curvas de proporção de aprovação máxima por coorte. Isto pode ser conseqüência de uma série de fatores, dentre eles podemos destacar o aumento da repetência e o abandono da escola. Dada a importância deste período e série, este é um dos indicadores utilizados pelos

Objetivos do Milênio das Nações Unidas para verificar as transformações da educação nos países em desenvolvimento.

Estes fatores podem ser gerados pelas dificuldades socioeconômicas que afetam grande parte da população brasileira, fato que vem levando as crianças a abandonarem a escola para auxiliarem os pais ingressando na vida do trabalho. Claro que esta não é a única razão, outras questões também devem ser avaliadas para entender a repetência e o abandono da escola, como a distância das escolas ao local de residência dos alunos, a violência, a merenda escolar, as condições físicas das salas e etc. O importante é deixar claro que ser aprovado na 5ª série aumenta a probabilidade dos alunos em alcançarem séries mais avançadas, como a 8ª e a 11ª.

4.2.3.1 Aplicação do Indicador III para a população total do Estado de Minas Gerais em 2000 por mesorregiões.

A figura 25 apresenta a probabilidade de aprovação na 5ª série daqueles aprovados na 1ª série para a população de Minas Gerais por mesorregiões, referente ao ano 2000. As variações na intensidade das cores representam uma maior ou menor probabilidade de aprovação na 5ª série. Desta forma, podemos perceber claramente como o Estado de Minas Gerais é heterogêneo neste indicador, demonstrando três padrões principais.

O primeiro é formado por mesorregiões que possuem de 90% a 94% de probabilidade dos alunos aprovados na 1ª série serem aprovados na 5ª. São cinco mesorregiões que fazem parte deste intervalo (Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Oeste de Minas, Sul/Sudoeste de Minas, Campo das Vertentes, e Metropolitana de Belo Horizonte). Esta informação reforça os entendimentos anteriores acerca desta região do estado, a qual possui os melhores indicadores de população com instrução e mais anos de estudo.

Já o segundo intervalo, formado pelas mesorregiões que possuem de 85% a 89% de probabilidade de aprovação na 5ª série surge como uma área de transição entre a porção centro-sul do estado e a porção norte e nordeste. As mesorregiões que fazem parte deste bolsão de transição são: Zona da Mata, Vale do Rio Doce, Central Mineira, e Noroeste de Minas.

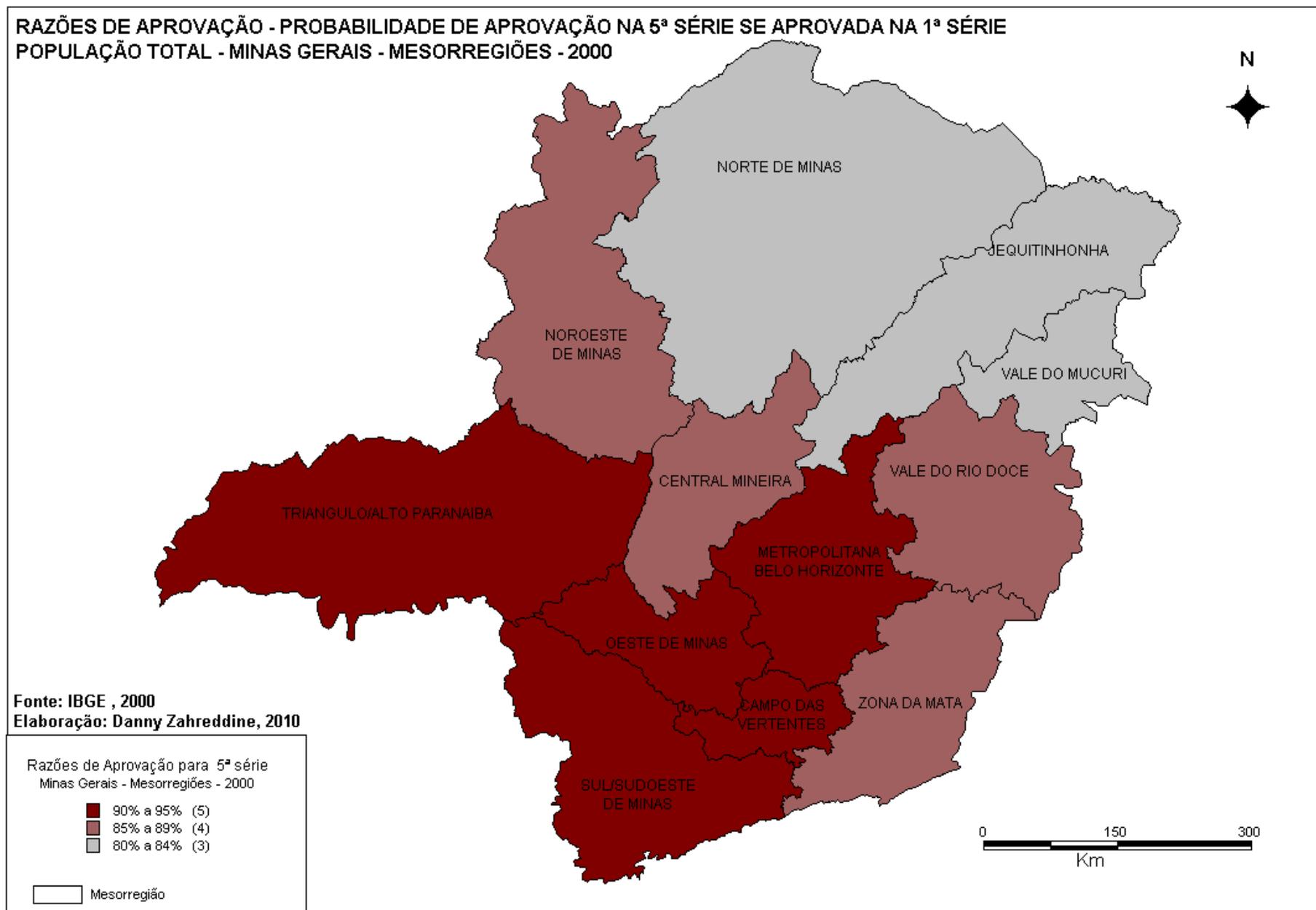


Figura 25: Minas Gerais - Probabilidade de Aprovação na 5ª série se aprovada na 1ª - População Total - Mesorregiões - 2000
Fonte: PPG-TIE PUC Minas / IBGE, 2000

O último intervalo é formado por três mesorregiões mineiras, e representam as probabilidades mais baixas do estado, isto é, entre 80% e 84% de probabilidade de aprovação na quinta série. As mesorregiões pertencentes a este grupo são: Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri.

Esta diferença de 15% e 10% entre o intervalo de menor probabilidade de aprovação e o maior intervalo pode parecer pequena, mas se levarmos em consideração a universalização da 1ª série para todas as mesorregiões, a manutenção destas probabilidades na 5ª série, confirmam a manutenção das desigualdades educacionais no estado para o futuro.

4.2.3.2 Aplicação do Indicador III para a população não migrante e migrante do Estado de Minas Gerais em 2000 por mesorregiões.

Analisando as razões de aprovação das populações não migrante e migrante, percebe-se mais uma vez o indicador educacional mais adequado dos migrantes com 10 anos ou mais de residência (de longo prazo) se comparado com quase todos os não migrantes e demais grupos de migrantes nas mesorregiões. Excetuando o Triângulo Mineiro/Vale do Paranaíba, em que o valor das razões de aprovação dos migrantes com 10 anos ou mais é igual à da população não migrante, em todas as outras mesorregiões os migrantes de longo prazo possuem indicadores melhores. Temos abaixo a tabela 8 que apresenta a probabilidade de aprovação das populações de não migrantes, migrantes de 0 a 4 anos de residência, migrantes com 5 a 9 anos de residência e migrantes com 10 anos ou mais de residência.

Para melhorar a visualização dos dados foi disposto na tabela 8 os resultados das razões de aprovação em porcentagem, sendo que os intervalos de valores utilizados na figura 26 também serão destacados na tabela. O intervalo de dados referente a 90% a 95% de probabilidade de aprovação está marcado em tonalidade mais clara, o intervalo de 85% a 89% em tonalidade um pouco mais intensa, e o intervalo de 80% a 84% na tonalidade mais escura.

Mesorregião	População Total	Não migrante	Migrante de 0 a 4 anos	Migrante de 5 a 9 anos	Migrante com 10 anos ou mais
Noroeste de Minas	90,00	91,00	88,00	90,00	95,00
Norte de Minas	85,00	84,00	87,00	86,00	90,00
Jequitinhonha	84,00	84,00	80,00	84,00	87,00
Vale do Mucuri	82,00	81,00	83,00	84,00	88,00
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	93,00	93,00	88,00	92,00	93,00
Central Mineira	90,00	90,00	86,00	89,00	96,00
Metropolitana de Belo Horizonte	94,00	94,00	93,00	94,00	96,00
Vale do Rio Doce	89,00	89,00	90,00	92,00	92,00
Oeste de Minas	94,00	94,00	93,00	95,00	95,00
Sul/Sudoeste de Minas	91,00	91,00	90,00	92,00	92,00
Campo das Vertentes	93,00	93,00	90,00	93,00	94,00
Zona da Mata	90,00	90,00	89,00	93,00	93,00

Tabela 8: Razões de Aprovação em % – População Total, Não migrante, Migrante de 0 a 4 anos, Migrante de 5 a 9 anos e Migrante com 10 anos ou mais – Mesorregiões – Minas Gerais – 2000
Fonte: IBGE, 2000

Este é um dado interessante que corrobora a idéia de que a relação entre tempo de residência do migrante é diretamente proporcional ao seu crescimento econômico e educacional nas mesorregiões de destino. Martine (1980) discorre que em quase todas as regiões metropolitanas do Brasil na década de 1970, verificou-se uma correlação entre o maior tempo de residência dos migrantes e os melhores indicadores educacionais. Neste caso, a tabela 8 confirma em certa medida a relação de causalidade colocada por Martine (1980), utilizando uma informação extraída por meio de uma técnica mais apurada proposta por Rigotti e Hadad (2009).

O segundo melhor resultado também é referente à população migrante de 05 a 09 anos de residência no destino, sendo que os piores resultados estão localizados também nas mesorregiões ao norte do estado (Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Norte de Minas e Central Mineira). A população não migrante possui o terceiro melhor resultado, seguido em último lugar pela população migrante com 0 a 4 anos de residência no destino.

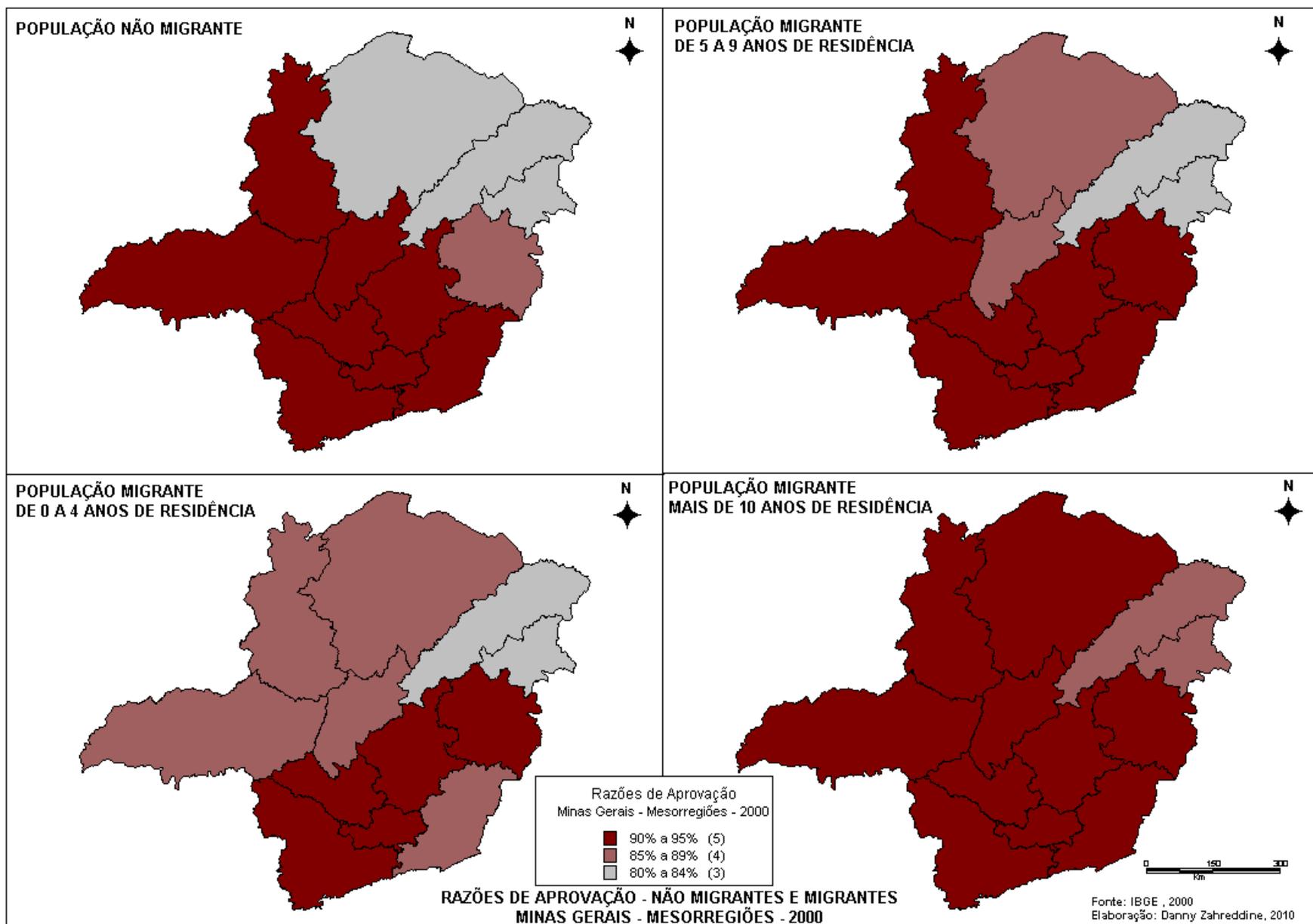


Figura 26: Minas Gerais - Razões de Aprovação na 5ª série se aprovada na 1ª série – População não migrante e migrante - Mesorregiões - 2000
 Fonte: PPG-TIE PUC Minas / IBGE, 2000

A figura 26 apresenta o resultado espacial da tabela 8. Dividida em quatro mapas, pode-se observar a variação do indicador quando aplicado para a população não migrante, migrante com 0 a 4 anos de residência, migrante com 5 a 9 anos de residência e migrante com 10 anos ou mais de residência. O resultado mostra os dados da tabela anterior e a distribuição espacial dos valores, o que permite um olhar regional distinto sobre as características dos migrantes e dos não migrantes.

O primeiro mapa da figura 26 revela que a maior probabilidade de aprovação da população não migrante na 5ª série se aprovada na 1ª, só não ocorre nas mesorregiões localizadas na porção norte e nordeste, que são as mesorregiões Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri (80% a 84% de probabilidade de aprovação) e Vale do Rio Doce (85% a 89% de probabilidade de aprovação). Este resultado reflete um problema da formação educacional da região, seja por questões econômicas ou sociais, os naturais destas áreas não conseguiram alcançar os níveis necessários para serem aprovados na 5ª série. Isto quer dizer que se nada for feito para mudar esta realidade, no futuro próximo teremos a transmissão desta mesma defasagem e o aprofundamento dos problemas sócio-educacionais para esta porção do estado.

Já a população migrante de 0 a 4 anos de residência no destino apresenta o pior resultado, pois além de ter uma baixa probabilidade de aprovação na região nordeste do estado (mesorregião Vale do Jequitinhonha e Vale Mucuri), em várias outras mesorregiões apresenta uma probabilidade de 85% a 89% de aprovação (Norte, Noroeste, Triângulo Mineiro/Vale do Paraíba, Central Mineira e Zona da Mata). A porção mais central de Minas possui uma maior probabilidade de aprovação desta população.

É importante destacar neste caso que a população de migrantes recentes é a que está mais exposta ao processo de adaptação. Não existe para esta população nenhuma garantia de que a aventura do deslocamento humano dará certo. Desta forma, o principal objetivo de tais populações, salvo exceções, é a de sobreviver, o que coloca em segundo plano a formação escolar.

Outro ponto interessante remete à questão dos migrantes intra e inter estaduais. Como visto na figura 15 (pág. 86), a parte central do Estado de Minas Gerais é preponderantemente formada por migrantes intraestaduais, diferentemente das mesorregiões que fazem limite com outras Unidades da Federação. Isso permite inferir que a população de migrantes recentes, de origem nas mesorregiões vizinhas

do centro do estado, forneça migrantes intraestaduais com qualidades educacionais melhores do que os migrantes interestaduais localizados no limite norte do estado.

Com relação à população migrante com 5 a 9 anos de residência, os indicadores são quase iguais à da população não migrante, com uma pequena diferença que favorece os migrantes, que é a presença de somente duas mesorregiões com baixas razões de aprovação (O Vale do Jequitinhonha e o Vale do Mucuri), enquanto a população não migrante possui três (Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri).

Neste caso, os migrantes de 5 a 9 anos de residência conseguiram sobreviver a um período crítico de adaptação, e a possibilidade de manutenção nas áreas de destino aumentaram razoavelmente. É a partir do momento que as necessidades fundamentais são alcançadas que o interesse em retornar aos estudos e buscar uma formação mais adequada para melhorar sua posição social e salarial faz-se mais presente.

Ainda com relação a imagem 26, o mapa referente à população migrante com 10 anos ou mais de residência demonstra que os migrantes mais antigos possuem uma maior probabilidade de aprovação se comparado com as outras populações (população não migrante, migrante de 0 a 4 anos e migrantes de 5 a 9 anos) e em todas mesorregiões. Isto reforça a idéia de que quanto maior o tempo de residência do migrante, maior sua qualificação educacional. (MARTINE, 1980).

Se para a população migrante com 4 a 9 anos de residência a sobrevivência e manutenção nas mesorregiões de destino, por este período, significou a possibilidade de estabilidade socioeconômica, para os migrantes com 10 anos ou mais isto sinalizou um período de consolidação da migração. Devido a isto, podemos perceber que não só nas razões de aprovação, mas também em outros indicadores, este grupo populacional demonstrou uma melhor formação educacional.

Isto pode ser atribuído em grande parte a dois fenômenos principais: 1) pela prevalência daqueles que resistiram às dificuldades da migração e conseguiram consolidar-se em suas zonas de destino, adquirindo não somente os elementos básicos para a permanência no local, mas melhorando sua educação e suas habilidades pessoais, transformando-se e adaptando-se ao longo de 10 anos, em um grupo de pessoas com melhor formação educacional do que os próprios

naturais¹⁶; 2) como fruto de uma seleção das áreas receptoras de migrantes, que devido a constante busca por uma mão de obra mais habilitada e qualificada, escolheu somente os migrantes mais preparados para os trabalhos existentes, aqueles que não possuíam tais habilidades e qualificações evadiam ou remigravam, gerando no destino um grupo de migrantes selecionados por suas aptidões profissionais e educacionais.

¹⁶ Para Martine (1980) este seria a minoria dos casos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações existentes entre as migrações e o desenvolvimento, bem como as migrações e a educação foram o principal objetivo a ser tratado nesta tese. O fluxo migratório, em quase todas as abordagens que tratavam do desenvolvimento, possui um papel de destaque para os processos de transformação das sociedades. Tanto na percepção da evolução das sociedades por estágios, quanto da sociedade dual, dos recursos humanos e da economia política, o fluxo migratório é um elemento central para a transição da sociedade arcaica para moderna, seja pelo fornecimento de mão de obra capaz de alimentar o crescimento dos grandes centros industriais, ou pela chegada de uma população mais educada que permita um aumento da oferta de capital humano de qualidade.

O debate acerca da temática é rico, e na maior parte das vezes reflete o próprio processo histórico vivenciado pelas sociedades humanas, sejam em suas abordagens mais estruturalistas ou subjetivas, sinalizando a abrangência dos estudos e a multiplicidade de opiniões.

Os cinco estágios do crescimento econômico e a sociedade dual traduzem para o caso brasileiro, o momento nascente da urbanização e industrialização do país. A forte massa de trabalhadores que se deslocaram com o intuito de encontrarem melhores salários permitiu a extensão da ocupação do território nacional em direção ao centro-oeste, bem como o processo de expansão das grandes áreas industriais do sudeste brasileiro. É indiscutível o papel da alocação da mão de obra, bem como a perspectiva de melhores ganhos por parte dos migrantes como uma fonte de explicação para o crescimento regional e a decisão de migrar respectivamente. Porém, este foi um retrato de uma época, principalmente nas décadas de 1950 a 1970. Neste tempo, a qualidade da mão de obra era importante, mas não fundamental, pois era necessária a força de trabalho para constituir uma indústria de base e agropecuarista no Brasil.

O quadro se transformou nas décadas posteriores e, principalmente na década de 1990 e 2000, outros fatores impactaram na realidade brasileira, tais como: a transformação do quadro político doméstico, questões de ordem socioeconômica, as relações internacionais, e o perfil do próprio migrante implicarão

outros fatores necessários para que as migrações continuassem sendo uma variável relevante para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

É neste sentido que a educação se apresenta como um fator crucial para a continuidade do processo do crescimento e do desenvolvimento nacional, pois a transformação do país nestes últimos trinta anos, de nação majoritariamente agroexportadora e rural, para urbana e fornecedora de tecnologia de ponta para o resto do mundo sinaliza a relevância da educação formal para consolidação e continuidade desse processo.

As perspectivas que levam em consideração as qualidades do indivíduo ligadas à sua educação formal e sua experiência pregressa, isto é, os recursos humanos e o capital humano, apresentam o desafio de tentar mensurar o papel da educação como fator de desenvolvimento socioeconômico. É nesse sentido que se justifica a própria concepção deste trabalho, que é avaliar qual o impacto das migrações, e das características educacionais destes mesmos migrantes, para o processo de desenvolvimento regional.

O desafio da alfabetização, da criação de uma população mais educada e seus impactos para o desenvolvimento brasileiro não constituem tarefa simples. As discrepâncias regionais no microcosmo mineiro sintetizam bem a dificuldade em alcançar tais metas tão importantes para humanidade, como colocado pelos Objetivos do Milênio das Nações Unidas.

As barreiras da distância geográfica, acentuada pelo relevo do território mineiro; a precariedade dos meios de transporte nas regiões mais carentes; a falta de infra-estrutura das escolas; os problemas da pobreza extrema, violência e desnutrição, levaram milhares de seres humanos a abandonarem a escola em busca de trabalho e de uma vida mais digna, e, muitas vezes, em outras localidades.

Schultz em 1973 procurou demonstrar a relevância da educação e dos anos de estudo para o desenvolvimento e crescimento econômico das sociedades. Para a segunda década do século XX, as dúvidas são muito pequenas acerca do caráter transformador da educação, devido ao aumento da complexidade da própria atividade econômica brasileira, que requer uma mão de obra cada vez mais capacitada.

Entretanto, as desigualdades regionais observadas em Minas Gerais, quando aliadas ao processo migratório e ao grau de instrução destes migrantes, geram um processo extremamente complexo, e que poderá criar desdobramentos relevantes

para as sociedades emissoras e receptoras, que é o “*Brain Drain*” e “*Brain Gain*”. A “absorção de cérebros” e a “fuga de cérebros” significam que no processo migratório, a população que emite este migrante poderá permitir a saída de capital humano que contribuirá para o desenvolvimento das cidades em que eles se fixam, e, ao mesmo tempo, aprofundar as dificuldades da região emissora, pois a ausência de uma população mais escolarizada geraria a manutenção da sociedade arcaica.

Os resultados obtidos no último capítulo desta tese são reveladores, pois permitiram um olhar mais atento da real contribuição que os migrantes podem dar às sociedades que chegam, e ao mesmo tempo, o impacto negativo/positivo das sociedades que deixam. Para que fosse possível compreender melhor esta realidade, foi necessário avaliar os saldos migratórios líquidos de Minas Gerais em 1991 e 2000, os fluxos de migrantes intraestaduais e interestaduais neste mesmo período, bem como o perfil educacional da população migrante e não migrante para o ano 2000, utilizando dados do IBGE e as “Tábuas de Aprovação por Série” de Rigotti e Hadad (2009). Este conjunto de informações possibilitou uma série de análises que gostaria de destacar nas considerações finais.

Minas Gerais apresentou, entre as décadas de 1990 e 2000, uma pequena transformação de seus pólos de atração e repulsão de migrantes. É importante destacar a polarização das áreas de atração, tanto em 1991 quanto em 2000, em duas regiões específicas, que são: O triângulo Mineiro/Vale do Paranaíba e a Metropolitana de Belo Horizonte. É notável como estas regiões atraíram, nos últimos anos, tanto migrantes do próprio estado, como migrantes de outros estados. É mais evidente a presença de migrantes de outros estados no Triângulo Mineiro, se avaliarmos percentualmente a quantidade da população local e dos migrantes interestaduais, e, ao mesmo tempo, a relevância de Belo Horizonte como pólo de atração dos mineiros de todas as regiões do Estado de Minas Gerais.

A princípio, tanto no triângulo quanto na região metropolitana, observam-se processos migratórios que poderiam ser comparados ao modelo da sociedade dual (tradicional x moderna), devido à grande desigualdade regional existente no Estado, principalmente na região noroeste, norte, Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri, comparada ao restante do estado. Estas mesorregiões são as que possuem os maiores saldos negativos líquidos de migrantes, sinalizando ainda as dificuldades regionais de manter a população local.

Da mesma forma, quando se observa as migrações intra e interestaduais, percebe-se uma pequena alteração do quadro geral. É importante salientar que historicamente Minas Gerais foi um Estado que emitiu grande número de migrantes para outras Unidades da Federação, tendo um saldo migratório negativo em maior parte do tempo (considerando a partir de 1940). Na década de 2000, porém, Minas passou a contar com um saldo levemente positivo, o que confirma os resultados dos dados apresentados. Em 2000, o número de migrantes de outros estados aumentou quase 3%, em comparação com o censo de 1991. Mesmo assim, a origem de 70% dos migrantes em Minas Gerais é do próprio Estado, o que indica a força da dinâmica populacional mineira. De qualquer forma, esta pequena transformação pode indicar duas coisas: a maior presença econômica de Minas do cenário brasileiro, e a melhoria das condições socioeconômicas de determinadas regiões do Estado que gerou uma diminuição do fluxo de migrantes intraestaduais.

Outro dado revelador indica, para a década de 2000, um perfil educacional interessante dos migrantes. Como já dito no Capítulo IV, os resultados dos indicadores da “população sem instrução” e “da média de anos de estudo”, tanto da população não migrante quanto migrante, demonstram que os migrantes apresentaram indicadores melhores. Este resultado contraria de certa forma, o censo comum de que a imobilidade geográfica da população não migrante, bem como sua condição socioeconômica, poderia gerar uma população mais estável e apta a ter melhores indicadores educacionais.

Este primeiro olhar sinaliza que a contribuição dos migrantes para o desenvolvimento de certas regiões pode ser maior e mais complexa do que se imaginava. No caso dos indicadores acima citados, foi justamente a população migrante que diminuiu o impacto negativo da variável “população sem instrução” e da “média de anos de estudos” das mesorregiões localizadas no norte e nordeste de Minas.

Da mesma forma, pode-se observar nas mesorregiões com os melhores indicadores, que a população migrante ainda apresentava um perfil educacional melhor. Para Martine (1980), e sua tese da “sobrevivência do mais forte”, estes dados poderiam sinalizar o final de um processo migratório no qual somente os mais aptos a se fixarem nas áreas de destino “sobreviveriam”, isto é, aqueles que não possuíam a capacidade de se adequar e se incorporar ao *modus vivendi* das grandes metrópoles retornariam para suas regiões de origem.

De certa forma, isto explicaria o porquê dos indicadores educacionais dos migrantes serem melhores do que os da população não migrante, pois esses indicadores fazem referência aos migrantes mais adaptados e adequados que conseguiram sobreviver ao final deste processo. Considerando este raciocínio, o processo de “absorção de cérebros” e “fuga de cérebros” seria ainda mais nefasto para as regiões emissoras destes migrantes, pois além de perder uma população instruída e capaz de desenvolver tarefas mais complexas, recebe como refluxo uma população frustrada que não conseguiu se adequar ao processo migratório. Isto é, o ciclo da riqueza para os grandes centros, e o ciclo da estagnação ou pobreza para as áreas emissoras.

Os três indicadores utilizados das “Tábuas de Aprovação por Série” de Rigotti e Hadad (2009) também suscitam questões importantes acerca da educação em Minas Gerais para as próximas décadas. Após avaliar a “Proporção de aprovação”, “Defasagem de anos de estudo por idade na 5^a, 8^a e 11^a séries” e as “Razões de Aprovação” chega-se a algumas conclusões acerca do ensino em Minas Gerais para a população não migrante e migrante.

Observou-se na proporção máxima de aprovação por coorte na 1^a, 5^a, 8^a e 11^a séries, para a população total de Minas Gerais as fortes desigualdades regionais do estado, e como é longo o caminho para se alcançar níveis mais adequados de escolaridade, inclusive para as regiões mais ricas. Entretanto, ao observar os dados da população não migrante e migrante, percebeu-se que em quase todas as mesorregiões, a aprovação máxima por coorte, em todas as séries avaliadas, os migrantes de médio e longo tempo de residência, possuíam indicadores melhores do que a população não migrante.

Somente nas áreas mais ricas, como a Metropolitana de Belo Horizonte e a Sul/Sudoeste de Minas, a população não migrante seguia de perto os migrantes de médio e longo prazo. A exceção foram os migrantes recentes (0 a 4 anos de residência), que, devido às dificuldades que encontram em sua chegada, apresentavam na maior parte das vezes indicadores piores, com exceção na região norte do Estado, que alcança proporções máximas melhores do que a própria população local.

Um fato importante que foi percebido ao tratar os dados em discussão foi a dificuldade em recortar a análise em escalas mais específicas, isto é, foi possível avaliar os resultados da tese utilizando as mesorregiões, mas mesmo assim, ficou

claro uma certa dificuldade em compreender os resultados nas regiões menos populosas do Estado, onde a amostra era menor. Em certas situações foi necessário utilizar algumas técnicas para amenizar a oscilação das curvas de proporção de aprovação (no caso das mesorregiões com piores indicadores), que mesmo assim apresentaram curvas bastante irregulares em sua trajetória final.

Isto demonstra a dificuldade em tratar tais informações por microrregiões, e um desafio interessante seria buscar técnicas mais avançadas em estudos futuros que permitiriam análises mais locais, focalizando as próprias microrregiões, o que significaria um avanço para este tipo de estudo.

O segundo indicador das “Tábuas de aprovação por série” teve como objetivo avaliar a defasagem da idade ideal *versus* a série, e os resultados alcançados revelaram algumas realidades perigosas. Para a população total do estado, em todas as mesorregiões, a defasagem em anos, entre a 1^a, 5^a, 8^a e 11^a séries foram reduzindo. Ora, se foi observado uma defasagem quase universal de 3 anos na 1^a série, em todas as mesorregiões de Minas Gerais, como ela desapareceu na 11^a série? O aluno que teve uma defasagem de 3 anos no início de seu transcurso educacional, a princípio, levaria estes três anos a diante, até completar a 11^a série. O que se observa é o contrário, a defasagem desaparece em quase todas as mesorregiões. Na realidade o que ocorre não é o fim da defasagem, e sim o abandono da escola pelos alunos, permitindo que ao passar dos anos, somente os melhores permaneçam nas séries mais avançadas.

A manutenção deste quadro significa a continuidade dos altos índices de analfabetismo funcional e da perpetuação de uma população incapaz de desenvolver trabalhos minimamente complexos, o que permite o movimento inercial do ciclo da pobreza e da marginalidade.

Ao avaliar os resultados para população não migrante e migrante, verificou-se que maior parte da população migrante, em todas as mesorregiões, possuía um pouco mais de defasagem se comparada aos não migrantes, principalmente na 8^a e 11^a séries. Isto poderia indicar duas coisas: a primeira diz respeito ao próprio deslocamento dos migrantes, que de certa forma, gera impactos na idade de entrada na escola, isto é, a população migrante está mais exposta à defasagem idade x série, devido à própria natureza da migração e de suas vicissitudes. A segunda pode ser a sinalização de que a populações migrantes, principalmente a de média e longa duração, evadem menos da escola, o que gera a apresentação da defasagem real

nos indicadores. Isto é, os migrantes continuam estudando, mesmo com a idade mais avançada, ou com prováveis reprovações, o que não aconteceria com a população não migrante.

E o último indicador, as razões de aprovação, também sinalizam questões que atingem o centro do planejamento do Estado de Minas Gerais, com relação ao futuro da educação. Ao ser adotado pelas Nações Unidas, este indicador permite medir o grau de probabilidade de aprovação na 5ª série (no nosso caso), se o indivíduo for aprovado na 1ª série. Na realidade, este indicador viabiliza um olhar prognóstico acerca de uma realidade provável, se for mantida as mesmas condições e situações atuais.

Desta forma, ao observar o mapa de Minas Gerais que demonstra o resultado deste indicador para a população total, vê-se claramente que se não ocorrerem políticas públicas adequadas, a manutenção da desigualdade estadual continuará por muito tempo. O norte e o nordeste de Minas são áreas importantes para a história do estado, mas ao mesmo tempo, convivem com a miséria e a incapacidade de inclusão na dinâmica do ciclo virtuoso do desenvolvimento econômico do estado. Esta região foi a que atingiu as menores probabilidades de aprovação na 5ª série, seguida de mesorregiões adjacentes logo ao sul com indicadores um pouco melhores. As áreas tradicionalmente ricas atingiram os melhores resultados.

Quando a análise foi feita utilizando a população não migrante e migrante, novamente percebeu-se a importância da migração, pois em quase todos os casos, excetuando os migrantes recentes, a população migrante atingia os indicadores mais altos em todas as regiões analisadas, inclusive na região norte e nordeste do estado.

Todas estas análises levam a uma reflexão acerca do poder transformador da migração, seja para as regiões as quais os migrantes chegam, as áreas que deixam para trás, e inclusive a si mesmos. Observando as áreas de chegada dos migrantes, percebe-se que ao passar do tempo, eles constituem uma força essencial para a continuidade do processo de desenvolvimento regional, seja como força de trabalho, ou como mentes que auxiliam no planejamento e transformação do espaço urbano. O processo de “transferência de cérebros” é evidente, pois em quase todas as situações observa-se que os indicadores educacionais dos migrantes são melhores do que os naturais. É claro que isto é o resultado final de um processo longo, pois vários migrantes tentaram a mesma sorte, mas nem todos conseguiram se manter

nas áreas de destino, restando somente os mais preparados, adaptados e dispostos a se adequarem em seus novos lares.

Novamente as discussões de Martine (1980) podem ser utilizadas, principalmente acerca dos fatores que geram a fixação dos migrantes no destino. Tanto a adaptação, quanto a seleção do próprio ambiente são fatores que permitem a manutenção destas populações nas localidades aonde chegam. Para o autor, o alto índice de evasão de migrantes, que gera remigração e migrações múltiplas, é um indício forte da dificuldade de retenção dos migrantes tanto nas áreas mais pobres, quanto nos grandes centros. Desta forma, a presença da população mais escolarizada de migrantes é fruto do final deste processo, que é influenciado em parte pela capacidade de adaptação do migrante, mas principalmente pela seleção imposta nas áreas de atração, onde a busca por um perfil específico permitiu a presença e manutenção de um determinado grupo de migrantes mais escolarizados. Ainda para o autor, quanto mais longo o tempo de residência do migrante, maior será o seu grau de instrução, se comparado com a população não migrante. De fato, foram justamente estas relações que pudemos confirmar com os resultados obtidos na pesquisa.

Os migrantes com 10 anos ou mais de residência representam uma parte muito pequena que sobreviveu ao final deste processo. A maioria dos indivíduos remigraram, retornaram ou morreram. O maior desafio em analisar tal temática é mensurar a evasão dos migrantes e seu perfil escolar antes do processo migratório. A ausência de informações específicas, com amostras satisfatórias, torna a tarefa desafiadora.

Para as regiões emissoras o resultado é paradoxal, pois ao mesmo tempo que os migrantes constituem uma fonte de receita fundamental para seus municípios de origem, e sabe-se que a maior parte dos migrantes são estimulados pela busca de uma vida melhor, a contínua saída deles gera um esvaziamento da mão de obra jovem e disposta a empreender e mudar a realidade social que vive (capital humano), gerando a manutenção de um ciclo de estagnação e ausência de inovação nas cidades de origem. Este é o lado ruim do *"Brain Drain"* que transforma negativamente as sociedades de origem.

Para os próprios migrantes, a decisão de migrar também é transformadora, pois ao mesmo tempo em que constitui a esperança de uma vida melhor, na busca dos princípios básicos da sobrevivência digna, a aventura do migrante é repleta de

dificuldades, preconceitos e privações. Ao observar os indicadores educacionais da população migrante de longo prazo, percebe-se o quão transformador este processo foi para as populações inseridas nele, pois somente aqueles que se permitiram transformar e se adaptar, e se expuseram à seleção das sociedades que os receberam, foram capazes de permanecer e sobreviver em suas novas localidades.

O papel da migração se transforma no decurso da história. Se no início da industrialização do Brasil e de Minas Gerais os migrantes constituíam braços fortes que alicerçavam o crescimento e o desenvolvimento do país, hoje se deve observar a transformação de parcela desta população, que por meio não só do trabalho braçal, mas também de suas características e habilidades educacionais, continuarão contribuindo para o processo de desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; CAMARANO, A. A. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos**. Revista Brasileira de Estudos de População, Brasília: ABEP, v. 15, n. 2, p.45-65, jul./dez. 1998.

ALMEIDA, José. **Industrialização e emprego no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1974.

ANTICO, Cláudia. **Por que migrar?** In: PATARRA, Neide e outros (org). **Migrações, condição de vida e dinâmica urbana: São Paulo, 1980-1993**. Campinas: Unicamp, 1997.

ARAÚJO, Herton Ellery; RAMOS, Carlos Alberto. **Fluxos Migratórios, desemprego e Diferenciais de Renda**. Revista Brasileira de Estudos de População. Campinas, v.16, n. 1/2, p. 43 – 54, dez. 1999.

BRITO, Fausto; HORTA, Cláudia Júlia G. **Minas Gerais: Crescimento Demográfico, Migrações e Distribuição Espacial da População**. X Seminário sobre a Economia Mineira. Cedeplar. 2002

BRITO, Fausto . **As Migrações Internas no Brasil: Um ensaio sobre os desafios teóricos recentes**. 2007.

BROWN, Lawrence A. **Place, migration and development in the Third World: An alternative View**. London: Routledge, 1991.

BURNS, Edward Mcnall. **História da Civilização Ocidental – Vol II**. São Paulo: Editora Globo, 2001.

CAETANO, André Junqueira; FERNANDES, Duval Magalhães; RIGOTTI, José Irineu Rangel. **Migration and Millennium Development Goals: Latin América and the Caribbean (Research Paper 2)**. Brasília: Programa de Pós graduação em Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial – Puc Minas. IPEA/UNFPA, 2007.

CAMPOS, J. ; RIGOTTI, J. I. R. . **A evolução das taxas de aprovação escolar em Minas Gerais, segundo o status migratório - período 1991 e 2000**. In: Anais do V XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Belo Horizonte : ABEP, 2008. p. 1-19.

CARVALHO, José Alberto Magno; SAWYER, Diana Oya; RODRIGUES, Roberto do Nascimento. **Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia**. Belo Horizonte: ABEP, 1998.

CASTRO, José Flávio Morais. **Caracterização espacial do sul de minas e “entorno” utilizando-se o modelo potencial e a análise de fluxos em modelos digitais: uma proposta metodológica**. 2000. Tese (Doutorado em Geografia). IGCE Unesp. Rio Claro.

FERREIRA, Conceição Coelho & SIMÕES, Natércia Neves. **A Evolução do Pensamento Geográfico**. Lisboa: Gradiva, 1994.

GAILLARD, J.; GAILLARD A. M. **Introduction: The International Mobility of Brains: Exodus or Circulation?** Journal of Science Technology Society, v. 2, n. 2, 195 – 228, 1997.

GARRIDO, Dulce; COSTA, Rui. **Dicionário Breve de Geografia**. Lisboa: Editora Presença, 1996.

GEORGE, Pierre. **Geopolítica de las Minorías**. 1.ed. Barcelona: Oikos-Tau, 1985.

GERSCHUNY, J. **Changing times: work and leisure in postindustrial society**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

GOLGHER, A. B.. **Modelo profluxo e indicadores derivados**. In: Riani, J; Rios-Neto, E.. (org.). Modelo profluxo e indicadores derivados. Campinas, 2004, p.159-208.

GUERRA, Leonardo Pontes; MACHADO, Cláudio Caetano; ABREU, João Francisco. **Os sistemas de informações geográficas e os microdados censitários nos estudos das migrações internas brasileiras**. Editora Puc, Belo Horizonte. 2003. Retirado do Livro Geografia, modelos de análise Espacial e GIS. Organização de João Francisco de Abreu e Leônidas Conceição Barroso.

HADAD, R. M; RIGOTTI, J. I. R.. **Software de geração dos indicadores das Tábuas de Aprovação por séries.** 2009.

HAGEN, EVERETT E. **As Origens do Desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fórum Editora, 1969.

HAKKERT, Ralph. **Fontes de dados demográficos.** Belo Horizonte: ABEP, 1996.

HARRIS, J.; TODARO, M.. **Migration, Unemployment & Development: A Two-Sector Analysis.** American Economic Review, March 1970; 60(1):126-42, 1970.

HORTA, Claudia J. Guimarães; CARVALHO, José Alberto M.; FRIAS, Luís Armando de M. **Recomposição da Fecundidade por Geração para Brasil e Regiões: Atualização e Revisão.** In XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP. Caxambu, Minas Gerais. 2000.

ISNENGGHI, Mario. **História da Primeira Guerra Mundial.** São Paulo: Editora Ática, 1995.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Mobilidade social e migração no Brasil: revisão bibliográfica e elementos empíricos para análise.** Revista Brasileira de Estudos de População. Campinas, v.16, n. 1/2, p.55 – 81, dez. 1999.

JOHNSTON, R. J. **Geografia e Geógrafos.** São Paulo: DIFEL, 1986.

LASSONDE, Louise. **Los Desafíos de la Demografía. Que calidad de vida habrá en el siglo XXI?** Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1997.

LEIS DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996.**

MARTIN, David. **Geographic Information Systems: socioeconomic applications.** New York: Routledge, 1996.

MARTINE, George. Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes? In: MOURA, Hélio A. **Migração Interna.** Textos Selecionados. Banco do Nordeste do Brasil: Fortaleza, 1980.

MARTINE, George; Lísicio Camargo. **Crescimento e distribuição da população brasileira : tendências recentes**. Revista Brasileira de Estudos de População. Campinas, 1(1/2): 99-144, jan./dez., 1984.

MARTINELLI, Marcelo. Mapas da Geografia e Cartografia Temática. **São Paulo: Editora Contexto, 2003.**

Migrações internacionais: Contribuição para políticas. Brasília: CNPD, 2001.

Migrações Internacionais: Herança XX Agenda XXI. et al. TELLES, Edward E. **Integração econômica e Migrações Internacionais: o caso México Estados Unidos**. Campinas: Nações Unidas, 1996.

MOURA, Hélio Augusto de. **Migração Interna: Textos Selecionados**. 1980.

NOGUEIRA, Jordão Douglas de Lima & AMARAL, Ricardo Farias. **Comparação entre os métodos de interpolação (Krigagem e Topo to Raster) na elaboração da batimetria na área da folha Touros**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN/LEGEO.2009.

PAIVA, V. . **Sobre o Conceito de Capital Humano**. Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas), São Paulo, v. 113, p. 185-192, 2001.

PASTORE, J. **Desigualdade e mobilidade social no Brasil**. São Paulo : T. A. Queiroz/EDUSP, 1979.

PATARRA, Neide Lopes et al. **Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993**. Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, 1997.

POURSIN, Jean-Marie & DUPUY, Gabriel. **Malthus**. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 1975.

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean Baptiste. **Introducción a la historia de las relaciones internacionales**. México: Fondo Cultura Economica, c2000.

RICHARDSON, Harry Ward. **Polarization reversal in developing countries**. The Regional Science Association Papers: Los Angeles, v. 45, nov, 1980.

RICHARDSON, Harry Ward. **Growth pole spillovers: the dynamics of backwash and spread**, *Regional Studies* 10, 1-9, 1976.

RICHARDSON, Harry Ward. **Economia urbana**. Rio de Janeiro: Interciência, 1978.

RICHARDSON, Harry Ward. **Elementos de economia regional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

RIGOTTI, J. I. R. . **As bases de dados do INEP e os indicadores educacionais: conceitos e aplicações**. In: Eduardo Luís Gonçalves Rios-Neto; Juliana de Lucena Ruas Riani. (Org.). *Introdução à demografia da educação*. Campinas: ABEP, 2004, v. 1, p. 73-88.

RIGOTTI, J. I. R. . **Variáveis de educação dos censos demográficos brasileiros de 1960 a 2000**. In: Eduardo Luís Gonçalves Rios-Neto; Juliana de Lucena Ruas Riani. (Org.). *Introdução à demografia da educação*. Campinas: ABEP, 2004, v. 1, p. 129-142.

RIGOTTI, José Irineu Rangel. **A transição da escolaridade no Brasil e as desigualdades regionais**. *Revista Brasileira de Estudos de População. Campinas. Vol. 18, n. 1/2, p. 59-73, jan./dez. 2001.*

RIGOTTI, J. I. R. ; VASCONCELLOS, I. R. P. . **As Migrações na Região Metropolitana de Belo Horizonte no limiar do século XXI**. In: MENDONÇA, Jupira Gomes de; GODINHO, Maria Helena de Lacerda. (Org.). *População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades*. Belo Horizonte: , 2003, v. , p. 43-71.

RIGOTTI, J. I. R. ; HADAD, R. M. . **Graduation Tables: a methodological proposal for projecting educational indicators**. In: XXVI IUSSP International Population Conference, 2009, Marrakech. XXVI IUSSP International Population Conference, 2009. v. 1. p. 1-19.

RIGOTTI, J. I. R. **Técnicas de mensuração das migrações a partir de dados censitários: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo**. Belo Horizonte: UFMG, 1999 (tese de doutorado).

ROSTOW, W. **The Stages of Economic Growth: A non-communist manifesto**. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

SAUVY, Alfred. **A população: Introdução à Demografia**. Rio de Janeiro: Editora da casa do estudante do Brasil, 1951.

SCHULTZ, Theodore William. **O capital humano: investimentos em educação e pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SCHULTZ, Theodore William. **O valor econômico da educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SINGER, Paul. **Dinâmica populacional e desenvolvimento: (o papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico)**. 2. ed. São Paulo: Urupês, 1970.

SINGER, Paul. **Estudos sobre a população brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1975?.

TODARO, Michael P. **Introdução a economia: uma visão para o terceiro mundo : uma introdução aos princípios, problemas e políticas para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

TOWNROE, P. M.; KEEN, D. **Polarization reversal in the state of São Paulo**. *Regional Studies*, v. 18, n. 1, 1984.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval; GREMAUD, Amaury Patrick; JÚNIOR, Rudinei Toneto. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Editora Ática, 1999.

ZAHREDDINE, Danny. **Mapeamento do Processo de Envelhecimento Populacional em Belo Horizonte: 1991 e 2000**. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado. 2004.

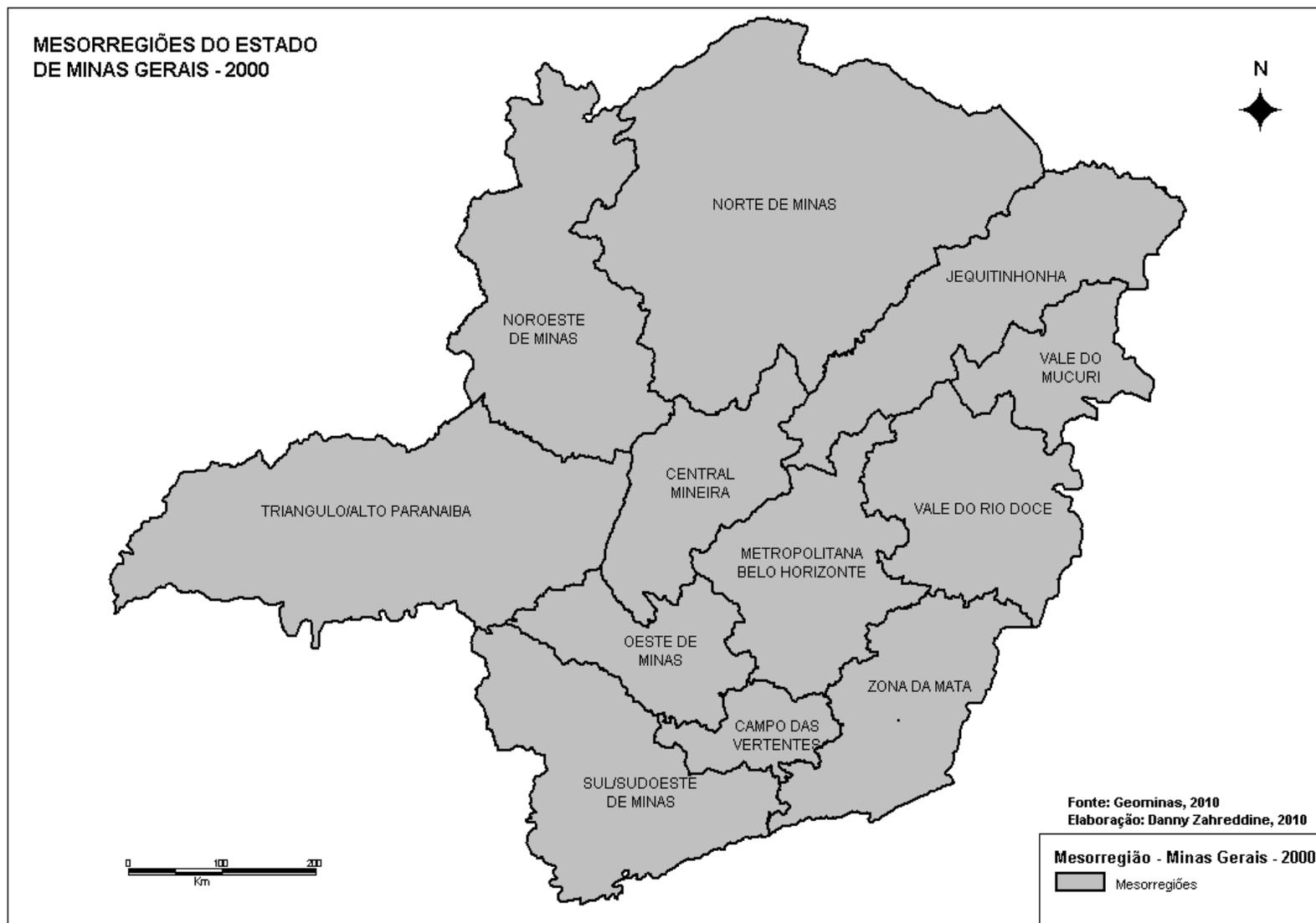


Figura 27: Anexo I – As Mesorregiões de Minas Gerais – 2000
Fonte: Geominas, 2010



Figura 28: Anexo II – As Microrregiões de Minas Gerais – 2000
Fonte: Geominas, 2010

Nome da Mesorregião	Nome da Microrregião	Imig. Intra 1991	Imig. Inter 1991	Imig. Intra 2000	Imig. Inter 2000	Varição 1991 a 2000
CAMPO DAS VERTENTES	Sao Joao Del Rei	66,50	33,50	70,02	29,98	3,52
CAMPO DAS VERTENTES	Barbacena	74,20	25,80	74,97	25,03	0,77
CAMPO DAS VERTENTES	Lavras	71,45	28,55	68,22	31,78	-3,23
CENTRAL MINEIRA	Curvelo	87,94	12,06	86,17	13,83	-1,77
CENTRAL MINEIRA	Tres Marias	90,53	9,47	87,35	12,65	-3,18
CENTRAL MINEIRA	Bom Despacho	84,23	15,77	80,47	19,53	-3,76
JEQUITINHONHA	Capelinha	70,68	29,32	75,35	24,65	4,67
JEQUITINHONHA	Diamantina	83,22	16,78	82,66	17,34	-0,56
JEQUITINHONHA	Almenara	63,88	36,12	60,19	39,81	-3,69
JEQUITINHONHA	Aracuai	78,92	21,08	74,14	25,86	-4,78
JEQUITINHONHA	Pedra Azul	72,62	27,38	58,52	41,48	-14,10
METROPOLITANA BH	Para de Minas	86,18	13,82	90,84	9,16	4,66
METROPOLITANA BH	Itabira	85,49	14,51	87,38	12,62	1,89
METROPOLITANA BH	Itaguara	92,43	7,57	93,28	6,72	0,86
METROPOLITANA BH	Conselheiro Lafaiete	80,90	19,10	81,73	18,27	0,82
METROPOLITANA BH	Belo Horizonte	82,69	17,31	83,46	16,54	0,77
METROPOLITANA BH	Sete Lagoas	88,74	11,26	89,49	10,51	0,76
METROPOLITANA BH	Ouro Preto	80,49	19,51	80,25	19,75	-0,24
METROPOLITANA BH	Conceicao do Mato Dentro	92,48	7,52	87,12	12,88	-5,36
NOROESTE DE MINAS	Paracatu	77,03	22,97	73,20	26,80	-3,82
NOROESTE DE MINAS	Unai	65,93	34,07	51,84	48,16	-14,09
NORTE DE MINAS	Bocaiuva	75,13	24,87	80,28	19,72	5,15
NORTE DE MINAS	Janauba	73,27	26,73	74,47	25,53	1,20
NORTE DE MINAS	Salinas	69,51	30,49	67,94	32,06	-1,56
NORTE DE MINAS	Montes Claros	81,95	18,05	77,06	22,94	-4,89
NORTE DE MINAS	Pirapora	83,89	16,11	77,60	22,40	-6,29
NORTE DE MINAS	Grao Mogol	85,39	14,61	77,71	22,29	-7,68
NORTE DE MINAS	Januaria	66,64	33,36	55,15	44,85	-11,49
OESTE DE MINAS	Divinopolis	82,22	17,78	85,23	14,77	3,01
OESTE DE MINAS	Oliveira	84,28	15,72	82,28	17,72	-2,00
OESTE DE MINAS	Formiga	80,86	19,14	76,37	23,63	-4,49
OESTE DE MINAS	Campo Belo	71,33	28,67	62,27	37,73	-9,06
OESTE DE MINAS	Piui	86,23	13,77	70,67	29,33	-15,56
SUL/SUDOESTE DE MINAS	Sao Lourenco	50,47	49,53	40,49	51,51	-1,90
SUL/SUDOESTE DE MINAS	Itajuba	47,49	52,51	45,49	54,51	-2,00
SUL/SUDOESTE DE MINAS	Santa Rita do Sapucaí	57,11	42,89	54,64	45,36	-2,47
SUL/SUDOESTE DE MINAS	Pouso Alegre	45,44	54,56	41,95	58,05	-3,50
SUL/SUDOESTE DE MINAS	Pocos de Caldas	48,84	51,16	42,32	57,68	-6,52
SUL/SUDOESTE DE MINAS	Andrelandia	55,27	44,73	48,52	51,48	-6,75
SUL/SUDOESTE DE MINAS	Alfenas	65,45	34,55	57,61	42,39	-7,84
SUL/SUDOESTE DE MINAS	Varginha	69,48	30,52	61,64	38,36	-7,84
SUL/SUDOESTE DE MINAS	Passos	58,44	41,56	47,68	52,32	-10,76
SUL/SUDOESTE DE MINAS	Sao Sebastiao do Parais	48,94	51,06	37,82	62,18	-11,12
TRIANGULO/ALTO PARANAIBA	Uberaba	49,56	50,44	53,00	47,00	3,44
TRIANGULO/ALTO PARANAIBA	Araxá	67,60	32,40	69,82	30,18	2,22
TRIANGULO/ALTO PARANAIBA	Patrocínio	65,71	34,29	66,10	33,90	0,40
TRIANGULO/ALTO PARANAIBA	Uberlândia	48,22	51,78	48,53	51,47	0,30
TRIANGULO/ALTO PARANAIBA	Ituiutaba	61,11	38,89	59,94	40,06	-1,17
TRIANGULO/ALTO PARANAIBA	Frutal	51,16	48,84	47,67	52,33	-3,48
TRIANGULO/ALTO PARANAIBA	Patos de Minas	74,82	25,18	71,11	28,89	-3,71
VALE DO MUCURI	Nanuque	49,09	50,91	49,01	50,99	-0,08
VALE DO MUCURI	Teofilo Otoni	73,71	26,29	69,16	30,84	-4,55
VALE DO RIO DOCE	Governador Valadares	72,97	27,03	75,20	24,80	2,23
VALE DO RIO DOCE	Guanhaes	82,52	17,48	82,37	17,63	-0,15
VALE DO RIO DOCE	Ipatinga	83,87	16,13	81,02	18,98	-2,85
VALE DO RIO DOCE	Caratinga	79,78	20,22	75,68	24,32	-4,10
VALE DO RIO DOCE	Aimores	57,34	42,66	52,99	47,01	-4,36
VALE DO RIO DOCE	Peçanha	83,42	16,58	78,02	21,98	-5,40
VALE DO RIO DOCE	Mantena	64,44	35,56	58,86	41,14	-5,57
ZONA DA MATA	Muriae	57,62	42,38	59,93	40,07	2,30
ZONA DA MATA	Manhuaçu	71,18	28,82	71,76	28,24	0,58
ZONA DA MATA	Cataguases	48,60	51,40	48,76	51,24	0,16
ZONA DA MATA	Uba	66,31	33,69	64,75	35,25	-1,56
ZONA DA MATA	Ponte Nova	80,11	19,89	77,67	22,33	-2,44
ZONA DA MATA	Viçosa	67,81	32,19	65,28	34,72	-2,53
ZONA DA MATA	Juiz de Fora	59,76	40,24	56,06	43,94	-3,69
Aumento Percentual						
Diminuição Percentual						

Tabela 6: Anexo III –Porcentagem dos Imigrantes Intraestaduais e Interestaduais por Microrregiões – Minas Gerais- 1991 e 2000

Fonte: IBGE, 1991 e 2000

Curva	Nome da Mesorregião	População total (Idade)	Aprov Max %	não migrante (Idade)	Aprov Max %	migrante 0 a 4 (Idade)	Aprov Max %	Migrante 5 a 9 (Idade)	Aprov Max %	Migrante 10 ou mais (Idade)	Aprov Max %
P12 Me-3101-1	Noroeste de Minas	12	99	12	99	13	99	13	100	10	100
P12 Me-3101-5	Noroeste de Minas	16	89	16	90	17	87	16	90	17	95
P12 Me-3101-8	Noroeste de Minas	18	66	18	68	16	55	16	83	17	75
P12 Me-3101-11	Noroeste de Minas	19	38	19	39	23	33	19	42	21	46
P12 Me-3102-1	Norte de minas	12	98	12	98	12	98	12	98	13	100
P12 Me-3102-5	Norte de minas	15	83	15	82	16	85	14	85	15	90
P12 Me-3102-8	Norte de minas	18	55	18	53	18	60	18	63	17	65
P12 Me-3102-11	Norte de minas	20	31	20	30	21	33	22	35	20	44
P12 Me-3103-1	Jequitinhonha	12	98	12	98	12	99	14	100	16	99
P12 Me-3103-5	Jequitinhonha	16	82	16	82	17	79	16	84	15	86
P12 Me-3103-8	Jequitinhonha	17	47	18	47	19	49	19	64	17	60
P12 Me-3103-11	Jequitinhonha	19	24	20	24	20	24	21	40	21	37
P12 Me-3104-1	Vale do Mucuri	12	98	12	98	14	99	14	100	10	100
P12 Me-3104-5	Vale do Mucuri	17	80	17	79	17	82	15	84	14	88
P12 Me-3104-8	Vale do Mucuri	18	49	18	47	18	46	18	64	18	70
P12 Me-3104-11	Vale do Mucuri	20	28	20	27	20	30	22	36	21	39
P12 Me-3105-1	Triangulo Mineiro/Alto Paranaiba	12	99	12	99	12	99	13	99	13	100
P12 Me-3105-5	Triangulo Mineiro/Alto Paranaiba	17	92	16	92	15	87	15	91	15	93
P12 Me-3105-8	Triangulo Mineiro/Alto Paranaiba	17	73	17	74	17	65	17	73	18	75
P12 Me-3105-11	Triangulo Mineiro/Alto Paranaiba	20	46	20	49	19	37	19	40	20	48
P12 Me-3106-1	Central mineira	12	99	12	99	12	100	12	100	12	100
P12 Me-3106-5	Central mineira	15	89	15	89	15	86	15	89	15	96
P12 Me-3106-8	Central mineira	17	66	17	67	17	57	16	63	16	68
P12 Me-3106-11	Central mineira	19	35	19	35	19	30	19	40	10	41
P12 Me-3107-1	Metropolitana de Belo Horizonte	12	99	12	99	12	99	12	99	12	99
P12 Me-3107-5	Metropolitana de Belo Horizonte	16	93	16	93	18	92	17	93	17	95
P12 Me-3107-8	Metropolitana de Belo Horizonte	18	74	18	75	18	66	17	74	17	78
P12 Me-3107-11	Metropolitana de Belo Horizonte	21	47	21	50	21	38	19	41	19	50
P12 Me-3108-1	Vale do Rio Doce	12	99	12	99	12	98	12	99	12	100
P12 Me-3108-5	Vale do Rio Doce	16	88	16	88	17	88	18	91	16	92
P12 Me-3108-8	Vale do Rio Doce	18	63	18	63	17	58	17	60	16	70
P12 Me-3108-11	Vale do Rio Doce	20	35	20	35	20	34	19	33	21	44
P12 Me-3109-1	Oeste de Minas	12	99	12	99	12	99	12	100	12	100
P12 Me-3109-5	Oeste de Minas	16	93	16	93	16	92	17	95	15	95
P12 Me-3109-8	Oeste de Minas	16	70	16	70	16	64	17	73	16	74
P12 Me-3109-11	Oeste de Minas	19	41	19	41	19	35	19	42	20	51
P12 Me-3110-1	Sul/Sudoeste de Minas	12	99	12	99	12	99	12	100	14	100
P12 Me-3110-5	Sul/Sudoeste de Minas	15	90	15	90	19	89	15	92	16	91
P12 Me-3110-8	Sul/Sudoeste de Minas	16	66	16	67	17	63	16	69	17	71
P12 Me-3110-11	Sul/Sudoeste de Minas	19	39	19	38	20	34	19	43	19	47
P12 Me-3111-1	Campo das Vertentes	12	99	12	99	13	99	11	100	11	100
P12 Me-3111-5	Campo das Vertentes	15	92	15	92	15	89	14	93	13	94
P12 Me-3111-8	Campo das Vertentes	17	66	16	64	17	65	18	79	18	81
P12 Me-3111-11	Campo das Vertentes	19	39	20	39	19	40	21	50	20	51
P12 Me-3112-1	Zona da Mata	12	99	12	99	12	98	12	99	13	99
P12 Me-3112-5	Zona da Mata	16	89	16	89	16	87	16	92	15	92
P12 Me-3112-8	Zona da Mata	16	61	16	61	16	60	18	66	17	74
P12 Me-3112-11	Zona da Mata	19	35	19	34	19	35	19	41	23	47

Tabela 9: Anexo IV – Proporção de Aprovação Máxima na 1ª, 5ª, 8ª e 11ª séries – Mesorregiões - Minas Gerais - 2000

Fonte: IBGE, 2000

Série	Nome da Mesorregião	População total	Não migrante	Migrante 0 a 4	Migrante 5 a 9	Migrante 10 ou mais
1ª Série	Noroeste de Minas	3	3	4	4	1
5ª Série	Noroeste de Minas	3	3	4	3	4
8ª Série	Noroeste de Minas	2	2	0	0	1
11ª Série	Noroeste de Minas	0	0	4	0	2
1ª Série	Norte de Minas	3	3	3	3	4
5ª Série	Norte de Minas	2	2	3	1	2
8ª Série	Norte de Minas	2	2	2	2	1
11ª Série	Norte de Minas	1	1	2	3	1
1ª Série	Vale do Jequitinhonha	3	3	3	5	7
5ª Série	Vale do Jequitinhonha	3	3	4	3	2
8ª Série	Vale do Jequitinhonha	1	2	3	3	1
11ª Série	Vale do Jequitinhonha	0	1	1	2	2
1ª Série	Vale do Mucuri	3	3	5	5	1
5ª Série	Vale do Mucuri	4	4	4	2	1
8ª Série	Vale do Mucuri	2	2	2	2	2
11ª Série	Vale do Mucuri	1	1	1	3	2
1ª Série	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	3	3	3	4	4
5ª Série	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	4	3	2	2	2
8ª Série	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	1	1	1	1	2
11ª Série	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	1	1	0	0	1
1ª Série	Central mineira	3	3	3	3	3
5ª Série	Central mineira	2	2	2	2	2
8ª Série	Central mineira	1	1	1	0	0
11ª Série	Central mineira	0	0	0	0	0
1ª Série	Metropolitana de Belo Horizonte	3	3	3	3	3
5ª Série	Metropolitana de Belo Horizonte	3	3	5	4	4
8ª Série	Metropolitana de Belo Horizonte	2	2	2	1	1
11ª Série	Metropolitana de Belo Horizonte	2	2	2	0	0
1ª Série	Vale do Rio Doce	3	3	3	3	3
5ª Série	Vale do Rio Doce	3	3	4	5	3
8ª Série	Vale do Rio Doce	2	2	1	1	0
11ª Série	Vale do Rio Doce	1	1	1	0	2
1ª Série	Oeste de Minas	3	3	3	3	3
5ª Série	Oeste de Minas	3	3	3	4	2
8ª Série	Oeste de Minas	0	0	0	1	0
11ª Série	Oeste de Minas	0	0	0	0	1
1ª Série	Sul/Sudoeste de Minas	3	3	3	3	5
5ª Série	Sul/Sudoeste de Minas	2	2	6	2	3
8ª Série	Sul/Sudoeste de Minas	0	0	1	0	1
11ª Série	Sul/Sudoeste de Minas	0	0	1	0	0
1ª Série	Campo das Vertentes	3	3	4	2	2
5ª Série	Campo das Vertentes	2	2	2	1	0
8ª Série	Campo das Vertentes	1	0	1	2	2
11ª Série	Campo das Vertentes	0	1	0	2	1
1ª Série	Zona da Mata	3	3	3	3	4
5ª Série	Zona da Mata	3	3	3	3	2
8ª Série	Zona da Mata	0	0	0	2	1
11ª Série	Zona da Mata	0	0	0	0	4

Tabela 10: Anexo V – Defasagem Idade Ideal X Série na 1ª, 5ª, 8ª e 11ª séries – Mesorregiões - Minas Gerais - 2000

Fonte: IBGE, 2000